



# **Relatório de gestão**

## **biênio 2007/2009**





## Diretoria 2007/2009

### **Presidente**

Antonio Carlos Alpino Bigonha

### **Vice-presidente**

Lívia Nascimento Tinoco

### **Diretores:**

Adriana Scordamaglia

Carlos Alberto Gomes Aguiar

Felício Pontes Júnior

José Taumaturgo da Rocha

Márcio Andrade Torres

Nara Soares Dantas

Oswaldo Soweck Junior

Rodrigo Valdez de Oliveira

Wellington Cabral Saraiva

Wilson Rocha de Almeida Neto

### **Conselho fiscal**

#### **Titulares:**

Antônio Carneiro Sobrinho

Francisco José Teixeira de Oliveira

Wellington Luis de Sousa Bonfim

#### **Suplentes:**

Jayme Eduardo Machado

Elaine Cristina de Sá Proença

Carlos Henrique Martins Lima

## **Delegados por Estado**

### **Acre**

Titular: Marcus Vinicius Aguiar Macedo

Suplente: José Lucas Perroni Kalil

### **Alagoas**

Titular: Joel Almeida Belo

Suplente: Paulo Roberto Olegário de Sousa

### **Amapá**

Titular: Fernando José Aguiar de Oliveira

Suplente: Mirella de Carvalho Aguiar

### **Amazonas**

Titular: Luciana Fernandes Portal Lima Gadelha

Suplente: Carolina Martins Miranda de Oliveira

### **Bahia**

Titular: Israel Gonçalves Santos Silva

Suplente: Cláudio Alberto Gusmão Cunha

### **Ceará**

Titular: Ricardo Magalhães de Mendonça

Suplente: Lino Edmar de Menezes

### **Distrito Federal**

Titular: Peterson de Paula Pereira

Suplente: Elizeta Maria de Paiva Ramos

### **Espírito Santo**

Titular: Helder Magno da Silva

Suplente: Luciana Loureiro Oliveira



**Goiás**

Titular: Marcus Marcelus Gonzaga  
Goulart

**Maranhão**

Titular: Carolina da Hora Mesquita  
Suplente: José Raimundo Leite Filho

**Minas Gerais**

Titular: Zilmar Antonio Drumond  
Suplente: Ana Carolina Previtali  
Nascimento

**Mato Grosso do Sul**

Titular: Pedro Paulo Grubits de Oliveira  
Suplente: Lauro Coelho Júnior

**Mato Grosso**

Titular: Gustavo Nogami  
Suplente: Lea Batista de Oliveira

**Pará**

Titular: Marcelo Ribeiro de Oliveira

**Paraíba**

Titular: Rodolfo Alves Silva  
Suplente: Yordan Moreira Delgado

**Pernambuco**

Titular: Pablo Coutinho Barreto  
Suplente: Maria do Socorro Leite de  
Paiva

**Piauí**

Titular: Marco Túlio Lustosa Caminha  
Suplente: Kelston Pinheiro Lages

**Paraná**

Titular: Elton Venturi

**Rio de Janeiro**

Titular: Eduardo André Lopes Pinto  
Suplente: Luiz Fernando Voss Chagas  
Lessa

**Rio Grande do Norte**

Titular: Ronaldo Sérgio Chaves  
Fernandes  
Suplente: Ronaldo Pinheiro de Queiroz

**Rondônia**

Titular: Francisco de Assis Marinho  
Filho  
Suplente: Reginaldo Pereira da  
Trindade

**Roraima**

Titular: Ageu Florêncio da Cunha  
Suplente: Ângelo Goulart Villela

**Rio Grande do Sul**

Titular: Antônio Carlos Welter  
Suplente: João Heliofar de Jesus Villar

**Santa Catarina**

Titular: Tiago Alzuguir Gutierrez  
Suplente: Darlan Airton Dias

**Sergipe**

Titular: Eduardo Botão Pelella  
Suplente: Bruno Freire de Carvalho  
Calabrich

**São Paulo**

Titular: Paulo Thadeu Gomes da Silva  
Suplente: Camila Ghantous

**Tocantins**

Titular: Alexandre Moreira Tavares dos  
Santos  
Suplente: João Gabriel Morais de  
Queiroz



## Sumário

1. Introdução.....	5
2. Atividade legislativa.....	7
2.1 Notas técnicas.....	14
3. Defesa judicial e extrajudicial .....	15
3.1 Esfera administrativa.....	15
3.2 Esfera judicial.....	16
3.3 Outros processos .....	18
3.4 Poder investigatório do Ministério Público .....	19
3.5 Fundo de Assistência Jurídica (FAJ) .....	20
4. Comissões especiais .....	20
5. 35 anos da ANPR.....	22
6. Encontro Nacional dos Procuradores da República (ENPR).....	23
6.1 XXIV ENPR.....	23
6.2 XXV ENPR.....	25
7. Lista tríplice biênio 2007/2009 .....	26
8. Projetos .....	26
8.1 Direito e Democracia .....	26
8.2 ANPR Cultural .....	27
8.3 ANPR Invest.....	27
8.4 Jusprev .....	28
9. Comunicação social.....	28
10. Interação com outras entidades e movimentos associativos .....	33
11. Atividades sociais e culturais .....	34
12. Convênios .....	37
13. Anexos .....	41
13.1 Atas das reuniões da Diretoria	
13.2 Atas das reuniões do Conselho Fiscal	
13.3 Demonstrativo dos investimentos durante o biênio 2007/2009	
13.4 Balanço patrimonial	
13.5 Balancete analítico	



## 1. Introdução

O biênio 2007/2009 foi marcado pelo transcurso dos 35 anos de fundação da ANPR, os 15 anos da Lei Complementar 75/93 e os 20 da promulgação da Constituição Cidadã. São datas significativas que coincidem com o amadurecimento dos membros do Ministério Público Federal no que tange ao novo desenho da Instituição, operado pelo constituinte de 1988.

A Diretoria da ANPR, ao apresentar este relatório de gestão, mais do que cumprir uma obrigação estatutária, pauta-se por transparência que buscou imprimir à gestão da Entidade no biênio 2007/2009. A articulação corporativa e legislativa, na defesa das prerrogativas dos Procuradores da República, foi o núcleo das atividades da Associação neste biênio, ao lado da realização de eventos científicos e sociais, tão necessários aos nossos quadros.

Acompanhamos, neste período, a tramitação de temas cruciais para a categoria, tais como o poder de investigação do Ministério Público, o controle externo da atividade policial, a segunda etapa da Reforma do Judiciário, a recomposição dos subsídios dos membros do Ministério Público Federal (MPF), entre outros. A Entidade empreendeu, paralelamente, esforço de aproximação com as demais entidades de classe dos membros do Ministério Público da União, ANPT, ANMPM e AMPDFT, como forma de fortalecer a posição da categoria ante os poderes da República.

O relacionamento com a CONAMP, Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, foi um capítulo à parte, pelo passado de divergências entre a ANPR e essa importante entidade de classe que congrega os Promotores e Procuradores de Justiça dos estados. Estabeleceu-se produtiva e concatenada agenda comum, tanto na articulação dos interesses dos dois segmentos em curso no Parlamento e no Governo, quanto na busca do fortalecimento de seus associados perante o Conselho Nacional do Ministério Público.

O primeiro ciclo de Unidade e Ação encerra-se com a certeza de que os associados da ANPR têm consolidada uma entidade de classe influente e democrática, empenhada na defesa de seus filiados independente de matizes ideológicos ou políticos. Exemplo eloqüente deste pluralismo foi a promoção de debate com todos os Procuradores-Gerais da República pós 1988, ocorrida no XXV



ENPR, no Estado da Bahia, onde os colegas José Paulo Sepúlveda Pertence, Aristides Junqueira Alvarenga, Geraldo Brindeiro, Cláudio Lemos Fonteles e Antonio Fernando Barros e Silva de Souza fizeram seu relato acerca dos rumos da Instituição nos últimos 20 anos. A recente refiliação do Ex-Procurador-Geral da República, hoje Subprocurador-Geral da República aposentado, professor Inocêncio Mártires Coelho, simboliza o movimento de aproximação empreendido pela Diretoria em relação a todos os setores do corpo social. Nesse sentido, o direito a voto conferido a todo e qualquer associado para a composição de lista tríplice para PGR, mais do que o cumprimento de uma plataforma de campanha, foi a restituição da igualdade de tratamento entre o associado que está no exercício do ofício ou no gozo da aposentadoria.

Por fim, vale ressaltar que o relacionamento com a administração da Procuradoria Geral da República e os diversos segmentos do Ministério Público Federal pautou-se pelo respeito mútuo e a busca de soluções que garantissem a independência da Associação e a lisura no trato da coisa pública, dentro do mais estrito espírito republicano, inclusive no que tange aos pleitos corporativos.

O projeto "Direito e Democracia" trouxe nova perspectiva para o relacionamento da categoria com o Parlamento, no sentido de aproximar o universo jurídico e o mundo da política. Na solenidade de lançamento do Projeto, em 12 de maio de 2009, o Procurador-Geral da República, Antonio Fernando Barros e Silva de Souza afirmou que "a iniciativa da Associação revela o amadurecimento do Ministério Público Federal, que é fruto de seguras avaliações críticas sobre as suas próprias atribuições e sobre o modo de exercê-las com o máximo de efetividade em prol da sociedade". O evento, prestigiado pelos presidentes da Câmara dos Deputados, Michel Temer, e do Senado Federal, José Sarney, além de expressivos parlamentares das duas casas legislativas, lançou novos e auspiciosos desafios para a agenda parlamentar da Categoria.

Novo ciclo de Unidade inicia-se com o voto de confiança depositado pelos associados, traduzido na reeleição da direção da Entidade, a partir de chapa única. Os desafios a vencer são enormes, mas a perspectiva da luta é alentadora diante dos quadros renovados da Diretoria, bem como pela excelência do corpo de





associados que se situam, seguramente, entre os melhores quadros do universo jurídico brasileiro.

## **2. Atividade legislativa**

A Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) acompanha os projetos de lei e propostas de emendas à Constituição de interesse da categoria. No biênio 2007/2009, a ANPR realizou árdua atuação na área legislativa, posicionando-se com firmeza nas questões de relevantes à classe. Notadamente, no que se refere à aprovação da recomposição dos subsídios, projeto de lei nº 7298/02006, em que atuou em conjunto com a Frente Associativa do Ministério Público e da Magistratura realizando diversos movimentos pela inclusão da proposta na pauta da Câmara dos Deputados. Os integrantes da Frente compareceram a audiências com o Procurador-Geral da República, Antonio Fernando Souza, com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes, e estabeleceu intensa agenda com deputados federais e senadores da República.

A ANPR, reconhecida como importante entidade representativa dos interesses ligados aos Procuradores da República, participou do Grupo de Trabalho referente à Reforma Processual Penal, do Ato Público contra a PEC 457/2008 ("PEC da bengala"), do Dia de Mobilização Nacional contra a PEC 358/2005 (foro por prerrogativa de função), bem como elaborou notas técnicas, participou de diversas reuniões com parlamentares e de audiências públicas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Em maio de 2008, a ANPR promoveu café da manhã com a presença de 16 parlamentares para tratar de assuntos de interesse do Ministério Público Federal. Estiveram presentes no evento o Presidente da ANPR, Antonio Carlos Bigonha, o Presidente da CONAMP, José Carlos Cosenzo, o então presidente da AJUFE, Walter Nunes entre outros líderes de classe, sob a coordenação do Procurador-Geral da República, Antonio Fernando Souza.

A ANPR monitora, aproximadamente mil proposições no Congresso Nacional e, entre elas, destacam-se as seguintes:

1. PL 4209/2001 – Altera dispositivos do decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código De Processo Penal, relativos à investigação criminal, e dá outras providências.
2. PL 5228/2005 - Institui anistia fiscal sobre a legalização ou o repatriamento de recursos mantidos no exterior não declarados e extingue a punibilidade dos delitos a eles relativos.
3. PEC 358/2005 – Altera dispositivos dos arts. 21, 22, 29, 48, 93, 95, 96, 98, 102, 103-B, 104, 105, 107, 111-A, 114, 115, 120, 123, 124, 125, 128, 129, 130-A E 134 da Constituição Federal, acrescenta os arts. 97-A, 105-A, 111-B E 116-A, e dá outras providências.
4. PL 7298/2006 – Dispõe sobre o subsídio do Procurador Geral da República, referido no art. 37, XI E art. 39, § 4º, C/C O ART. 127, § 2º, E ART. 128, 5º, I, C, todos da Constituição Federal.
5. PDL 128/2007 – Susta a aplicação do §1º do art. 4º da resolução nº 20, de 20 de junho de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamenta o art. 9º da Lei Complementar nº 75/93 e o art. 80 da lei nº 8.625/93, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, o controle externo da atividade policial.
6. PL 3937/2004 – Altera a lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, que transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em autarquia, dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências.
7. PL 1192/2006 - Estabelece a obrigatoriedade de informar-se também ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público as providências adotadas e a fase processual em que se encontram os procedimentos ou processos instaurados em decorrência das conclusões de Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI.
8. PL 472/2007 – Autoriza os Estados Federados e o Distrito Federal a explorar loterias, bingos e jogos de azar.
9. PL 6745/2006 - Dispõe sobre a composição e a competência do Conselho da Justiça Federal e dá outras providências. Revoga a lei nº 8.472, DE 1992, que dispõe sobre o Conselho da Justiça Federal.



10. PEC 487/2005 - Dispõe sobre a Defensoria Pública, suas atribuições, garantias, vedações e dá outras providências.
11. PLC 19/2007 - Altera os artigos 109 e 110 do decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940- Código Penal.
12. PLC 37/2007 - Dá nova redação ao art. 198 do Código de Processo Civil, para estabelecer a atuação de ofício ou por provocação de Presidente de Tribunal, nos casos de descumprimento judicial dos prazos. Altera a lei nº 5.869, de 1973.
13. PLC 20/2007 - Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano para fins urbanos e sobre a regularização fundiária sustentável de áreas urbanas, e dá outras providências.
14. PL 1258/1995 - Disciplina o inciso XII do artigo 5º da Constituição Federal e dá outras providências.
15. PEC 210/2007 - Altera os arts. 95 E 128 da Constituição Federal, para restabelecer o adicional por tempo de serviço como componente da remuneração das carreiras da Magistratura e do Ministério Público.
16. PEC 184/2007 - Dispõe sobre as polícias judiciárias da União e dos Estados e dá outras providências.
17. PL 1424/2007 - Altera a lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, estabelecendo que a denúncia pela prática de crime de responsabilidade poderá ser recebida após o término do exercício de mandato, cargo ou função, e dá outras providências.
18. PLC 6/2005- Revoga o art. 475 da lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil.
19. PEC 438/2001 - Dá nova redação ao art. 243 da Constituição Federal estabelecendo a pena de perdimento da gleba onde for constatada a exploração de trabalho escravo (expropriação de terras); revertendo a área ao assentamento dos colonos que já trabalhavam na respectiva gleba; alterando a nova Constituição Federal.
20. PLS 119/2007 - Altera a redação de títulos e artigos, e revoga dispositivos do decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.

21. PEC 457/2005 - Altera o art. 40 da Constituição Federal, relativo ao limite de idade para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral, e acrescenta dispositivo ao ato das disposições constitucionais transitórias. Trata da aposentadoria compulsória aos 75 (setenta e cinco) anos de Ministros do Supremo Tribunal Federal, dos demais Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União. Altera a Constituição Federal de 1988.
22. PL 265/2007 - altera as leis nº 4.717, de 29 de junho de 1965, nº 7.347, de 24 de julho de 1985 e nº 8.429, de 2 de junho de 1992, de modo a deixar expressa a responsabilidade de quem ajuíza ação civil pública, popular e de improbidade temerárias, com má-fé, manifesta intenção de promoção pessoal ou visando perseguição política.
23. PL 4203/2001 - Altera dispositivos do decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos ao tribunal do júri, e dá outras providências.
24. PEC 549/2006 - Acrescenta preceito às disposições constitucionais gerais, dispondo sobre o regime constitucional peculiar das carreiras policiais que indica.
25. PEC 21/2008 - Altera os arts. 95 e 128 da Constituição Federal, para restabelecer o adicional por tempo de serviço como componente da remuneração das carreiras da Magistratura e do Ministério Público.
26. PEC 210/2007 - Altera os arts. 95 e 128 da Constituição Federal, para restabelecer o adicional por tempo de serviço como componente da remuneração das carreiras da Magistratura e do Ministério Público.
27. PLC 89/2003 - Altera o decreto-lei nº 2848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal e a lei nº 9296, de 24 de julho de 1996, e dá outras providências.
28. PEC 30/2008 - Altera os arts 84 e 101 da Constituição Federal, para modificar o sistema de escolha de Ministros para o Supremo Tribunal Federal
29. PL 3491/2008 - Cria o Fundo Nacional de Segurança da Justiça Federal e dispõe sobre suas receitas e a aplicação de seus recursos.
30. PL 3272/2008 - Regulamenta a parte final do inciso XII do art. 5º da Constituição Federal e dá outras providências. Normatiza a quebra de sigilo



das comunicações telefônicas para fins de investigação criminal e instrução processual penal. Revoga a lei nº 9.296, de 1996; altera o decreto-lei nº 2.848, de 1940 e o decreto-lei nº 3.689, de 1941. Regulamenta a Constituição Federal de 1988.

31. PL 3887/2008 - Dispõe sobre o uso de algemas.
32. PLC 93/2004 - Dá nova redação ao art. 210 do decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.
33. PL 284/2007 - Dispõe sobre a composição e a competência do Conselho da Justiça Federal e dá outras providências.
34. PL 185/2004 - Regula o emprego de algemas em todo o território nacional.
35. PL 3778/2008 - Transforma o agravo de instrumento, interposto contra decisão que não admite recurso extraordinário ou especial, em agravo nos próprios autos.
36. PL 3622/2008 - Torna imprescritível a pretensão punitiva relativa a crimes hediondos.
37. PEC 30/2007 - Acrescenta o art. 75-A à Constituição Federal, para criar o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas e do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas e dá outras providências.
38. PL 3730/2008 - Altera a lei nº 7.210, de 1984 - Lei de Execução Penal.
39. PL 2360/2007 - Altera o decreto-lei nº 2848/10 (Código Penal) incluindo o art. 359-I e altera a lei nº 1079/1950 incluindo o art. 39-B e dá outras providências.
40. PLS 217/2008 - Altera o inciso IV e acrescenta o inciso V ao art. 27 da lei nº 8625/1993, que institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público e dá outras providências, para estabelecer periodicidade nas audiências públicas e identificar as demandas.
41. PLS 274/2006 - Altera o decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e a lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para criminalizar a exploração de jogos de azar e tornar mais eficiente a persecução penal nos casos de lavagem de dinheiro.



42. PLS 741/2007 - Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas fabricantes de equipamentos de escuta e monitoramento telefônico a comunicarem o departamento de polícia federal, do ministério da justiça.
43. PL 2636/2007 - Dispõe sobre a competência penal da justiça do trabalho.
44. PEC 293/2008 - Altera o art. 144 da Constituição Federal, atribuindo independência funcional aos delegados de polícia.
45. PLS 186/2006 - Altera os arts. 8º, 58 e 84 da lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, para abolir o exame de Ordem, necessário à inscrição como advogado na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).
46. PL 4332/2008 - Altera dispositivos do decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos ao inquérito policial, e dá outras providências.
47. PL 4331/2008 - Altera dispositivos do decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal relativos ao inquérito policial, e dá outras providências.
48. PL 4379/2008 - Altera dispositivos do decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.
49. PLS 323/2008 - Dá nova redação a dispositivos do decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, objetivando fornecer aos juízes, promotores e autoridades policiais instrumentos jurídicos mais eficientes na recuperação dos bens provenientes de atividades criminosas.
50. PEC 20/2008 - altera a redação do inciso IV do caput do art. 29 da Constituição Federal e do art. 29 - A, tratando das disposições relativas à recomposição das Câmaras Municipais.
51. PLS 275/2008 - Altera o art. 244-A da lei nº 8.069, de 1990, e cria o art. 244-B para criminalizar expressamente a conduta de quem se aproveita sexualmente de adolescentes expostos à prostituição, exploração sexual ou abandono, além de outras providências.
52. PL 4306/2008 - Altera dispositivos do decreto-lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos ao inquérito policial, e dá outras providências.

53. PEC 42/2007- Altera a Constituição Federal para possibilitar a perda de cargo do magistrado que receber recursos indevidamente com o fim de influenciar decisões judiciais.
54. PEC 319/2008 - Altera o art. 23 da lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para aumentar o prazo de prescrição da ação de improbidade administrativa.
55. PL 4580/2009 - extingue a prescrição penal.
56. PEC 324/2009 - Altera o art. 103-B, para modificar a composição do Conselho Nacional de Justiça.
57. PLC 124/2005 – Acrescenta parágrafo ao art. 10 do decreto-lei nº 3.699, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, determinando que o delegado de polícia comunicará à vítima a remessa dos autos de inquérito policial ao juiz competente, bem como informará o prazo previsto para oferecimento da denúncia.
58. PLC 111/2007 - Altera dispositivos do decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos à prisão, medidas cautelares e liberdade, e dá outras providências.
59. PL 4658/2009 - Altera a lei 7.210 de 1984, Lei de Execução Penal, para permitir a execução da decisão condenatória de segundo grau de jurisdição que aplicar pena privativa de liberdade da qual não caiba recurso com efeito suspensivo.
60. PL 4661/2009 - Altera o art. 18 da lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951, aumentando o prazo decadencial para a propositura do mandado de segurança.
61. PEC 327/2009 - Modifica o inciso IX e acrescenta os incisos X E XIII ao art. 114, e revoga parcialmente o inciso VI do art., 109 da Constituição da República, para conferir a competência penal à justiça do trabalho, especialmente em relação aos crimes contra a organização do trabalho, os decorrentes das relações do trabalho, sindicais ou do exercício do direito de greve, a redução do trabalhador à condição análoga de escravo, aos crimes praticados contra a administração da justiça do trabalho e a outros delitos que envolvam o trabalho humano.



62. PEC 341/2009 - Modifica os dispositivos constitucionais retirando do texto matéria que não é constitucional.

## 2.1 Notas técnicas

Entre as principais notas técnicas apresentadas pela ANPR neste biênio, destacam-se:

1. PL 7297/2006 – Subsídios. Nota técnica conjunta com a Frente Associativa.
2. PLS 150/2006 – Repressão ao crime organizado.
3. PEC 549/2006 – Carreiras policiais
4. PLC 6/2009 (PL 3937/2004) – CADE
5. PLC 111/2008 - Prisão processual, fiança, liberdade provisória, demais medidas cautelares.
6. PLC 124/2005 (PL 4418/2004) - Delegado de polícia comunicará à vítima a remessa dos autos de inquérito policial ao juiz competente, bem como informará o prazo previsto para oferecimento da denúncia.
7. PEC 184/2007 – Polícia Judiciária.
8. PEC 457/200- Manifesto conjunto da Frente Associativa contra a elevação da idade de aposentadoria compulsória.
9. PEC 487/2005 – Defensoria Pública
10. PL 835/2007 – Nota técnica favorável a aprovação do texto referente à notificação da vítima dos andamentos processuais.
11. PL 947/2007 – Altera o Decreto-Lei Nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, adequando-o à Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção
12. PL 1087/2007 – Estende aos delegados de polícia o poder de requisitar dados e informações cadastrais em poder da Administração Direta e Indireta.
13. PL 1983/2007 - Estabelece a legitimidade do Ministério Público para propor a ação de usucapião especial.
14. PL 4209/2001 – Monopólio do Poder Investigatório
15. PL 6745/2006 – Inquérito civil.
16. PLP 28/2007 – Organiza a Defensoria Pública da União.





17. PLS 355/2007 – Afasta dos recursos e apelações a apreciação do Ministério Público.

18. PLS 472/2007 – “Jogos de azar”.

### **3. Defesa judicial e extrajudicial**

No biênio 2007/2009, a ANPR intensificou sua atuação perante o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF) e a Administração do Ministério Público Federal (MPF), com a finalidade de garantir os interesses institucionais e corporativos de seus associados. A Associação acompanhou, periodicamente, as sessões de ambos os Conselhos e monitorou os anteprojetos, as resoluções e processos administrativos e judiciais de interesse e outros a pedido de seus associados. Por diversas vezes a ANPR foi à tribuna sustentar oralmente em favor de seus associados, bem como reivindicar e defender os interesses da classe.

#### **3.1 Esfera administrativa**

1. Requerimento ao Conselho Nacional do Ministério Público em conjunto com a ANPT, AMPDFT e ANMPM referente ao direito à percepção dos Adicionais por Tempo de Serviço (ATS);
2. Requerimentos em conjunto com as entidades de classe do Ministério Público da União (ANPT, AMPDFT e ANMPM) referente ao pagamento da parcela autônoma de equivalência (PAE);
3. Requerimento ao Procurador-Geral da República referente à conversão em pecúnia de licença prêmio não gozada por ocasião da aposentadoria dos membros do Ministério Público da União, procedendo-se ao pagamento dos valores devidos aos sócios da ANPR.
4. Requerimento para confecção da carteira de identidade funcional dos membros aposentados;
5. Requerimento ao CNMP referente ao direito à vantagem pessoal sem limitação ao teto, que se encontra pendente de julgamento.
6. Sugestões relativas aos critérios de promoção por merecimento encaminhadas ao Conselho Superior do Ministério Público Federal. A ANPR

requereu que seja atribuída pontuação a cada um dos critérios objetivos previstos na Constituição Federal, na Resolução nº 02 do CNMP e na Resolução nº 86 do CSMPF.

7. Requerimento solicitando o pagamento aos membros aposentados que têm direito as Vantagens Pessoais Nominalmente Identificadas (VPNI's). Vantagens que eram percebidas anteriormente à EC 41/2003, que foram suprimidas a título de retenção de teto desde a adoção do "teto provisório" pelo Supremo Tribunal Federal, em fevereiro de 2004.

### **3.2 Esfera judicial**

1. ADI 3802 - Questiona o artigo 79, caput, e seu parágrafo único da Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993, por suposta ofensa aos artigos 61, § 1º, II, "d", 127, § 2º, 128, §5º da Constituição Federal. ANPR interveio como *amicus curiae*.
2. ADI 3347 – Discute a inconstitucionalidade da composição das "listas sujas" consistentes em cadastros de empresas flagradas no desempenho de atividades configuradoras de "trabalho escravo". ANPR interveio como *amicus curiae*.
3. ADI 3486 – Federalização de crimes contra direitos humanos. Trata da competência jurisdicional relativa aos crimes que impliquem "grave violação de direitos humanos", bem como a sujeição da competência da Justiça Federal à prévia provocação do Procurador-Geral da República. A ANPR interveio ANPR como *amicus curiae*;
4. ADI 3834 – Questiona a Resolução nº 9 do CNMP, que dispõe sobre a aplicação do teto remuneratório constitucional e do subsídio mensal dos membros do Ministério Público.
5. ADI 4220 – Questiona a Resolução nº 20 do CNMP, que disciplina, no âmbito do Ministério Público o controle externo da atividade policial.
6. ADI 4134 – Regra de formulação de lista do quinto constitucional do Ministério Público.
7. ADI 2943 - Objetiva a inconstitucionalidade de parte do inciso I do artigo 26 e do artigo 80 da Lei Federal nº 8.625 de 1993, além das expressões "e outros

- procedimentos administrativos correlatos"; "e apresentar provas" e "e produzir provas" nos incisos I, II e III dos artigos 7º, 38 e 150 da LC 75/93.
8. ADI 3363 - Questiona o artigo 1º, da Emenda Constitucional nº 20/98, na parte em que alterou a redação do artigo 93, VI, da Constituição Federal, e ainda, os parágrafos 2º e 3º, do artigo 2º, da Emenda Constitucional nº 41/2003.
  9. ADI 3684 – questiona a competência da Justiça do Trabalho.
  10. ADI 3855 – Questiona a inconstitucionalidade do limite remuneratório nos Estados e Distrito Federal por ofensa à cláusula pétrea da CF.
  11. ADI 4077 – Crimes ditadura.
  12. ADI 4135 - Questiona a constitucionalidade de provimento nº 6, de 09 de maio de 2008, da Corregedoria Geral de Justiça do Rio de Janeiro, que trata do controle das interceptações telefônicas no estado.
  13. ADI 2182 – Questiona a constitucionalidade da Lei de Improbidade nº 8.429/92.
  14. ADI 3962 - Impugna o artigo 18, I, “a” da Lei Complementar 75/93 e interpretação que lhe atribui o CSJT na Resolução nº 7 – prerrogativas dos membros do Ministério Público da União. A ANPR ingressou como *amicus curiae* em conjunto com outras Associações.
  15. ADFP 144 – permitir que juízes eleitorais possam negar registros de candidatura a políticos que respondam a processo criminal. A ação, com pedido de liminar, é contra as alíneas d, e, g, e h do inciso I, do artigo 1º, e parte do artigo 15, todos da Lei Complementar nº 64/90 (Lei de Inelegibilidade), bem como da interpretação judicial dada pelo TSE ao parágrafo 9º, do artigo 14, da CF, no sentido de que não seria auto-aplicável.
  16. ADI 3493 - Questiona a constitucionalidade da legitimidade ativa da Defensoria Pública quanto ao ajuizamento de ação civil pública para defesa de interesses difusos. A Associação interveio como *amicus curiae*.
  17. Petição 4411 – PSV 1 - Intervenção da ANPR contra a edição de súmula vinculante em relação ao exame dos autos do inquérito policial sigiloso por parte do advogado constituído pelo investigado.



18. Mandado de Segurança nº 27425 – objetiva a conversão em pecúnia dos períodos de licença-prêmio não usufruída, bem como o pagamento do benefício aos associados, aposentados ou exonerados, a partir de 20 de maio de 1993, data da vigência da Lei Complementar 75, que instituiu a vantagem, com conseqüente pagamento das parcelas devidas, sem incidência de Imposto de Renda. Também postula a restituição ou compensação do Imposto de Renda para os associados que já receberam a verba indenizatória.
19. Ação Ordinária nº 2007.34.00.037755-1 - na ação pleiteia-se a imediata interrupção do desconto, bem como a restituição dos valores retidos a título de imposto de renda sobre a parcela de remuneração denominada abono de permanência. O abono de permanência é uma gratificação concedida ao membro do MPF, que opta por permanecer em exercício mesmo tendo alcançado todos os requisitos para sua aposentadoria. O valor da gratificação corresponde ao mesmo valor da contribuição previdenciária. Atualmente há antecipação de tutela concedida a fim de que a União se abstenha de incidir IR sobre a parcela.
20. Ação Ordinária nº 2009.34.00.014245-6 referente à diferença de diárias. A ANPR postula a condenação da União no pagamento de diferença de diárias recebidas pelos associados, no período de janeiro a julho de 2005.

### 3.3 Outros processos

Seguem, abaixo, os processos que foram monitoradas pela ANPR:

Ação	Autor/réu	Objeto
AO 2006.10.00.00327-0	ANPR e outro X União	Plano de Seguridade Social (PSS)
Embargos à execução 2003.34.00.034132-7	ANPR X União	Não incidência de Imposto de Renda sobre o abono pecuniário, 1/3 de férias

AO 2002.61.00.025634-0	ANPR X União	Parcela Autônoma de Equivalência
ACP 2008.72.01.001192-9	Davy Linconl	Diárias.
AO 2002.34.00.006178-0	ANPR X União	Teto Constitucional
MS 27925	José Leão Júnior X CNMP	Ajuda de custo na remoção a pedido.
AO 2006.34.00.031184-6	ANPR X União	Não incidência de IR sobre o auxílio-creche.
AO 1999.61.00.014112-1	Cleide Previtalli Cais e outros X União	Contribuição Social (Lei nº 9.783/99)
AO 1999.61.00.032736-8	Luís Alberto David Araújo X União	Contribuição Social (Lei nº 9.783/99)
AO 1999.61.00.014114-5	Adriana Scordamaglia e outros X União	Contribuição Social (Lei nº 9.783/99)

### 3.4 Poder investigatório do Ministério Público

A ANPR constituiu advogado, Dr. Aristides Junqueira Alvarenga, para intervenção como *amicus curiae* nas seguintes ADIN's, que versam sobre a função investigatória do Ministério Público:

1. ADIN 3309 – questiona a constitucionalidade da Resolução nº 77 do CSMPPF, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público Federal, a instauração e tramitação do Procedimento Investigatório Criminal.

2. ADIN 3806 – impugna os arts. 7º, I, II e III; 8º, I, II, IV, V, VI, VII e IX; 38, I, II e III; e 150, I, II e III, da Lei Complementar 75, de 20 de maio de 1993; ao art. 26, I, a, b, e c, e II, da Lei 8.625, de 12 de fevereiro de 1993; e, por fim, à totalidade da Resolução 13, de 2 de outubro de 2006, do Conselho Nacional do Ministério Público.

3. ADIN 3836 – impugna a Resolução 13, de 2 de outubro de 2006, do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamenta o art. 8º da Lei Complementar 75/93 e o art. 26 da Lei 8.625/93, disciplinando, no âmbito do



Ministério Público, a instauração e a tramitação do procedimento investigatório criminal.

### **3.4 Fundo de Assistência Jurídica (FAJ)**

O Fundo de Assistência Jurídica – FAJ é destinado a prestar assistência aos associados, optantes pelo Fundo, em casos de processo judicial ou administrativo, quando demandado em razão do exercício de suas funções. O FAJ é de adesão voluntária e expressa, e destina-se a cobrir despesas judiciais de associados em casos específicos, contando, hoje, com 394 adesões de todas as regiões do País.

O FAJ cobre despesas judiciais do participante na qualidade de demandante, quando se tratar de ação penal por crime contra a honra, salvo se tratar de demanda a ser ajuizada contra outro sócio da ANPR, hipótese em que não haverá a cobertura do Fundo para aquele que figurar no pólo ativo. Também se destina a prestar assistência jurídica para o fim de ajuizamento de ação de indenização por danos morais por fatos decorrentes do exercício da função.

A Associação tem em seus registros 20 (vinte) pedidos de liberação dos recursos do FAJ, atualmente. Neste último biênio, a adesão ao Fundo teve relevante crescimento, o que contribuiu para boa capitalização dos recursos destinados especificamente para prestar assistência aos associados.

### **4. Comissões especiais**

A ANPR instituiu comissão especial, por meio da Portaria nº 003/2008, para realizar estudo, análise e apresentação de propostas referentes às parcelas descontadas dos associados que não fazem jus à aposentadoria integral de acordo com a Emenda Constitucional nº 41 de 2003.

Segue outras comissões instituídas para analisar temas de interesses dos associados da ANPR.

<b>Comissões da ANPR</b>		
<b>Comissão</b>	<b>Integrantes</b>	<b>Ato da ANPR</b>
Comissão Especial para analisar e apresentar propostas referentes ao	Osvaldo Soweck Junior (Diretor da ANPR, PRM Ponta Grossa-PR)	Portaria ANPR 004/2007

Plan-Assiste	Adriana Scordamaglia (Diretora da ANPR, PR/SP) José Robalinho Cavalcanti (PR/DF)	
Comissão Especial para estudo e análise dos Projetos de Leis que tratam da Reforma Processual Penal	Antonio Carlos Alpino Bigonha (Presidente da ANPR) Douglas Fischer (PRR - 4. <sup>a</sup> Região) Ronaldo Meira de Vasconcellos Albo (PRR - 1. <sup>a</sup> Região) Eugênio Pacelli de Oliveira (PR/MG)	Portaria ANPR 005/2007
Comissão Especial para estudo e análise dos critérios de Promoção por Merecimento	Livia Nascimento Tinoco (Vice-Presidente da ANPR, PR/DF) Janice Agostinho Barreto Ascari (PRR – 3. <sup>a</sup> Região) Eduardo Kurtz Lorenzoni (PRR-4. <sup>a</sup> Região)	Portaria ANPR 006/2007
Comissão Especial para estudo, análise e apresentação de sugestões com vistas à definição de metas e à formulação de um plano de ação estratégica do Ministério Público em nível nacional	Antonio Carlos Alpino Bigonha (Presidente) Hugo Gueiros Bernardes Filho (PRR-1. <sup>a</sup> Região) Oswaldo José Barbosa Silva (PRR-1. <sup>a</sup> Região)	Portaria ANPR 007/2007
Comissão Especial para estudo, análise e apresentação de sugestões com vistas ao resgate do Pecúlio ANPR (art. 43 do Estatuto da ANPR)	Marcus Vinicius Aguiar Macedo, (PR/AC) Werton Magalhães Costa (PR/PB) Jaime Mitropoulos (PR/GO)	Portaria ANPR 008/2007
Grupo de Trabalho para Consolidação das Leis – Legislação Processual Penal Brasileira	Eugênio Pacelli De Oliveira (PRR-1 Região) - titular Douglas Fischer (PRR – 5. <sup>a</sup> Região) - substituto	Ofício 246/2007
Comissão de Consolidação das leis Administrativas	Odím Brandão Ferreira (PRR-1. <sup>a</sup> Região)	Ofício ANPR 008/2008
Comissão Especial para realizar estudo, análise e	Livia Nascimento Tinoco	Portaria ANPR

apresentação de propostas referentes à inconstitucionalidade do art. 156, inciso I, do Código de Processo Penal, por ferir princípio acusatório	(PR/DF), Osvaldo Soweck Júnior (PR/PR) José Gomes Riberto Schettino (PR/RJ)	002/2008,
Comissão Especial para realizar estudo, análise e apresentação de propostas referentes às parcelas descontadas dos associados que não fazem jus à aposentadoria integral de acordo com a Emenda Constitucional n.º 41 de 2003.	Antonio Carlos Alpino Bigonha, (Presidente da ANPR) - Presidente Pedro Paulo Grubits Gonçalves de Oliveira (PR/MS) – membro Tiago Alzuguir Gutierrez (PRM Joinville) – Membro	Portaria ANPR 003/2008
Grupo de Trabalho Interministerial para propor ato normativo a fim de disciplinar a atuação dos árbitros, órgãos arbitrais institucionais e entidades especializadas em arbitragem.	Antonio Carlos Alpino Bigonha (Presidente da ANPR)	Ofício n.º 006/2009

### 5. 35 anos da ANPR

O ano de 2008 foi marcado pelos 35 anos da ANPR e pelas ações para registrar e comemorar a data. No mês de outubro, foi realizada uma sessão solene em homenagem ao aniversário da Associação no plenário Ulysses Guimarães, da Câmara dos Deputados. Parlamentares, membros do Ministério Público e magistrados participaram da sessão.

A cerimônia demonstrou a sensibilidade da Câmara com o importante papel desempenhado pela ANPR durante os últimos 35 anos, não só para o fortalecimento do Ministério Público Federal e da carreira dos Procuradores da República, mas para toda a Justiça. Compuseram a mesa durante a solenidade o Presidente da ANPR, Antonio Carlos Bigonha, o Procurador-Geral da República, Antonio Fernando Souza, o Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Fábio Leal Cardoso, o Presidente da Associação Nacional do Ministério Público





Militar (ANMP), Marcelo de Souza, o Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), José Carlos Cosenzo, e a Conselheira da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), Maria Isabel da Silva.

Em dezembro, foi realizada festa de encerramento das comemorações de 35 anos da ANPR. No evento a atual Diretoria da Associação expressou em ato público a admiração ao Ex-Presidente da ANPR Miguel Frauzino Pereira que esteve à frente da Associação entre os anos de 1975 a 1981 e de 1983 a 1985. Foi entregue a Frauzino uma placa de homenagem.

Na festa também foi apresentado o livro virtual *ANPR: 35 anos de lutas e vitórias* que está disponível no portal ([www.anpr.org.br](http://www.anpr.org.br)). A opção pelo modelo virtual possibilitou maior difusão da história da Associação uma vez que a publicação foi disponibilizada via rede mundial de computadores, além de o produto final ter baixo custo.

Foram produzidos, ainda dois programas de TV *Ação Pública* e um programa de rádio *Direto ao Cidadão* sobre a história da Associação e os desafios para o futuro.

## **6. Encontro Nacional dos Procuradores da República (ENPR)**

### **6.1XXIV ENPR**

Momento de destaque do trabalho da ANPR em 2007 foi a realização do XXIV ENPR, de 30 de outubro a 4 de novembro de 2007, no Rio de Janeiro (RJ). O tema do Encontro, "*O Ministério Público Federal e os desafios da violência urbana*", guarda pertinência com o momento vivenciado pela sociedade brasileira. Cerca de 400 Procuradores da República participaram do evento e debateram seus principais temas, como a interceptação telefônica e as garantias fundamentais, o sistema prisional e a violência urbana, dentre outros.

Ao fim do XXIV ENPR, os Procuradores divulgaram a seguinte carta:

#### **Carta do Rio de Janeiro**

Os membros do Ministério Público Federal, reunidos no Rio de Janeiro, no XXIV Encontro Nacional dos Procuradores da República, ocorrido entre os dias 30 de outubro e 02 de novembro de 2007, em torno do tema central "*O Ministério Público Federal e os desafios da violência urbana*";

Considerando que a Constituição Federal tem como objetivo a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais, bem como a elevação do direito à segurança ao patamar de direito fundamental;

Considerando que a Segurança Pública é dever do Estado e responsabilidade de todos, cumprindo ao Ministério Público Federal fiscalizar o correto e eficiente funcionamento dos órgãos de Segurança Pública, a partir de um efetivo controle externo de suas atividades;

Considerando a necessidade de privilegiar as políticas públicas de educação, saúde e outros programas relativos à inclusão social, que viabilizam o enfrentamento do problema da violência urbana sob o foco da prevenção;

Concluem que:

1. Faz-se necessária a elaboração, em nível nacional e regional, de um completo e detalhado diagnóstico da violência urbana em todas as suas dimensões, com o objetivo de subsidiar a formulação de políticas públicas mais eficazes no combate às causas da criminalidade e seus efeitos danosos à sociedade;

2. Cabe ao Ministério Público Federal, com base na legislação e regulamentação já existentes, exercitar da forma mais ampla possível o controle externo da atividade policial, a fim de garantir o pleno respeito aos direitos humanos sem perder de vista a eficiência dos serviços prestados pelos órgãos de segurança pública, e de reconhecer a necessidade de reforço dos mecanismos de controle interno, inclusive com a criação de Ouvidorias e melhor aparelhamento das Corregedorias;

3. O Ministério Público Federal deve promover sistematicamente o controle da aplicação dos recursos públicos destinados aos programas governamentais no âmbito da educação, saúde e outros programas de inclusão social, a fim de zelar pela correta aplicação de tais verbas que podem ter um efeito positivo na contenção da violência urbana;

4. É papel fundamental do Ministério Público Federal o acompanhamento do Plano Nacional e dos Planos Estaduais de Segurança Pública, para evitar a malversação dos recursos públicos da União a eles destinados e garantir a sua efetiva concretização;

5. Devem ser privilegiados, no exercício das atividades de investigação, os métodos e técnicas mais modernos, principalmente no combate à criminalidade organizada;

6. O poder investigatório do Ministério Público Federal é instrumento indispensável e eficaz no combate ao crime organizado;

7. É imprescindível o acompanhamento das propostas de alterações legislativas no âmbito das interceptações das comunicações telefônicas, no sentido de que a nova regulamentação, ao tempo em que alcance um maior grau de proteção do direito à privacidade, não contribua para a perda de eficácia desse método investigativo;

8. Deve ser aprimorado o programa de proteção a vítimas e testemunhas, não somente com o aporte de maior volume de recursos públicos, mas sobretudo com o incremento da participação e controle estatal



e a garantia de uma tramitação mais célere dos respectivos inquéritos e processos judiciais;

9. O aperfeiçoamento do sistema prisional deve objetivar a eficácia da atividade repressiva estatal com o incondicional respeito à dignidade da pessoa humana.

10. O justo anseio no controle e repressão da violência urbana e o fortalecimento do aparelho repressor do Estado não podem justificar a violação de garantias fundamentais e a direitos humanos.

## 6.2 XXV ENPR

O XXV ENPR aconteceu em Mata de São João (BA), de 28 de outubro a 2 de novembro de 2008. O tema desta edição do Encontro foi “Os 20 anos da Constituição de 1988 e o novo Ministério Público”. Destaque do XXV ENPR foi a mesa redonda com o Procurador-Geral da República, Antonio Fernando Souza, e os Ex-Procuradores-Gerais Claudio Fonteles, Geraldo Brindeiro, Aristides Junqueira e Sepúlveda Pertence. Eles estiveram lado a lado relatando suas experiências na construção do Ministério Público Federal tal qual se apresenta para a sociedade brasileira.

Após a plenária de encerramento dos trabalhos foi divulgada a *Carta de Mata de São João* na qual os Procuradores da República relataram suas conclusões.

### **Carta de Mata de São João, BA**

Os membros do Ministério Público Federal, reunidos em Mata de São João, BA, no XXV Encontro Nacional dos Procuradores da República, ocorrido entre os dias 28 de outubro e 2 de novembro de 2008, em torno do tema central “Os 20 anos da Constituição de 1988 e o Ministério Público”;

Considerando que a Constituição da República expressa o projeto de construção de uma sociedade justa, livre e solidária e institui o Ministério Público como órgão permanente e voltado à promoção da justiça e defesa dos valores democráticos, da dignidade da pessoa humana e dos direitos fundamentais;

Considerando que para cumprir o seu papel constitucional o Ministério Público depende da garantia da independência funcional e de instrumentos que viabilizem a sua efetiva atuação;

Considerando que o respeito ao princípio da eficiência é fundamental para o cumprimento da missão constitucional do Ministério Público;

Considerando que, passados 20 anos da promulgação do texto constitucional, ainda existem instituições que resistem à atuação do Ministério Público;

Considerando a necessidade de que o Ministério Público continue oferecendo respostas à sociedade, nos exatos limites de suas atribuições;

Concluem que:

1. É necessária a implantação de mecanismos de aferição dos resultados da atuação institucional do Ministério Público Federal, com vistas a oferecer à sociedade dados e informações que permitam torná-la mais conhecida e melhor compreendida;

2. O Ministério Público Federal deve intensificar ações afirmativas que levem à adoção de políticas que reduzam as desigualdades a que está submetida a população brasileira, sobretudo aquelas de ordem social, racial, étnica, gênero e orientação sexual;

3. A necessidade de aproximação do Ministério Público Federal com a sociedade brasileira reclama a promoção interna e externa de ações de preservação da história e memória da instituição;

4. As prisões cautelares e medidas assecuratórias são fundamentais para a repressão da criminalidade organizada e do “colarinho branco”;

5. O Ministério Público Federal, no bojo das investigações, está atrelado ao resguardo dos direitos fundamentais do investigado e de toda a sociedade;

6. Urge que o Supremo Tribunal Federal explicithe os poderes investigatórios criminais do Ministério Público;

7. A interceptação telefônica constitui relevante meio de prova para a apuração criminal eficaz e não deve ficar adstrita a prazos improrrogáveis;

8. O apoio institucional ao membro do Ministério Público, no exercício de suas funções, deve ser entendido como uma garantia da sociedade;

9. O Ministério Público Federal deve acentuar a sua atuação na definição de políticas de prevenção da criminalidade.

## **7. Lista tríplice biênio 2007/2009**

Em 2007, após a posse da nova Diretoria, iniciou-se campanha de consulta à classe para a formação da lista tríplice para escolha do Procurador-Geral da República. A quarta edição da votação foi eletrônica, o que conferiu mais agilidade à apuração dos votos e assegurou maior integridade ao processo consultivo. O Presidente da República, pela terceira vez, considerou a lista tríplice promovida pela ANPR e reconduziu Antonio Fernando Souza ao cargo de Procurador-Geral da República. Na lista constaram os nomes dos Subprocuradores-Gerais da República Antonio Fernando Souza (com 404 votos), Wagner Gonçalves (com 181 votos) e Roberto Monteiro Gurgel Santos (com 161 votos).

## **8. Projetos**

### **8.1 Direito e Democracia**



Em 12 de março de 2009, o *Seminário: A Nova Separação dos Poderes* lançou o projeto "Direito e Democracia" iniciativa da ANPR que visa acirrar o debate a respeito do aprimoramento do Estado democrático de Direito. O desafio da ANPR é resgatar a importância do Parlamento e da democracia como formas legítimas de expressão da soberania popular e da sociedade civil.

No dia do evento foi lançada a coleção de livros "ANPR de Direito e Democracia". A primeira obra publicada é "*A Nova Separação dos Poderes*" de autoria do professor Bruce Ackerman. A coleção tem o propósito de discutir as nuances da atual relação entre Direito e Política, a nova separação dos poderes, a relação entre processo deliberativo e processo judicial, a legitimidade da jurisdição constitucional, o esvaziamento da democracia e do Legislativo, suscitando reflexões sobre a estrutura do Estado brasileiro, sobre a legitimidade da ordem jurídica e sua atual relação com a democracia.

## **8.2 ANPR Cultural**

O início do Projeto ANPR Cultural foi destaque deste biênio. O Projeto está suspenso para o aperfeiçoamento da proposta e adequação do estatuto da Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva a Lei *Rouanet*. O ANPR Cultural é o movimento que surgiu da parceria entre a Associação, a Fundação e a Abravideo (Associação Brasileira de Apoio ao Vídeo no Movimento Popular) como uma iniciativa de usar a arte como estratégia de inclusão social, priorizando as comunidades excluídas

Esta ação tem por objetivo criar e desenvolver projetos culturais de cunho nacional, nas áreas de música, artes cênicas, artes plásticas e literatura, destinados à sociedade em geral, a partir da captação de recursos advindos dos 6% do Imposto de Renda devido dos Procuradores da República e da parceria de pessoas jurídicas.

## **8.3 ANPR Invest**

A ANPR lançou plano de previdência privada para atender às necessidades dos associados, especialmente, após a promulgação da Emenda Constitucional nº. 41, que acabou com o regime de aposentadoria integral. O ANPR Invest é uma opção para garantir o padrão de vida na aposentadoria.



Em parceria com a MAPFRE Seguros, o ANPR Invest foi desenvolvido exclusivamente para o associado com características e condições diferenciadas. O fundo MAPFRE, administrado pela MAPFRE Seguradora, é uma opção de investimento que contempla, ao mesmo tempo, credibilidade e segurança aos seus investidores, constituindo produto financeiro flexível, transparente e rentável. O produto oferece as taxas mais vantajosas do mercado e diversas opções de planos de acordo com o perfil do investidor.

#### **8.4 Fundo de Pensão Associativo do Ministério Público e da Justiça Brasileira (JUSPREV)**

O Fundo de Pensão Associativo do Ministério Público e da Justiça Brasileira (JUSPREV) oferece plano de previdência privada para associados e beneficiários, com a missão de disseminar a cultura previdenciária entre os integrantes da classe.

O JUSPREV proporciona uma melhor rentabilidade a longo prazo se comparado a outras previdências privadas abertas em bancos. As taxas do fundo de pensão do MP e da Justiça brasileira não possuem fins lucrativos como ocorre nas instituições financeiras. No JUSPREV, o lucro é convertido em rentabilidade futura para os participantes.

Por se tratar de plano de previdência complementar destinado especificamente a membros do Ministério Público e da Magistratura, o fundo conhece as necessidades do público e fornece excelentes opções de investimento.

#### **9. Comunicação social**

No biênio 2007/2009 a comunicação da ANPR foi aperfeiçoada com o aprimoramento dos produtos e serviços executados pelo Departamento de Comunicação (Decom). Atualmente, o Decom é responsável por 12 produtos e serviços de comunicação voltados ao público interno (associados) e ao externo (sociedade).

##### **1. Assessoria de imprensa**

Serviço de atendimento à imprensa recorrente à ANPR. A equipe do Decom dispõe de *mailing list* com os contatos dos principais veículos e jornalistas especializados na cobertura do Judiciário e Ministério Público para o qual é enviado



sistematicamente material (releases) com informações sobre a atuação da ANPR. O referido *mailing* é constantemente atualizado e o envio deste material é feito por e-mail.

Em termos de inserção da ANPR na mídia nacional (considerando jornais, revistas, noticiário on-line, TV e Rádio), de 17 de janeiro de 2008 a 17 de abril de 2009, o *Clipping ANPR* registrou 454 matérias impressas nas quais a entidade é citada como fonte de informação e 191 com declarações do presidente da ANPR, Antonio Carlos Bigonha (91 matérias em 2008 e 100 matérias até 17 de abril de 2009).

No biênio 2007/2008 também foram produzidas e divulgadas à imprensa nacional 13 notas de desagravo a associados e 9 notas de apoio a membros e a entidades do Judiciário.

O Decom acompanha sistematicamente as entrevistas a veículos de comunicação do Presidente e dos Diretores da entidade, bem como Procuradores que solicitam apoio. No biênio 2007/2009, foi atendida a demanda de 409 jornalistas para tratar de diversos assuntos relacionados aos interesses dos membros do Ministério Público e da sociedade. Isso representa uma média de mais 17 atendimentos à imprensa por mês, considerando não apenas os veículos impressos, mas também os meios eletrônicos (internet, rádio e televisão).

## 2. Comunicação interna

Em dezembro de 2008, o Decom passou a acompanhar as reuniões e audiências externas do Presidente da ANPR a fim de proporcionar maior transparência à gestão. Nesta época, a campanha de recomposição dos subsídios dos membros do MPF foi marcada por intensa presença do presidente da ANPR na Câmara dos Deputados articulando com parlamentares a inclusão do projeto de lei que prevê o reajuste dos vencimentos do Procurador-Geral da República (PL 7.298/2006). As informações da campanha de recomposição dos subsídios foram divulgadas por meio de edições extras e convencionais do *Informativo ANPR* e de matérias publicadas no *portal ANPR*.

## 3. Informativo ANPR

No início desta gestão, intensificou-se a edição do *Informativo ANPR*, cuja periodicidade passou de duas vezes por semana para diário. Além de ser enviado



por e-mail para todos os associados, o *Informativo ANPR* é disponibilizado no *portal da ANPR*, na área restrita aos associados, e enviado pelo correio para cerca de 160 associados aposentados que não dispõem de acesso à internet.

#### 4. Campanhas institucionais

Em dezembro de 2007, a ANPR participou da comemoração do Dia da Justiça, promovida pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Foi montado estande com *banners* e exibição de vídeos para divulgar o trabalho da ANPR e do Ministério Público Federal. O referido estande foi montado em Brasília (DF), no térreo da Biblioteca Nacional, localizada no Complexo da República, no dia 8 de dezembro.

#### 5. Portal ANPR - [www.anpr.org.br](http://www.anpr.org.br)

Em janeiro de 2008, o portal da ANPR foi reformulado para atender a demanda da atual Diretoria. A nova apresentação da página eletrônica da Associação deu início às comemorações dos 35 anos da entidade. O novo formato foi desenvolvido pelo Decom em parceria com o Departamento de Informática. Utilizou-se o sistema de gerenciamento de conteúdo (CMS) Joomla de código aberto, o que não envolve custo de aquisição e de manutenção. A ferramenta proporcionou maior autonomia sob o portal por ser de administração direta do Decom. Atualmente, todos os produtos de comunicação da ANPR estão disponíveis na página eletrônica da Associação em meio magnético, além do amplo acesso é possível realizar *download*, o que possibilita maior visibilidade aos produtos.

De agosto de 2008 a março de 2009, o *portal ANPR* recebeu média de 7.054 visitas mensais. Cada visitante acessou, em média, três páginas e permaneceu no portal 2 minutos e 17 segundos. Os internautas chegam ao portal ANPR, em sua maioria (53,21%), pelo tráfego direto, digitando o endereço da Associação, as ferramentas de busca também auxiliam e correspondem a 40,50% dos acessos. Já os sites de referência respondem por 6,28% de acessos ao portal ANPR. A página mais acessada é o *Clipping ANPR* com 3.347 acessos, em média, por mês. O link *Últimas Notícias* também teve grande número de acessos pelos internautas. A seção apareceu em destaque, em quatro dos oito meses analisados, com média de 383 visitas por mês.

#### 6. Clipping ANPR





O produto foi reformulado junto com o *Portal ANPR*. O *Clipping ANPR* traz a seleção diária, de segunda à sexta-feira, de notícias veiculadas na imprensa nacional sobre temas de relevância aos membros do MPF. As notícias são subdivididas por tema como MPF, MP Estadual, Judiciário, política, economia, segurança pública, entre outros. A nova versão tem calendário que possibilita a busca por matérias antigas. Outra inovação são três ferramentas, localizadas a direita do calendário, a primeira é 'destaques' para quem desejar ver as notícias subdivididas por temas e títulos, a segunda 'íntegra', permite ler as matérias em uma única página e a terceira opção é 'imprimir'. As mudanças visaram atender melhor os associados, proporcionando maior comodidade

#### 7. Revista ANPR Online

A publicação passou por reformulação de layout e foi formulada para atender aos pedidos dos associados interessados em publicar artigos em veículo que possua o Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas – ISSN. O número identificador é aceito internacionalmente e seu uso é definido pela norma técnica internacional da International Standards Organization ISO 3297. Atualmente, a Revista tem sete edições com diversos textos de opinião, artigos científicos e palestras gravadas em vídeo.

#### 8. Revista Notícias ANPR

A revista passou a ser editada em papel reciclado a partir de setembro de 2007. A utilização do papel reciclado teve por objetivo contribuir com a preservação do meio ambiente. A *Notícias ANPR* tem periodicidade bimestral e é enviada gratuitamente para os associados e representantes do Judiciário, Executivo e Legislativo, universidades, bibliotecas e entidades ligadas à defesa dos interesses públicos e dos cidadãos.

#### 9. Programa de TV – Ação Pública

O programa participou do 6º Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça 2008 e alcançou o primeiro lugar na categoria reportagem de TV com a matéria que abordou a Crise Aérea do segundo semestre de 2007. Em fevereiro de 2009, o *Ação Pública* estreou novo formato do conteúdo e de apresentação. Duas grandes reportagens abordam assuntos que estão na pauta de discussão do Ministério Público e da sociedade brasileira. Especialistas, autoridades e o cidadão são



ouvidos para que o telespectador tenha mais argumentos para formar a sua opinião sobre cada tema. O programa ainda tem dois novos quadros. No *Direitos Fundamentais* um operador do Direto explica, a cada edição, a parte da Constituição Federal de 1988 que trata dos Direitos e Garantias Fundamentais. No fim do programa, o quadro *Momento Cultural* traz sugestões de livros e eventos do meio jurídico.

#### 10. Programa de Rádio - Direto ao Cidadão

Considerado veículo inovador em termos de comunicação institucional, o *podcast Direto ao Cidadão* (reportagem em áudio disponibilizado via internet) foi classificado em segundo lugar na categoria reportagem de rádio do 5º Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, promovido pelo Fórum Nacional de Comunicação e Justiça (FNCJ) em novembro de 2007.

Em abril de 2008, o *podcast Direto ao Cidadão* passou a fazer parte da programação da Rádio Justiça. O programa de rádio é veiculado aos sábados (13h45) e ainda é disponibilizado no *portal da ANPR* com link para *download*. O *Direto ao Cidadão* participou do 6º Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça 2008 e ficou em segundo lugar na categoria reportagem de rádio com o programa que tratou do perfil do pedófilo.

#### 11. Observatório do Ministério Público (C&D – Constituição & Democracia)

A ANPR consolidou o convênio firmado com o Grupo de Pesquisa, Sociedade, Tempo e Direito da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB). Na parceria firmada a Associação é responsável pelo “Observatório do Ministério Público” uma editoria da publicação “C&D – Constituição & Democracia” que veicula mensalmente artigos com temas relacionados à Justiça e à Direito. O Observatório é mais um espaço para publicação dos artigos científicos e de opinião de autoria de associados.

#### 12. Planejamento estratégico do Decom

Em agosto de 2008, o departamento passou por reformulação de pessoal e a nova equipe estabeleceu junto ao Presidente, Antonio Carlos Bigonha, e ao Diretor de Comunicação, Wellington Saraiva, a Política de Comunicação da ANPR e o Plano de Ação do Decom para o segundo semestre. Nesta linha de atuação, o



Departamento apresenta Plano de Ação semestral, além de reunir-se mensalmente para elaborar Plano de Ação interno.

#### **10. Interação com outras entidades e movimentos associativos**

A Diretoria da Associação no biênio 2007/2009 manteve e fortaleceu a interação com entidades e movimentos associativos. A ANPR, representada pelo Presidente ou por pessoa designada, participa regularmente das reuniões destes movimentos e de atos que sejam de interesse dos Procuradores da República.

Entre estes estão:

- Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) - Estratégia de articulação e de atuação conjunta entre os órgãos que trabalham com a fiscalização, o controle e a inteligência no Governo Federal, no Poder Judiciário e no Ministério Público, como forma de otimizar a prevenção e o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro. O combate à corrupção foi inserido entre os temas de atuação da Estratégia a partir da edição de 2007.
- Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) – Movimento composto por 40 entidades que acompanham a atuação do Tribunal Superior Eleitoral e mantém contato com os responsáveis pela adoção de medidas que favoreçam a lisura do processo eleitoral em todo o Brasil.
- Frente Associativa do Ministério Público e da Magistratura - Criada em 2007, reúne oito entidades de classe com o objetivo de unir esforços para discutir questões de interesse comum às carreiras.
- Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) - Órgão colegiado vinculado à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República criado em agosto de 2003 com a função primordial de monitorar a execução do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo.
- Fórum de Acesso à Informação Pública - Promove e incentiva o debate sobre direito de acesso a informações públicas no Brasil e sobre temas correlatos, como alterações na lei de arquivos públicos.

Em janeiro de 2008, o presidente da ANPR, Antonio Carlos Bigonha, passou a integrar o Conselho Administrativo do Plan-Assiste e exerceu a presidência do Conselho por seis meses.



No primeiro semestre de 2009, Bigonha, assumiu a coordenação da Frente Associativa por um mandato (seis meses). Em março do mesmo ano, a Associação passou a fazer parte do Grupo Executivo da Conatrae.

Durante o biênio 2007/2009, novas parcerias foram firmadas. Em agosto de 2007, a ANPR foi convidada pelo presidente da subcomissão temporária de Combate ao Trabalho Escravo da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal, senador José Nery, a participar da Frente contra o Trabalho Escravo.

Em março de 2008, a Diretoria deliberou pelo ingresso da Associação no Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) que tem 25 entidades de classe afiliadas que discutem temas de interesse comum.

Em fevereiro de 2009, a ANPR foi incluída como parceira do Instituto Innovare que promove o Prêmio Innovare com o objetivo de estimular a multiplicação das práticas que demonstrem o rico e diversificado universo que torna o sistema judicial mais eficiente.

#### **11. Atividades sociais e culturais**

Nesta gestão, a ANPR promoveu eventos em diversos estados e no Distrito Federal objetivando o aprimoramento profissional dos membros do Ministério Público, como prevê o estatuto da Associação. Além disso, realizou encontros de conagração da classe e de estímulo ao intercâmbio de estudos e trabalhos.

Eventos promovidos pela ANPR:

##### **2007**

1. XXIV ENPR
2. Projeto Fundação Estatal
3. Seminário Internacional de Análise Evidencia
4. Seminário 2ª Etapa da Reforma do Judiciário
5. Seminário sobre legalização de jogos no Brasil
6. Prêmio Combate ao Trabalho Escravo
7. Debate Sulamericano sobre verdade e responsabilidade em crimes contra os direitos humanos



8. Solenidade – Dia Mundial do Meio Ambiente (PR/DF)
9. Direitos Sexuais – Estratégias Jurídicas de Atuação
10. Ciclo de debates sobre globalização e internacionalização do Direito
11. II Curso Internacional de Direito Ambiental
12. Seminário Eficiência da Justiça e Sua Eficácia na Economia
13. Ação Justiça
14. VII Encontro Nacional de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural
15. Cerimônia de inauguração da PRM – Picos
16. Coquetel de abertura do XII Encontro Nacional dos Procuradores do Cidadão
17. Confraternização do IX Encontro Nacional da 5.<sup>a</sup> CCR
18. III Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação e Justiça (Conbrascom)
19. XIII Semana Jurídica da Faculdade de Direito da UNB
20. Confraternização de fim de ano entre os servidores e membros da Procuradoria da República no estado da Paraíba.
21. Confraternização de Natal da PGR.
22. Confraternização de fim de ano da Procuradoria da República no Espírito Santo e da Procuradoria do Trabalho da 17<sup>a</sup> Região.
23. Confraternização de final de ano da ANPR.
24. Confraternização de Fim de Ano da PRR/3<sup>a</sup> Região

#### **2008**

1. XXV ENPR
2. IV Senaje
3. Solenidade de comemoração aos 15 anos da Lei Orgânica
4. Seminário perfil psicológico do pedófilo
5. Seminário sobre Direito Portuário
6. Simpósio Nacional MPU e Sociedade: a comunicação pública como facilitadora do diálogo
7. Seminário sobre segurança no desempenho das atividades dos membros do MP
8. Congresso Brasileiro de Carreiras Jurídicas de Estado



9. *Nuevas tendencias em Derecho ambiental Europeo*
10. Seminário Jurídico Persecução Criminal – O Modelo Ideal
11. Seminário Direito de Propriedade Intelectual
12. Seminário sobre a judicialização do PAC
13. Segurança Jurídica e o Desenvolvimento Econômico
14. Simpósio Inovações Legislativas
15. Prêmio Congresso em Foco 2008
16. Seminário Diga não à Corrupção Eleitoral – Voto não é mercadoria é Cidadania
17. Colóquio União Européia, Mercosul e Direitos Fundamentais.
18. Cerimônia de reinauguração da PR/AP
19. IV Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação da Justiça (Conbrascom)
20. Recepção ao Procurador do Japão Keiichi Tadaki
21. Simpósio Júri Federal
22. Festa junina conjunta PGR, PRDF e PRR/1.ª Região
23. I Encontro de Comunicação Social do MPF
24. III Reunião da Corregedoria Nacional com os Corregedores-gerais do Ministério Públicos dos Estados e da União
25. XIV Encontro Nacional de Procuradoras e Procuradores dos Direitos do Cidadão
26. Ciclo de palestras A persecução Penal no Século XXI: o equilíbrio entre as garantias individuais e o combate ao crime
27. Seminário sobre Tráfico de Seres Humanos
28. VI Reunião Especializada de Ministério Público do Mercosul
29. Seminário de Direito Penal e Processual Penal
30. Semana de saúde e bem estar da PGR
31. Festa de confraternização da 4.ª CCR
32. Seminário Criança e Adolescente – Dilemas da prática
33. Confraternização da PRR/ 5.ª Região
34. Confraternização de final de ano da PR/ES
35. Festa junina da Procuradoria Regional da República – 3.ª Região



36. Prêmio de combate ao Trabalho Escravo 2007
37. Seminário perseguição Criminal – o modelo ideal
38. A efetividade da Tutela Penal: execução e presunção da Inocência

## **2009**

1. Seminário A Nova Separação dos Poderes e lançamento do Projeto Direito e Democracia
2. Seminário sobre Direito Ambiental
3. Programa de Treinamento ao Combate de Crimes Contra Crianças Facilitados pelo Computador
4. IX Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente
5. Seminário Internacional A Luta pela Anistia: 30 Anos
6. Ciclo de Palestras sobre Improbidade Administrativa
7. Justiça e doença mental - Loucura: o insano sistema de saúde mental

## **12. Convênios**

No biênio 2005/2007, a ANPR buscou ampliar a rede de convênios de âmbito nacional. Atualmente, a Associação tem as seguintes parcerias:

### **Academia**

#### Companhia Athletica

Isenção das taxas de matrícula e de carteirinha para associados da ANPR residentes no Distrito Federal, além de desconto na mensalidade. O benefício também é válido para pais, cônjuges e filhos.

#### Fitness Brasil

Valor de mensalidade e planos diferenciados para associados residentes em Brasília.

#### Body Tech

Descontos de 50% na taxa de adesão e 10% sobre o valor vigente do pacote fitness para associados residentes em Brasília

#### **Agência de Turismo**

#### Causal Free Turismo



Venda de pacotes, nas mesmas condições ofertadas nos sites e lojas CVC, tanto à vista quanto parcelado, acrescidos de desconto de 5%.

### **Automóveis**

#### Ford

Oferece descontos exclusivos em toda a linha de automóveis, pick ups e utilitários Ford, faturamento direto da fábrica, em nome do próprio colaborador e atendimento personalizado através de consultor de vendas exclusivo.

#### Grupo CAO

Representante das Marcas Hyundai, Subaru e Ford oferece descontos inferiores aos de mercado nas linhas de automóveis.

#### Honda

Automóveis faturados observando a tabela de preços vigente para "frotistas".

### **Banco**

#### Banco do Brasil - RJ

Vantagens e isenção do pacote de tarifas para os associados residentes na cidade do Rio de Janeiro.

### **Cartão de crédito**

#### American Express

Isenção da taxa de adesão, desconto de 90% no valor da anuidade, seguro de acidentes durante viagens e serviço de atendimento exclusivo.

### **Curso**

#### Berlitz Escola de idiomas

Descontos especiais no valor dos cursos ministrados nas escolas Berlitz localizadas em Brasília (DF), Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro capital (bairros Barra e Castelo), São Paulo capital (bairros Aclimação, Anália Franco, Berrini, Haddock Lobo, Higienópolis, Itaim Bibi, Moema, Morumbi, Santo Amaro e Santana), Campinas (SP) e Santo André (SP).

### **Editoras e livrarias jurídicas**

#### Bookseller

Desconto na compra de livros da editora: 40% à vista ou 35% nas compras parceladas.

#### Del Rey





Desconto de 15% em qualquer publicação comercializada pela livraria.

Editora Forense

Desconto de 30% na compra de obras da Editora e 15% de desconto em obras de terceiros.

Juruá Editora

Desconto de 25% para aquisição de obras da Editora.

Lumen Júris

Desconto de 22% nos livros jurídicos de outras editoras e 30% nas obras da Editora.

Sergio Antonio Fabris Editor

Desconto de 20% nos livros da editora para pagamento à vista.

**Eletrodomésticos**

Electrolux

Preços diferenciados, em média, de 10 a 15% abaixo do mercado e são oferecidas diversas formas de pagamento, como o pagamento a vista via boleto, depósito ou cartão de crédito. Os associados tem todo suporte necessário após a compra.

Brastemp Consul

Produtos das marcas Consul e Brastemp com descontos sobre os valores de mercado em torno de 20%. Os preços poderão ser parcelados em até 10 vezes sem juros e não havendo cobrança de frete.

**Eletr-eletrônicos**

SONY

Desconto de até 13% sobre os produtos oferecidos no endereço eletrônico e o parcelamento em até 10 vezes de valores pagos mediante cartão de crédito.

**Hotelaria**

Pousada Arcádia

Descontos de 10% de sexta a domingo e 15% nos demais dias, sobre o valor da diária de balcão, em alta temporada. Em baixa temporada, nos mesmos períodos, os descontos serão de 20% e 30%, respectivamente.

Alto Ferradura



Hospedagem com 10% de desconto de domingo a domingo, (em Alta Temporada) e de 20% (em Baixa Temporada) sobre o valor da diária de balcão, independente do meio de pagamento utilizado.

#### **Locadora de veículos**

##### Localiza

Disponibiliza desconto de 10% sobre a tarifa especial de KM livre (T501) em suas agências próprias ou franqueadas para os associados da ANPR, desde que sejam previamente aprovados pela Localiza.

##### AVIS

Aluguel de automóveis dentro e fora do País, com descontos de 10 a 20%. A empresa está presente em mais de 160 países e tem mais de mil lojas espalhadas em diversos aeroportos.

#### **Restaurante**

##### Porção

Os associados ANPR fazem parte da relação de clientes especiais do Grupo Porção que dá direito a 10% de desconto aos colegas e acompanhantes nos rodízios dos seguintes restaurantes da rede: Porção Rio's, localizado em Ipanema, Barra, Ilha(RJ), Niterói(RJ), Recife(PE), Salvador(BA) e Brasília(DF). O desconto é não cumulativo, válido de segunda à sábado e estende-se ao self-service do Porção Copacabana.

#### **Seguro Saúde**

##### SulAmérica

Disponibiliza seguro-saúde diferenciado a todos os associados da ANPR.



### **13. Anexos**

**13.1 Atas das reuniões da Diretoria**

**13.2 Atas das reuniões do Conselho Fiscal**

**13.3 Demonstrativo dos investimentos durante o biênio 2007/2009**

**13.4 Balanço patrimonial**

**Exercício de 2007**

**Exercício de 2008**

**13.5 Balancete analítico**

**Balancete de janeiro de 2009**

**Balancete de fevereiro de 2009**





### 13.1 Atas das reuniões da Diretoria



## ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA

Aos doze dias do mês de fevereiro de dois mil e nove reuniu-se ordinariamente, nas dependências da Sede da ANPR, na Procuradoria-Geral da República, a DIRETORIA da **Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR**, consoante disposto no art. 13, parágrafo primeiro, do Estatuto, com a presença do seu Presidente Antônio Carlos Alpino Bigonha, da Vice-Presidente Lívia Nascimento Tinoco e dos diretores Adriana Scordamaglia, Wilson Rocha de Almeida Neto, Wellington Cabral Saraiva. Ausentes justificadamente os diretores Carlos Alberto Gomes de Aguiar, Felício Pontes Júnior, José Taumaturgo, Márcio Andrade Torres, Nara Soares Dantas, Rodrigo Valdez de Oliveira, Osvaldo Soweck Júnior. Assumiu a presidência da reunião o Diretor Presidente Antônio Carlos Alpino Bigonha, tendo este designado a mim, Lívia Nascimento Tinoco, para secretariá-lo. Iniciada a reunião e realizados debates, deliberou-se o seguinte:

### 1 – CALENDÁRIO ELEITORAL

A Diretoria definiu o seguinte calendário eleitoral:

#### INSCRIÇÃO DE CHAPAS PARA DIRETORIA E COLÉGIO DE DELEGADOS:

(Parag. 1º, art. 36)

Início: 15/02/2009 – Domingo

Término: 15/03/2009 - Domingo

#### VOTAÇÃO, APURAÇÃO E DIVULGAÇÃO OFICIAL DO RESULTADO: (Art. 37)

**Data:** 14/04/2009 – Terça-feira

**Horário Votação:** **Início:** 10 horas (horário de Brasília)

**Encerramento:** 18 horas (horário de Brasília)

**Divulgação Resultado :** 18h;30min.

#### DATAS PROPOSTAS PARA DEBATES ENTRE AS CHAPAS CONCORRENTES:

20/03/2009(Sexta-feira) – Brasília

23/03/2009(Segunda) - Rio de Janeiro

24/03/2009(Terça-feira) - São Paulo

27/03/2009(Sexta-feira) – Porto Alegre

03/04/2009(Sexta-feira) – Recife

- Como opção poderia definir-se apenas duas datas para debate entre os candidatos. Nessa forma os debates seriam realizados em Brasília, com transmissão simultânea para todo o Brasil, utilizando-se o sistema de transmissão da PGR (utilizado para as Sessões do Conselho Superior).



**ANPR**

Associação Nacional dos  
Procuradores da República

**CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E INSCRIÇÃO CHAPAS AO  
CONSELHO FISCAL – BIÊNIO 2009/2011**

**27/04/2009(Segunda-feira)** – Publicação DOU Edital AGO (art. 23 e 24) para 14/05/2009.

**28/04/2009(Terça-feira)** – Início prazo para inscrição chapas ao Conselho Fiscal (art.30).

**12/05/2009(Terça-feira)** – Término prazo para inscrição chapas ao Conselho Fiscal.

**ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, POSSE DIRETORIA E DO COLÉGIO DE DELEGADOS,  
ELEIÇÃO DO CONSELHO FISCAL:**

**14/05/2009(Quinta-feira) – 10:00hs.** – Assembléia Geral Ordinária:

- . Apresentação do Relatório Final e Aprovação contas
- . Posse Diretoria e Colégio Delegados 2009/2011

**14/05/2009(Quinta-feira) – 14:00hs.** – Reunião Diretoria/Colégio Delegados 2009/2011

- . Eleição do Conselho Fiscal Biênio 2009/2011

**14/05/2009(Quinta-feira) – 20:00hs.** - Coquetel

A Diretoria deliberou, também, que as despesas com a campanha eleitoral correrão sob as expensas dos candidatos.

**2 – REUNIÃO COM RELATOR DA REFORMA DO JUDICIÁRIO**

No final da manhã a diretoria da ANPR reuniu-se com o Deputado Federal Paes Landim, relator da Reforma do Judiciário, para tratar da segunda etapa da reforma do judiciário e da campanha salarial.

Nada mais havendo a tratar, foi declarada encerrada a reunião, com a lavratura da presente ata.

**ANTONIO CARLOS ALPINO BIGONHA**  
Presidente

**LÍVIA NASCIMENTO TINÓCO**  
Vice-Presidente





## **ATA DE REUNIÃO DA DIRETORIA – 3/12/2008**

Aos três dias do mês de dezembro de dois mil e oito, reuniu-se ordinariamente, nas dependências da Sede da Associação Nacional dos Procuradores da República, na Procuradoria-Geral da República, a Diretoria da entidade, consoante disposto no art. 13, § 1º, do seu Estatuto, com a presença do seu Presidente, Antônio Carlos Alpino Bigonha, e dos diretores Carlos Alberto Gomes Aguiar, José Taumaturgo da Rocha, Márcio Andrade Torres, Nara Soares Dantas, Rodrigo Valdez de Oliveira e Wilson Rocha de Almeida Neto. Assumiu a presidência da reunião o Presidente Antônio Carlos Alpino Bigonha, que designou a mim, Nara Soares Dantas, para secretariá-la. Iniciada a reunião, usaram a palavra o Presidente Antônio Carlos Bigonha e os diretores para tecer considerações e deliberar sobre os seguintes temas.

### **1. Pleito do associado João Ricardo da Silva Ferrari – cancelamento de curso e ressarcimento de custos:**

A Diretoria, por não vislumbrar irregularidade no procedimento da ESMPU capaz de afetar interesses da classe, entendeu não se justificar a intervenção da Associação no caso.

### **2. Avaliação do XXV ENPR:**

A Diretoria avaliou o evento como extremamente exitoso, tendo merecido menções elogiosas por parte de inúmeros associados que nele estiveram presentes. Acerca desse tema, deliberou-se, ainda, que na próxima reunião, quando já estarão prontos os balancetes do XXV ENPR, será feito um balanço financeiro do evento.

### **3. Fórum Social Mundial 2009:**

Tendo em vista a inscrição da ANPR no Fórum Social Mundial de 2009, a ser realizado entre os dias 27/01 a 01/02/2009 na cidade de Belém/PA, bem como a necessidade de sua articulação com outras instituições para a participação no evento, a Diretoria deliberou designar o Diretor Felício Pontes Júnior para a tarefa, representando a ANPR no evento.

### **4. Pleito do associado Hélio Maldonado Jorge – Livro em memória de Pedro Jorge:**

A Diretoria deliberou comunicar ao interessado que se coloca à disposição para, juntamente com a Fundação Pedro Jorge e dentro de suas possibilidades, apoiar o mencionado projeto.

### **5. Pleito do associado Marcus Vinícius de Aguiar Macedo – gratificação da função de Procurador-Chefe:**

A Diretoria deliberou formalizar requerimento ao Procurador-Geral da República de instituição de gratificação para a função de Procurador-Chefe, a exemplo do que ocorre no Ministério Público do Trabalho.



## ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DA REPÚBLICA

SAF Sul, quadra 4, conj. C, bloco B, salas 113/114 – Brasília-DF – CEP 70050-900 – Tel. (61) 3201-9025 Fax. (61) 3201-9023  
Site: www.anpr.org.br E-mail: anpr@anpr.org.br

### **6. Férias do Presidente:**

Considerando a remoção da Vice-Presidente da cidade de Brasília para Aracaju, bem como a coincidência de suas férias com as do Presidente, deliberou-se que os diretores que na ocasião estiverem disponíveis assumirão a Presidência da ANPR, deliberando-se, desde logo, que o Diretor Márcio Torres ficará designado para o período compreendido entre os dias 5 a 9/01/2009.

### **7. Ofício nº 1.040/DPU/BA/ODHTC – criação de Ofício de Tutela Coletiva na estrutura das Defensorias Públicas da União:**

Considerando a participação da ANPR como *amicus curiae* na ADI proposta pela CONAMP, que contesta a legitimidade ativa da DPU para propositura de ACPs, e que já conta com o parecer favorável do PGR, a diretoria deliberou levar ao conhecimento da CONAMP o mencionado ofício, que informa a criação de Ofício de Tutela Coletiva na Defensoria Pública da Bahia, a fim de ser traçada uma estratégia paralela de atuação.

### **8. Relatório de Ações do Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas – continuidade da colaboração para manutenção do Fórum:**

A Diretoria deliberou manter a parceria com a entidade e encaminhar a prestação de contas apresentada por ela para o Conselho Fiscal da ANPR.

### **9. Estabelecimento do dia 3 de março como o dia comemorativo do MPF:**

A Diretoria deliberou formalizar pleito ao Congresso Nacional para elaboração de Projeto de Lei nesse sentido.

### **10. XXVI ENPR:**

A Diretoria deliberou abrir ainda esta semana o processo para a escolha por votação dos associados do local que sediará o próximo ENPR.

### **11. Projeto “Direito e Democracia”**

Foi apresentado pelo Presidente da ANPR o Projeto “Direito e Democracia”, seguido de explanações circunstanciadas pelo Professor e Consultor Luiz Moreira Gomes Júnior, do ID – Instituto Democracia. A Diretoria deliberou pela aprovação integral do projeto.



## **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DA REPÚBLICA**

SAF Sul, quadra 4, conj. C, bloco B, salas 113/114 – Brasília-DF – CEP 70050-900 – Tel. (61) 3201-9025 Fax. (61) 3201-9023  
Site: [www.anpr.org.br](http://www.anpr.org.br) E-mail: [anpr@anpr.org.br](mailto:anpr@anpr.org.br)

### **11. Critério para o pagamento de diárias e passagens:**

A Diretoria deliberou solicitar à Secretaria-Geral do MPF informações acerca dos critérios que vêm sendo utilizados para o pagamento das diárias e passagens, objetivando o encaminhamento de uma solução administrativa ao pleito dos associados. Não havendo concordância da Administração será analisado o ajuizamento de ação judicial para tratar do tema.

### **12. Pleitos dos associados aposentados apresentados na reunião ocorrida no XXV ENPR:**

A Diretoria deliberou encaminhar os pleitos ao PGR para apreciação.

Nada mais havendo a tratar, foi declarada encerrada a reunião, com a lavratura da presente ata, que segue assinada pelo Presidente e por mim.

**ANTONIO CARLOS ALPINO BIGONHA**

Presidente

**NARA SOARES DANTAS**

Diretora Secretária

## ATA DE REUNIÃO DA DIRETORIA

Aos vinte e seis e vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e oito reuniu-se ordinariamente, nas dependências da Sede da ANPR, na Procuradoria-Geral da República, a DIRETORIA da **Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR**, consoante disposto no art. 13, parágrafo primeiro, do Estatuto, com a presença do seu Presidente Antônio Carlos Alpino Bigonha, da Vice-Presidente Livia Nascimento Tinoco e dos diretores Adriana Scordamaglia, Nara Soares Dantas, José Taumaturgo da Rocha, Márcio Andrade Torres, Rodrigo Valdez de Oliveira, Wellington Cabral Saraiva, Wilson Rocha de Almeida Neto, Carlos Alberto Gomes Aguiar e Osvaldo Sowek Júnior. Ausente o diretor Felício Pontes Júnior. Assumiu a presidência da reunião o Diretor Presidente Antônio Carlos Alpino Bigonha, tendo este designado a mim, Nara Soares Dantas, para secretariá-la. Iniciada a reunião, trataram os diretores dos seguintes temas.

**1. Reunião do Colégio de Delegados** – Foram discutidos os pontos da pauta para a reunião da tarde e atualizados os assuntos com o presidente;

**2. Férias do presidente (07 a 24/07/2008)** – deliberou-se que o diretor Taumaturgo Rocha (Diretoria dos Associados Aposentados) responderá pela presidência da ANPR durante o período indicado;

**3. Estratégia de comunicação entre a Diretoria e o Colégio de Delegados** – deliberou-se publicar mensalmente uma consolidação dos assuntos mais importantes tratados pela ANPR, encaminhando-se aos delegados;

#### **4. Parcerias/Apoio/Patrocínios:**

**4.1. Projeto Seminário Jurídico – Sindicato dos Policiais Federais no Distrito Federal – SINDIPOL** – deliberou-se que a ANPR participará do evento centrando-se no tema relacionado ao papel do inquérito policial no sistema de persecução criminal;

**4. 2. Pleito do Dr. Moacir Mendes Sousa (tombamento de obra de Dorival Caymmi)** – apesar da importância da obra e nobreza do pleito, entendeu-se não ser função da ANPR dar o referido encaminhamento;

**4.3. Projeto para realização do Seminário “A Efetividade da Tutela Penal: Execução da pena e presunção da inocência”** – com vistas a estabelecer uma aproximação entre juizes e procuradores, deliberou-se aprovar o referido projeto, com data prevista para 06 de agosto próximo;

**4.4. Pleito do Coral Encantos (ASMPF e SERPRO) – solicitação de patrocínio** – deliberou-se por conceder o apoio financeiro solicitado;

**5. 1ª Conferência Geral do Ministério Público Federal – Dr. Marcos Antonio da Silva Costa, PR/PE** – entendendo ser pertinente a proposta do associado para o planejamento estratégico do MPF, deliberou-se encaminhá-la ao PGR;

**6. Livro comemorativo dos 35 anos da ANPR - Custos de impressão, diagramação e revisão** – feita a apresentação pela assessora de imprensa da ANPR sobre o projeto e custos da obra, deliberou-se aprovar a sua execução, buscando-se, todavia, redução dos custos, mediante novos orçamentos;

**7. XXV ENPR:** a diretora de Eventos fez uma apresentação sobre os preparativos do encontro, oportunidade em que também foram colhidas propostas e sugestões dos demais diretores;

**7.1. Participação do MP/BA** – deliberou-se que será feito contato com a Diretoria da AMPEB, a fim de tratar da participação do MP/BA no próximo ENPR;

**8. Ação judicial sobre diferença de diárias retroativa ao período de 01.01.2005 a 26.07.2005 (Lei 11.144/05) – entendimento judicial desfavorável** – deliberou-se que a ANPR patrocinará, por meio de seu



**ANPR** Associação Nacional dos Procuradores da República



advogado, ação individuais de seus associados (podendo ser em número de cinco autores), informando-se oportunamente aos associados interessados sobre o envio de procuração para tal finalidade;

**9. Discussão sobre obra comemorativa dos 15 anos da LC 75/93** – deliberou-se convidar colegas para contribuírem com material, a fim de viabilizar a realização da obra;

**10. Mudança dos titulares das Diretorias Cultural e Legislativa** – estando todos de acordo, o diretor Wilson Rocha passará a tratar dos assuntos legislativos, ao lado do diretor Felício Pontes, e o diretor Márcio Torres passará a tratar dos assuntos culturais da ANPR.

Nada mais havendo a tratar, foi declarada encerrada a reunião, com a lavratura da presente ata.

**ANTONIO CARLOS ALPINO BIGONHA**

Presidente

**NARA SOARES DANTAS**

Diretora Secretária



**ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DA REPÚBLICA**

SAF Sul, quadra 04, Conj. C, Bloco "B", salas 113/114 – Brasília-DF – CEP 70050-900 – Tel. (61) 3201-9025 Fax. (61) 3201-9023  
Site: www.anpr.org.br E-mail: anpr@anpr.org.br

## ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA

Aos vinte e quatro e vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil e oito reuniu-se ordinariamente, nas dependências da Sede da ANPR, na Procuradoria-Geral da República, a DIRETORIA da **Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR**, consoante disposto no art. 13, parágrafo primeiro, do Estatuto, com a presença do seu Presidente Antônio Carlos Alpino Bigonha, da Vice-Presidente Lívia Nascimento Tinoco e dos diretores Adriana Scordamaglia Fernandes Marins, Felício Pontes Júnior, José Taumaturgo, Márcio Andrade Torres e Rodrigo Valdez de Oliveira. Ausentes os diretores Nara Dantas, Wellington Cabral Saraiva, Wilson Rocha de Almeida Neto, Carlos Alberto Gomes Aguiar e Osvaldo Soweck Júnior. Assumiu a presidência da reunião o Diretor Presidente Antônio Carlos Alpino Bigonha, tendo este designado a mim, Rodrigo Valdez de Oliveira, para secretariá-la. Iniciada a reunião, trataram os diretores dos seguintes temas.

**1 – Consulta para a composição das Câmaras e PFDC.** Reunida a diretoria da Associação, após audiência com o Procurador-Geral da República, deliberou-se pelo cancelamento da consulta ao corpo de associados em relação à renovação da composição das câmaras de coordenação e revisão do Ministério Público Federal, bem como à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. É que apenas 11 Sub-Procuradores-Gerais da República formalizaram candidaturas perante a ANPR, a saber, Wagner de Castro Mathias Netto, Aurea Maria E. N. Lustosa Pierre, Mario José Gisi, Sandra Cureau, Aurélio Virgílio Veiga Rios, Brasilino Pereira dos Santos, Haroldo Ferraz da Nóbrega, Gilda Pereira de Carvalho, Deborah Duprat, Paulo de Tarso Braz Lucas e Ela Wiecko Vokmer de Castilho. Diante do baixo comparecimento de candidatos, em menor número do que o de vagas disponíveis nas câmaras de coordenação e PFDC, a diretoria concluiu ser desnecessária a consulta, uma vez que todas as pretensões seriam necessariamente acomodadas pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal. No dia 25.04.2008 (manhã) decidiu a Diretoria cancelar a consulta pelas razões descritas abaixo (email enviado aos associados): *“Encerrado o prazo de inscrição para a consulta relativa à composição das câmaras de coordenação e revisão e da PFDC, apenas 11 associados se inscreveram. Vinte colegas inscreveram-se junto ao Conselho Superior, dentre eles todos os associados que apresentaram suas candidaturas junto à ANPR.*

*Após análise do número de vagas a serem preenchidas, isto é, 18 titulares e 18 suplentes nas Câmaras mais a PFDC, em cotejo com o número de candidatos (11 associados), constatamos que não haverá qualquer possibilidade de disputa, eis que todos serão necessariamente contemplados.*

*A consulta, portanto, perdeu seu objeto, razão pela qual a ANPR, lamentando o pequeno número de inscritos, comunica aos associados o seu cancelamento.*

*Atenciosamente,*

*Diretoria da ANPR ”.*

**2 – Congresso das Carreiras Jurídicas.** A diretoria, diante do pleito da organização do evento que solicita o pagamento de 50 hospedagens (3 diárias), deliberou no sentido de que, diante dos custos, não há possibilidade de seu atendimento integral. Deliberou-se pela apresentação de contra-proposta de custeio de 26 Procuradores da



## ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DA REPÚBLICA

SAF Sul, quadra 04, Conj. C, Bloco "B", salas 113/114 – Brasília-DF – CEP 70050-900 – Tel. (61) 3201-9025 Fax. (61) 3201-9023  
Site: www.anpr.org.br E-mail: anpr@anpr.org.br

República (um por Estado) na forma integral, pela organização do evento, sem qualquer custeio por parte da ANPR.

**3 – Pleito de Intervenção da ANPR por Provocação do Colega WALMOR ALVES MOREIRA.** A Diretoria deliberou, por unanimidade, ratificar a resposta do Presidente no sentido de que, por princípio, a ANPR não intervém em conflitos entre associados, notadamente os que já estão em análise nas instâncias devidas.

**4 – XXV ENPR.** Foi apresentada pelo Presidente proposta de programa. O encontro terá por tema “Os 20 anos da Constituição de 1988 e o Ministério Público.”

**5 – Conbrascom 2008 – IV Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação da Justiça e Comunicação.** Diante da relevância do evento, e nos mesmos termos da participação da Associação em anos anteriores, foi autorizado auxílio-financeiro.

**6 – Emenda 41/2003 –** Foi deliberado o ajuizamento de ação judicial (protesto) visando interromper o prazo prescricional sobre as parcelas descontadas dos associados que não fazem jus à aposentadoria integral, com paridade entre vencimentos e proventos. Para tanto, será formalizada consulta ao corpo de associados para o patrocínio dos interessados.

**7 – Retroativo da PAE – auxílio moradia –** o Presidente da ANPR, juntamente com os presidentes das outras três associações de membros do MPU, formulou requerimento ao PGR relativo ao pagamento dos valores retroativos. O PGR encaminhou o pedido ao Secretário Geral para estudo do impacto orçamentário, (requerimento PGR nº 1.00.000.003528/2008-41, de 04/04/2008), autuado e remetido ao Secretário Geral em 10 de abril de 2008, o qual aguarda despacho até a presente data.

**8 – próxima reunião:** em princípio ficou deliberado que a próxima reunião será nos dias 26 e 27 de junho.

Nada mais havendo a tratar, foi declarada encerrada a reunião, com a lavratura da presente ata.

**ANTONIO CARLOS ALPINO BIGONHA**

Presidente

**RODRIGO VALDEZ DE OLIVEIRA**

Secretário, em exercício.





## ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DA REPÚBLICA

SAF Sul, quadra 4, conj. C, bloco B, salas 113/114 – Brasília-DF – CEP 70050-900 – Tel. (61) 3201-9025 Fax. (61) 3201-9023  
Site: www.anpr.org.br E-mail: anpr@anpr.org.br

### ATA DE REUNIÃO DA DIRETORIA – 6 e 7/3/2008

Aos seis e sete dias do mês de março de dois mil e oito, reuniu-se ordinariamente, nas dependências da Sede da Associação Nacional dos Procuradores da República, na Procuradoria-Geral da República, a Diretoria da entidade, consoante disposto no art. 13, § 1º, do seu Estatuto, com a presença do seu Presidente, Antônio Carlos Alpino Bigonha, da Vice-Presidente Livia Nascimento Tinoco e dos diretores Nara Soares Dantas, Wilson Rocha de Almeida Neto, Adriana Scordamaglia, José Taumaturgo da Rocha, Osvaldo Soweck Júnior, Márcio Andrade Torres, Felício Pontes Júnior, Wellington Cabral Saraiva e Rodrigo Valdez de Oliveira; ausente, justificadamente, o Diretor Carlos Alberto Gomes de Aguiar. Assumiu a presidência da reunião o Diretor-presidente Antônio Carlos Alpino Bigonha, que designou a mim, Nara Soares Dantas, para secretariá-la. Iniciada a reunião, usaram a palavra o Presidente Antônio Carlos Bigonha e os diretores para tecer considerações e deliberar sobre os seguintes temas.

#### **1. Pleito da entidade “Auditoria Cidadã da Dívida” – convite para a ANPR integrar o Conselho Político**

A Diretoria deliberou, por ora, não integrar o referido Conselho Político.

#### **2. Pleito da Pensionista Elizete Pinheiro da Costa (viúva do associado Roberto Casali) de filiação à ANPR**

A Diretoria, por unanimidade, deliberou deferir o pleito e estender a possibilidade de filiação aos demais pensionistas na mesma situação (com base em levantamento que será realizado pela Secretaria da ANPR). Resolveu também, diante da previsão estatutária, encaminhar o requerimento à deliberação do Colégio de Delegados, na forma do artigo 9º do estatuto.

#### **3. Proposta de renovação do convênio com o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE)**

A Diretoria deliberou aprovar a renovação do convênio até dezembro de 2008, condicionada, todavia, à apresentação da prestação de contas do ano de 2007 por parte da entidade.

#### **4. Pleito da Associada Geisa de Assis Rodrigues (PRR3) – apoio financeiro para custear passagens aéreas – evento “Colóquio União Européia, Mercosul e Direitos Fundamentais”**

Aprovou-se, por unanimidade, o custeio de duas passagens aéreas (no trecho São Paulo-Salvador-São Paulo) para associados que serão expositores no evento.

#### **5. Convite para integrar o “Fórum Nacional Permanente de Segurança Pública”**

A Diretoria deliberou colher maiores subsídios a respeito das instituições que integrarão o fórum, a fim de melhor avaliar a conveniência, o interesse e a pertinência da adesão da ANPR.

#### **6. Proposta de honorários do advogado José Leovegildo Oliveira Moraes – ação judicial – imposto sobre a renda (IR) incidente sobre abono pecuniário**

Considerando o acréscimo de trabalho necessário ao prosseguimento do acompanhamento da causa, a modicidade da proposta e a economia propiciada à Associação pelo trabalho do advogado até este ponto, a Diretoria deliberou aprovar a proposta.



## ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DA REPÚBLICA

SAF Sul, quadra 4, conj. C, bloco B, salas 113/114 – Brasília-DF – CEP 70050-900 – Tel. (61) 3201-9025 Fax. (61) 3201-9023  
Site: www.anpr.org.br E-mail: anpr@anpr.org.br

### **7. Proposta de ajuizamento de ação – advogado José Leovegildo Oliveira Morais – quintos/décimos – exclusão do teto remuneratório**

Considerando o interesse da causa para a defesa dos direitos dos associados, a experiência profissional do advogado proponente (ex-procurador da República) e a qualidade do trabalho que vem desenvolvendo em outras demandas de interesse da Associação, a Diretoria deliberou aprovar a proposta.

### **8. Estratégia de atuação – demandas legislativas/parlamentares (notas técnicas)**

Após apresentação feita pelo Departamento Legislativo da ANPR (Delegis) sobre o programa *CP-Pro* (que possibilitará o controle e acompanhamento, inclusive pelos associados, da atividade legislativa de interesse da ANPR), a Diretoria deliberou que deverá prosseguir o trabalho de organização e sistematização dos arquivos da Associação, relativamente a todos os documentos relevantes que receba, e de detecção dos temas pendentes de elaboração de notas técnicas, a fim de orientar a atuação dos representantes da ANPR perante o Congresso Nacional e outros fóruns político-institucionais. Considerando o elevado número de notas técnicas pendentes, a Diretoria solicitará o apoio de colegas associados que possuam conhecimento a respeito dos diversos temas, bem como dos próprios integrantes da Diretoria.

### **9. Segurança institucional dos associados**

Após apresentação feita pelo diretor Wilson Neto sobre a situação da segurança institucional dos associados, e em atendimento à demanda constante no procedimento nº 30/2008, iniciado a partir de solicitações de associados, a Diretoria deliberou, sem prejuízo de outras medidas a serem oportunamente adotadas, encaminhar ofício ao PGR solicitando a aquisição de, no mínimo, um carro blindado por Estado, com o respectivo e necessário curso de treinamento para os motoristas. Ademais, com o objetivo de permitir análise mais aprofundada acerca da matéria, deliberou-se, ainda, solicitar ao PGR informações a respeito da atual situação da segurança institucional do Ministério Público Federal. Deliberou-se, também, que a ANPR fará contato com a Abrablin (Associação Brasileira de Empresas de Blindagem de Veículos) e empresas do ramo, a fim de verificar a possibilidade da celebração de convênio prevendo descontos para os associados.

### **10. Diárias – deslocamento para a PRM de Luziânia-GO**

Considerando o silêncio da administração do MPF quanto ao pleito administrativo veiculado pela ANPR, a Diretoria deliberou, por maioria, ajuizar ação visando à observância da LC 75/93 c/c a Lei nº 8.112/90 no tocante ao pagamento de diárias inferiores a ½ diária nos deslocamentos dos membros do MPF a serviço.

### **11. Comemorações dos 15 anos da Lei Complementar nº 75/93**

A Diretoria deliberou a organização de evento comemorativo, com previsão para o dia 20 de maio de 2008, juntamente com a ESMPU e as demais associações de membros do MPU. Deliberou, ainda, a edição de livro com comentários à LC/75, a ser lançado no próximo ENPR, sob a coordenação do Diretor Wilson Rocha e colaboração do associado Eduardo Pelella.

### **12. Celebração dos 35 anos da ANPR**

Apresentada proposta de livro comemorativo dos 35 anos de fundação da Associação, a Diretoria deliberou aprová-la.



**13. Solicitação de desligamento da ANPR – associado Wellington Divino Marques de Oliveira (PR/DF)**

A Diretoria deliberou acatar o pedido verbal do associado de suspensão do requerimento de desligamento, arquivá-lo e encaminhar-lhe relato das últimas iniciativas da ANPR, especialmente no tocante aos pleitos corporativos dirigidos ao PGR.

**14. Ajuda de custo na remoção a pedido**

Considerando o silêncio da administração do MPF quanto ao pleito administrativo veiculado pela ANPR, a Diretoria deliberou ajuizar ação coletiva visando à garantia do direito dos membros removidos nos últimos cinco anos, até pelo princípio constitucional do tratamento análogo entre Ministério Público e magistratura judicial, sem prejuízo das iniciativas individuais dos associados.

**15. XXV Encontro Nacional dos Procuradores da República**

Após debates acerca do tema do XXV ENPR, que será realizado na Praia do Forte, município de Mata de São João/BA, ficou provisoriamente escolhido o tema “Os 20 anos da Constituição de 1988 e o novo Ministério Público”. Deliberou-se, ainda, que as inscrições para o ENPR serão abertas em abril, por vinte dias, podendo ser prorrogadas, se remanescerem vagas.

**16. Projeto “ANPR Cultural” – estratégia de publicidade**

O Presidente esclareceu que, em função de limitação do estatuto da ANPR quanto à participação no projeto, a Associação buscará parceria com a Fundação Pedro Jorge, na tentativa de superar o entrave e dar início à sua execução.

**17. Prescrição das licenças-prêmio não gozadas e não indenizadas e incidência do imposto de renda**

A Diretoria deliberou ajuizar ação coletiva buscando o pagamento das licenças-prêmio não gozadas.

**18. Evento sobre Direito Portuário, promovido pela Escola da AGU – custeio de dez participantes e indicação de um ou dois debatedores/palestrantes**

A Diretoria deliberou apoiar o evento, custeando a participação (hospedagem e passagem) de um debatedor/palestrante, que será escolhido por meio de consulta à classe.

**19. Plano de Previdência – estratégia de publicidade**

A Diretoria deliberou aprovar a utilização da marca “ANPR Investe” para a publicidade dos planos de previdência aos quais a ANPR aderiu – JusPrev e Mapfre.

**20. Pleito do associado Luiz Francisco Fernandes de Souza – exclusão da lista de contribuintes do pecúlio da ANPR**

A Diretoria deliberou indeferir o pleito, por ausência de amparo estatutário.

**21. Conferência da International Association of Prosecutors (IAP) – captação do evento para 2010 ou 2011 para a cidade de São Paulo ou Recife**

A Diretoria deliberou instruir o requerimento com maiores informações sobre o evento e a participação da ANPR, mediante contato com o autor do pleito, o Recife Conventions and Visitors Bureau.



## **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DA REPÚBLICA**

SAF Sul, quadra 4, conj. C, bloco B, salas 113/114 – Brasília-DF – CEP 70050-900 – Tel. (61) 3201-9025 Fax. (61) 3201-9023  
Site: www.anpr.org.br E-mail: anpr@anpr.org.br

### **22. Congresso Brasileiro das Carreiras Jurídicas de Estado “20 anos da Constituição de 1988” – participação da ANPR**

A Diretoria deliberou acompanhar os preparativos do evento.

### **23. Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas – avaliação da possibilidade de contribuição financeira para manutenção do portal do fórum na internet**

A Diretoria deliberou aprovar o requerimento da entidade e contribuir com o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) mensais.

### **24. Adicional por tempo de serviço (ATS) – pleito da Frente Associativa de estudo do impacto econômico da incorporação do ATS ao subsídio**

A Diretoria deliberou encaminhar ofício à Secretaria-Geral do MPF solicitando o referido estudo, para o fim de viabilizar a articulação parlamentar na aprovação do projeto de lei em curso no Congresso Nacional.

### **25. TV Pública – custos x audiência**

A Diretoria deliberou consultar a empresa produtora do programa “Ação Pública”, da Associação, a fim de obter informação sobre o valor mensal de sua produção, ao invés de quinzenal, após o que deliberará acerca da renovação do contrato.

### **26. Fórum Nacional Permanente de Carreiras Jurídicas Típicas do Estado (FNPCTE) – filiação da ANPR**

A Diretoria deliberou pelo ingresso da ANPR no Fórum.

### **27. Projeto Simpósio “MPU Sociedade: A Comunicação Pública como Facilitadora do Diálogo” – participação da ANPR**

A Diretoria deliberou aprovar a participação da ANPR no projeto.

### **28. Renovação do contrato de execução do Programa “Ação Pública” e alteração do cenário do programa**

Em função do deliberado no item 25, ficou suspensa, por ora, a deliberação a respeito deste item.

### **29. Função eleitoral do Ministério Público Federal em primeiro grau – estratégia da ANPR, tendo em vista a proposta de regulamentação da matéria pelo CNMP (projeto de resolução)**

A Diretoria deliberou instituir comissão de estudo da matéria, a ser presidida pelo diretor Felício Pontes, a fim de estudar a questão e elaborar uma estratégia de atuação. Serão convidados para compô-la os associados Mário Bonsaglia (autor de proposta de atuação da ANPR para assegurar aos membros do MPF o ofício eleitoral em primeiro grau, onde houver unidade do órgão) e Hélio Telho.

### **30. Seminário de juízes, procuradores, promotores e advogados eleitorais, nos dias 24 e 25/8/2008 – interessado: MCCE**

Foi aprovada pela Diretoria a participação da ANPR e de associados seus no evento.

### **31. Projeto de criação do sistema eletrônico de votação – apresentação**

Considerando a necessidade de a ANPR possuir sistema independente, rápido e confiável de votação por parte dos associados e a ineficiência do sistema anteriormente contratado, a



## ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DA REPÚBLICA

SAF Sul, quadra 4, conj. C, bloco B, salas 113/114 – Brasília-DF – CEP 70050-900 – Tel. (61) 3201-9025 Fax. (61) 3201-9023  
Site: [www.anpr.org.br](http://www.anpr.org.br) E-mail: [anpr@anpr.org.br](mailto:anpr@anpr.org.br)

Diretoria deliberou aguardar por escrito a proposta da nova empresa, autora do projeto apresentado, sem prejuízo da busca de outros orçamentos mais vantajosos.

### **32. Projeto auxílio-bolsa de estudos para empregados da ANPR**

Apresentada pelo Presidente a idéia do projeto e suas linhas gerais, a Diretoria deliberou aprová-lo e elaborar resolução que o regulamente e termo de compromisso a ser firmado com os empregados interessados. Em face da minuta trazida à consideração da Diretoria, o Diretor Wellington Cabral Saraiva ficou encarregado de dar-lhe a forma final.

### **33. Indicação de Associado para o Conselho Curador da Fundação Pedro Jorge**

Tendo em vista pedido formulado pelo colega Miguel Frauzino Pereira de afastamento do encargo de conselheiro da Fundação Pedro Jorge, a diretoria deliberou pela indicação do associado Valtan Timbó Martins Mendes Furtando para desempenho da honrosa função.

Consignou-se os agradecimentos ao colega Miguel Frauzino Pereira pelos relevantes serviços prestados à Fundação Pedro Jorge e à ANPR, o que reafirma a importância do nobre associado na vida de nossas instituições, inclusive como idealizador e empreendedor de nossa Fundação e de nossa Associação.

Nada mais havendo a tratar, foi declarada encerrada a reunião, com a lavratura da presente ata, que segue assinada pelo Presidente e por mim.

**ANTONIO CARLOS ALPINO BIGONHA**

Presidente

**NARA SOARES DANTAS**

Secretária



## **ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA**

Aos vinte e sete e vinte e oito dias do mês de agosto de dois mil e sete, reuniu-se ordinariamente, nas dependências da Sede da ANPR, na Procuradoria Geral da República, a DIRETORIA da **Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR**, consoante disposto no art. 13, parágrafo primeiro, do Estatuto, com a presença do seu Presidente Antônio Carlos Alpino Bigonha, da Vice-Presidente Lívia Nascimento Tinoco e dos diretores Adriana Scordamaglia, José Taumaturgo da Rocha, Osvaldo Soweck Júnior, Rodrigo Valdez de Oliveira, Márcio Andrade Torres, Felício Pontes Júnior e Wellington Cabral Saraiva,. Ausentes, justificadamente, os Diretores Carlos Alberto Gomes de Aguiar, Nara Dantas e Wilson Rocha de Almeida Neto. Assumiu a presidência da reunião o Diretor-Presidente Antônio Carlos Alpino Bigonha, tendo este designado a mim, Rodrigo Valdez de Oliveira, para secretariá-la. Iniciada a reunião, usaram a palavra o Presidente Antônio Carlos Bigonha e os diretores para tecer considerações sobre os seguintes temas:

- 1. Proposta de contratação de Digiclip (clipping eletrônico)** – expostos pela Assessora de Comunicação e pelo Presidente da ANPR os benefícios da contratação do serviço. Decidiu-se pela contratação por 03 (três) meses a título de experiência.
- 2. Critérios de promoção por merecimento – Resolução CSMFP n. 86** – Apresentado estudo e proposta pela Vice-Presidente (produzida em conjunto com os colegas Janice Ascari e Eduardo Kurtz Lorenzoni). As observações da Diretoria serão levadas ao grupo de trabalho. Serão discutidas e inseridas alterações e o grupo de trabalho apresentará a proposta aperfeiçoada à ANPR para posterior submissão aos Procuradores, com o fim de colher sugestões.
- 3. Sugestões para o plano de ação estratégica do MP em nível nacional (Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo – CNMP)** – Formada comissão (Procuradores Dr. Hugo Gueiros e Dr. Osvaldo José Barbosa da Silva) sob a coordenação do Presidente da ANPR a fim de compilar as sugestões dos colegas em todo o Brasil (foi aberto no Informativo ANPR o prazo de 30 dias para manifestações). Foi sugerida a juntada das Notas Técnicas produzidas pela ANPR no âmbito legislativo a fim de subsidiar o envio das propostas.
- 4. Requerimento de pagamento de pecúlio (Dr. João Leoni Taveira)** – deferido o pagamento diante da regular instrução do pedido.
- 5. Solicitação de patrocínio, Dr. Wellington Luís de Sousa Bonfim, PR/PI** – Deferimento parcial do pedido mediante a divulgação da logomarca da ANPR no evento.
- 6. Solicitação de patrocínio, Dra. Sandra Cureau (4CCR)** – Deferida a solicitação nos mesmos termos.
- 7. Solicitação de patrocínio, Comissão de Festas da ESMPU, PR/DF e FPJ** – Indeferimento do pleito com base na possibilidade de outras PRs no Brasil também requererem auxílio semelhante (princípio da isonomia), devendo ser privilegiado o



## ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DA REPÚBLICA

SAF Sul, quadra 04, Conj. C, Bloco "B", salas 113/114 – Brasília-DF – CEP 70050-900 – Tel. (61) 3201-9025 Fax. (61) 3201-9023  
Site: [www.anpr.org.br](http://www.anpr.org.br) E-mail: [anpr@anpr.org.br](mailto:anpr@anpr.org.br)

atendimento aos pedidos intimamente ligados à atuação institucional (ESMPU, Seminários, Encontros Nacionais e temáticos, etc.) e face ao grande número de pedidos recebidos pela ANPR.

**8. Proposta de reajuste do auxílio alimentação do MPU** – Tendo em vista a previsão por parte da PGR do reajuste (R\$ 500,00 para R\$ 590,00) na proposta de orçamento para 2008, a ANPR verificará se a proposta contempla o pagamento dos atrasados aos membros (devendo averiguar quando ocorreu o referido aumento no âmbito da JF).

**9. Defesa Judicial de agentes públicos pela AGU/PGU inclusão dos membros do MPU** – prejudicado tendo em vista a Ordem de Serviço n. 31 de 13.06.2007 do Procurador-Geral da União.

**10. Pagamento de ¼ de diárias pelo deslocamento PRDF à PRM-Luziânia – previsão portaria PGR 259/2006** – A ANPR requererá (por escrito e pessoalmente) uma resposta ao pleito.

**11. Exposição da Mafre Seguradora – Previdência Complementar** – 28.08, às 17 horas -

**12. Exposição da Acess/Clube (Seguro Saúde Sulamérica)** – 27.08, às 17 horas -

**13. Programa XXIV ENPR 2007** – aprovado pelos diretores. Divulgação nos próximos informativos.

**14. Propositura de ação judicial: exclusão da incidência do IR sobre remuneração denominada “abono de permanência”** – Aprovados o ajuizamento da ação e a proposta de honorários do Dr. Leovegildo para representar a ANPR. A autorização individual dos colegas que já recebem o abono deverá ser providenciada, bem como a realização de Assembléia Extraordinária para colher a autorização dos demais membros.

**15. Proposta de renovação de contrato (convênio) – MCCE – Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral** – aprovada a renovação para o ano de 2007, devendo ser revisto para o ano de 2008.

**16. Diagnóstico do Plan-assiste** – levantamento efetuado pelos delegados nos Estados. Resultado será encaminhado para análise da Diretora Adriana Scordamaglia. Realizada Reunião (27.08 – 16hs) Diretora Adriana Scordamaglia com servidor Diretor executivo do plan-assiste, Marcio Lima Medeiros, este passou à diretora Adriana Scordamaglia o relatório que está pendente de análise pelo Secretário Geral do MPF, que traz algumas sugestões de reformas estruturais, conforme documento em anexo. (se os diretores entenderem necessário, podemos scanear o documento e colocar como um anexo do nosso informativo, no intuito da ata não ficar grande.) Em razão destes dados, expediu-se ofício ao Exmo. Sr. Secretário Geral com o fim de que, como a maior brevidade possível, fosse marcada reunião do Conselho do plan-assiste para que a ANPR apresentasse também suas sugestões.



## **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DA REPÚBLICA**

SAF Sul, quadra 04, Conj. C. Bloco "B", salas 113/114 – Brasília-DF – CEP 70050-900 – Tel. (61) 3201-9025 Fax. (61) 3201-9023  
Site: www.anpr.org.br E-mail: anpr@anpr.org.br

17. **Pagamento de ajuda de custo nas remoções** – decidida a criação de Comissão (Márcio Andrade Torres e Rodrigo Valdez de Oliveira) para encaminhar proposta ao PGR e CSMPF (prevendo o pagamento de ajuda de custo em remoções futuras) e pelo encaminhamento de proposta de consulta aos associados sobre eventual ajuizamento de ação para o pagamento dos valores relativos às remoções já ocorridas.

18. **Expediente recebido pelo Diretor José Taumaturgo da Rocha (enviado pelo colega aposentado José Rodrigues Ferreira)**. Solicita o pagamento da parcela de 20% a que se refere o artigo 232, parágrafo único, da LC 75/93. Será formado dossiê, e inicialmente, será requerida a decisão administrativa da PGR. Na seqüência, tendo havido reunião com o Exmo. Secretário-Geral, o mesmo informou que a SG já está verificando como foram pagos os valores pela SRH do STF, diante do Mandado de Segurança (paradigma) que reconheceu o direito para os Ministros aposentados do STF, prevendo para os próximos dias uma definição pelo PGR.

19. **Orientação da 2CCR ou CSMPF no sentido de que a remessa de representações-denúncias ao MP Estadual deve ser submetida a 2CCR** será objeto de pedido de reconsideração junto ao CSMPF, via ofício e sustentação oral do Presidente da ANPR.

20 – **O diretor Taumaturgo trouxe a preocupação de que os colegas aposentados não possuem identificação funcional conforme previsto no artigo 234 da Lei Complementar 75/93**. Foi deliberado pela expedição de ofício ao Secretário Geral solicitando informações e providências.

21. **Apresentado e aprovado o projeto de alteração da Resolução 03, de 01.03.2005, pelo Diretor Oswaldo Soweck** (regulamenta a Consulta promovida pela ANPR, para formação de lista tríplice para o cargo de Procurador-Geral da República).

22. **Aprovado o pagamento de pecúlio pelo falecimento da colega Maria Arildes dos Anjos Rodrigues** diante da regular instrução do feito.

Nada mais havendo a tratar, foi declarada encerrada a reunião, com a lavratura da presente ata.

**ANTONIO CARLOS ALPINO BIGONHA**

Presidente

**RODRIGO VALDEZ DE OLIVEIRA**

Secretário





## **ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA**

Aos quatorze e quinze dias do mês de junho de dois mil e sete, reuniu-se ordinariamente, nas dependências da Sede da ANPR, na Procuradoria Geral da República, a DIRETORIA da Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR, consoante disposto no art. 13, parágrafo primeiro, do Estatuto, com a presença do seu Presidente Antônio Carlos Alpino Bigonha, da Vice-Presidente Lívia Nascimento Tinoco e dos Adriana Scordamaglia Fernandes Marins, Carlos Alberto Gomes Aguiar, José Taumaturgo da Rocha, Osvaldo Soweck Júnior, Rodrigo Valdez de Oliveira, Nara Soares Dantas, Wellington Cabral Saraiva, Wilson Rocha de Almeida Neto. Ausentes, justificadamente, os Diretores Márcio Andrade Torres e Felício Pontes Júnior. Assumiu a presidência da reunião o Diretor-Presidente Antônio Carlos Alpino Bigonha, tendo este designado a mim, Nara Soares Dantas, para secretariá-la. Iniciada a reunião, usou a palavra o Presidente Antônio Carlos Bigonha para tecer considerações sobre os seguintes temas:

- 1 - comunicação com os associados:** O Presidente reiterou a necessidade de ser estabelecido uma forma mais eficaz de comunicação com os associados e, para tanto, dará publicidade a um canal único, formal, dentro da rede membros (internet e intranet). O Diretor de Comunicação irá acompanhar os demais e-mails remetidos à rede membros. A reunião virtual entre os diretores ocorrerá na forma do regimento interno, através de e-mail; a agenda do Presidente será publicada diariamente no Informativo; Tanto quanto possível, constará no Informativo o desenrolar das atividades do Presidente;
- 2- reestruturação da secretaria da ANPR:** ficou deliberado que serão contratados um Assessor Jurídico e um Chefe de Serviço para a ANPR, bem como que Nelson passará a ocupar a função de Chefe de Gabinete;
- 3- requerimento da colega Carla De Carli – apoio financeiro para viagem à China:** Considerando o requerimento da associada Carla de Carli a diretoria da ANPR, julgando ser relevante a representação institucional do MPF no evento, decidiu fazer gestões junto ao PGR para a designação de um membro da carreira a fim de representar o órgão no evento, sem ônus para a ANPR;
- 4- pleito do associado Pablo Coutinho Barreto – cobrança de taxa para registro de arma de fogo –** deliberou-se por fazer ingerências junto ao Comandante do Exército, para solucionar a questão;
- 5- requerimento da colega Valquíria Quixadá – apoio financeiro para evento:** após exposição do presidente e ponderações a diretoria deliberou que o presidente entrará em contato com a requerente, bem como com a ESMPU para tomar conhecimento mais detalhado da proposta e, sobretudo, saber se ainda há interesse na sua realização;
- 6- requerimento da colega Luiza Cristina referente a pagamento de honorários do FAJ:** a diretoria, após verificar a conformidade do pleito com o regulamento do FAJ, deliberou pelo seu deferimento (pleito sob protocolo de nº 010/2007);



**ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DA REPÚBLICA**

SAF Sul, quadra 04, Conj. C, Bloco "B", salas 113/114 – Brasília-DF – CEP 70050-900 – Tel. (61) 3201-9025 Fax. (61) 3201-9023  
Site: www.anpr.org.br E-mail: anpr@anpr.org.br

**7- expediente da colega Nilce Cunha Rodrigues, PRE/CE: apoio financeiro aos projetos “Acesso à Justiça, conheça esse Direito” e “Diga não à corrupção eleitoral! Exerça sua cidadania”;** Os diretores decidiram por indeferir o pleito, já que a ANPR tem uma parceria e presta apoio financeiro mensal substancial ao Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, que já lançou cartilha sobre o tema;

**8- definição de critérios para patrocínios:** Considerando a análise do histórico da ANPR com gastos em patrocínio pela associação nos últimos 2 anos, os diretores deliberaram que o presidente poderá decidir unilateralmente o patrocínio mensal até a alçada de R\$ 1.000,00; acima disso, a decisão será submetida à Diretoria;

**9- aquisição de automóvel pela ANPR:** A diretoria deliberou, por unanimidade, comprar o automóvel SIENA, ano de fabricação 2007, modelo 2007, motor flex, 4p, cor prata, nos termos da proposta encaminhada pela concessionária FIAT Esave;

**10- agendamento/calendário das reuniões ordinárias – gestão 2007/2009:** as reuniões ficaram agendadas para as seguintes datas: 23 e 24/08/2007; 1º/11/2007 (ENPR); 13 e 14/12/2007; 28 e 29/02/2008; 24 e 25/04/2008 e 26 e 27/06/2008;

**11 – proposta de alteração da resolução da ANPR nº 03 de 1º/03/2005:** deliberou-se no sentido de incumbir o diretor Osvaldo de estudos aprofundados sobre a matéria, que será objeto de discussão em próxima reunião;

**12 – ajuda de custo para remoção a pedido –** a diretoria deliberou no sentido de estudar a possibilidade de impetrar Mandado de Segurança Coletivo no STF em face da decisão do PGR de indeferir o pleito formulado pela ANPR;

**13 – requerimento dos colegas da PR/DF – ausência de previsão legal para pagamento de apenas ¼ de diária para deslocamento à PRM de Luziânia – GO –** a diretoria fará gestões no dia 15/06 na reunião com o PGR para solução do problema em nível nacional;

**14 – CNMP – formulação de sugestões para encaminhamento ao grupo de estudos sobre medidas que visem à garantia da segurança dos membros do Ministério Público, criado no CNMP –** em implementação ao item “2” do Decálogo de Campanha da diretoria, que fala da defesa da segurança orgânica, o pleito será encaminhado ao diretor Wilson Rocha, que buscará as sugestões dos membros, a fim de dar encaminhamento à questão, no prazo de 15 (quinze) dias;

**15 – indeferimento, pelo MRE, do pleito de passaporte diplomático para Subprocuradores-gerais aposentados –** encaminhou-se a questão ao diretor José Taumaturgo da Rocha, para amadurecimento de soluções;

**16 – Publicações comemorativas dos 15 anos da LIA e da LC75/93 –** deliberou-se que o diretor Wilson fará contatos com as demais associações do MPU para realizar evento comemorativo da LC 75, que poderá incluir a edição de uma obra coletiva a respeito do tema. Em relação à LIA, deliberou-se que os diretores Wellington, Wilson e o delegado do SE, Eduardo Botão Pellelela, tomarão as providências necessárias para



publicação de obra sobre o tema, bem como em relação aos vinte anos da CF e aos dez anos da lei de lavagem de bens, que ocorrerá no ano que vem;

**17 – Reunião com Gerente Regional da Access, Josué Fermon Ribeiro – empresa gestora do convênio com o Plano de Saúde SulAmérica:** foram tratados alguns pontos controvertidos que surgiram entre os associados que buscaram a adesão ao Plano de Saúde. A diretora Adriana tratou da questão da isenção da taxa de adesão, que ocorreu para os associados do Estado de São Paulo, requerendo que a empresa verificasse se não poderia estender aos demais associados do país. Pelo Gerente foi dito que estudaria a proposição. Foi sugerido ao gerente que envie esforços para levar consultores aos demais Estados, o que aumentaria a adesão e a satisfação dos associados interessados que vêm encontrando dificuldades no contato com a empresa. Pelo gerente foi elogiada a sugestão;

**18 – Levantamento da situação do Plan-Assiste nos Estados:** Pela vice-presidente foi dito que nos Estados de Goiás e Tocantins os delegados não trouxeram queixas, dizendo-se satisfeitos com a prestação do serviço do Plan-Assiste. Pelos associados do DF, foram colhidas queixas que já foram consolidadas e serão encaminhadas à comissão que será formada para tratar da melhoria do Plan-Assiste. A diretora Adriana trouxe uma planilha das críticas trazidas pelos associados do Estado de São Paulo, que também serão encaminhadas à comissão. Pela diretora Nara, foram também trazidas críticas apenas do Estado da Bahia, que serão igualmente encaminhadas à comissão. Os demais delegados que ainda não apresentaram o resultado da colheita de sugestões e críticas quanto ao serviço do Plan-Assiste, serão novamente lembrados a entregá-las, a fim de possibilitar o trabalho mais abrangente (nacional) da comissão;

**19 – Criação de comissões de diretores e associados para tratarem de assuntos relevantes a serem enfrentados pela ANPR:** a diretoria deliberou que serão formadas comissões para tratar dos assuntos relevantes, até agora identificados, a serem enfrentados pela ANPR, ficando decidido que serão convidados para compor a comissão do Plan-Assiste, juntamente com os diretores Osvaldo e Adriana, o associado José Robalinho Cavalcanti. Para a comissão da Reforma do Código de Processo Penal, serão convidados para comporem, juntamente com o presidente, os associados Douglas Fischer (PRR4ª), Ronaldo Albo (PRR1º) e Eugênio Pacelli (PR/MG); Para a comissão de Promoção por Merecimento serão convidados para comporem, juntamente com a vice-presidente Livia Tinoco, os associados Janice Ascari e Eduardo Kurtz Lorenzoni;

**20 – reunião com o PGR:** foi publicada nota relatando o conteúdo da reunião no Informativo de 15/06;

**21 – convênio com a Honda:** foi efetuado pelo diretor Rodrigo Valdez um primeiro contato com o representante da Honda em São Paulo, objetivando a assinatura de convênio, nos mesmos termos do firmado com o MPT;

**22 – informação sobre os pleitos corporativos:** o diretor de Assuntos Corporativos iniciará a atualização da página da ANPR em relação às ações judiciais em curso, onde as seguintes informações estarão disponíveis aos associados: número da ação,



## ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DA REPÚBLICA

SAF Sul, quadra 04, Conj. C, Bloco "B", salas 113/114 – Brasília-DF – CEP 70050-900 – Tel. (61) 3201-9025 Fax. (61) 3201-9023  
Site: [www.anpr.org.br](http://www.anpr.org.br) E-mail: [anpr@anpr.org.br](mailto:anpr@anpr.org.br)

autores, último andamento, objeto (pedido) e causa de pedir, nome do advogado responsável com seus dados para contato;

**23 – ENPR:** ficou definido que o tema do encontro será “O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OS DESAFIOS DA VIOLENCIA URBANA”. Foi informado pelo Secretário Executivo da ANPR, Rubens Melo, que a partir do dia 20/06 serão abertas as inscrições para o ENPR;

**24 – promoção por merecimento:** deliberou-se encaminhar ao Presidente do CSM PF e demais conselheiros arrazoado acerca da necessidade de disciplinar critérios objetivos para a promoção por merecimento, a fim de subsidiar a reunião do CSM PF do dia 26 próximo, onde ocorrerá a referida promoção;

Nada mais havendo a tratar, foi declarada encerrada a reunião, com a lavratura da presente ata.

**ANTONIO CARLOS ALPINO BIGONHA**

Presidente

**NARA SOARES DANTAS**

Secretária



## ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA

Aos dez dias do mês de maio de dois mil e sete, reuniu-se ordinariamente, nas dependências da Sede da ANPR, na Procuradoria Geral da República, a DIRETORIA da **Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR**, consoante disposto no art. 13, parágrafo primeiro, do Estatuto, com a presença do seu Presidente Antônio Carlos Alpino Bigonha, da Vice-Presidente Lívia Nascimento Tinoco e dos Adriana Scordamaglia Fernandes Marins, Carlos Alberto Gomes Aguiar, Felício Pontes Júnior, José Taumaturgo, Nara Soares Dantas, Wellington Cabral Saraiva, Wilson Rocha de Almeida Neto. Ausentes justificadamente os Diretores Márcio Andrade Torres, Osvaldo Soweck Júnior e Rodrigo Valdez de Oliveira. Assumiu a presidência da reunião o Diretor Presidente Antônio Carlos Alpino Bigonha, tendo este designado a mim, Nara Soares Dantas, para secretariá-la. Iniciada a reunião, usou a palavra o Presidente Antônio Carlos Bigonha para tecer considerações sobre os seguintes temas: **1** – Como primeiro ato, a diretoria reafirmou os compromissos constantes no Decálogo de campanha, anexo a esta ata; **2** - Definição das Diretorias: Ficou deliberado que o Diretor Financeiro seria Carlos Alberto Gomes Aguiar, a Diretora Secretária - Nara Soares Dantas, Diretora de Eventos - Adriana Scordamaglia Fernandes Marins, Diretor de Assuntos Corporativos - Rodrigo Valdez de Oliveira, Diretor de Assuntos Legislativos - Márcio Andrade Torres, Diretor de Assuntos Legislativos Adjunto – Felício Pontes Júnior, Diretor Cultural – Wilson Rocha de Almeida Neto, Diretor de Comunicação Social - Wellington Cabral Saraiva, Diretor de Assuntos Jurídicos - Osvaldo Soweck Júnior, Diretor dos Associados Aposentados - José Taumaturgo. **3** – A instituição da Diretoria de Associados Aposentados deveu-se à relevância do tema e à necessidade de atender às propostas de campanha. **4** – A diretoria deliberou, considerando a proximidade do ENPR no RJ, que o presidente irá fazer gestões junto ao governador daquele Estado, a fim de garantir o necessário apoio à realização do evento. **5** – Por necessidades operacionais, deliberou-se que a consulta à lista tríplice para a escolha do PGR ficará postergada para o dia 22/05, fato este que será informado à Presidência da República por meio de ofício, a fim de prevenir eventual indicação a nossa revelia; **6** – Deliberou-se que os aposentados participarão da próxima consulta para lista tríplice do PGR, em virtude do exíguo tempo para realização da consulta prevista com a finalidade da classe decidir se os aposentados participarão das consultas feitas pela ANPR; **7** – Acolhendo proposta do delegado de MG, e com o intuito de estreitar o relacionamento dos delegados com a diretoria, deliberou-se a formação de uma divisão dos Estados por diretores, da seguinte forma: Adriana Scordamaglia Fernandes Marins – São Paulo e Mato Grosso; Carlos Alberto Gomes Aguiar – Rio de Janeiro; Felício Pontes Júnior – Acre, Amapá, Pará, Roraima, Rondônia, Amazonas; Nara Soares Dantas – Bahia e Sergipe; Wellington Cabral Saraiva – Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte; Wilson Rocha de Almeida Neto – Minas Gerais, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul; Márcio Andrade Torres – Ceará, Piauí e Maranhão; Osvaldo Soweck Júnior – Paraná; Rodrigo Valdez de Oliveira – Rio Grande do Sul e Santa Catarina; Lívia Nascimento Tinoco – Distrito Federal, Tocantins e Goiás; **8** – a presidência da ANPR fará um levantamento de todos os pleitos corporativos pendentes junto ao PGR, a fim de criar uma estratégia consistente de atuação nessas questões; **9** – a diretoria considerou prioritária e urgente a atenção à situação dos procuradores *sub judices*, ficando deliberado que o presidente adotará medidas junto ao CSMPE a fim de resolver essa



## ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DA REPÚBLICA

SAF Sul, quadra 04, Conj. C, Bloco "B", salas 113/114 – Brasília-DF – CEP 70050-900 – Tel. (61) 3201-9025 Fax. (61) 3201-9023  
Site: [www.anpr.org.br](http://www.anpr.org.br) E-mail: [anpr@anpr.org.br](mailto:anpr@anpr.org.br)

questão em caráter definitivo; **10** – a diretoria deliberou associar-se à AJUFE e outras entidades no dia de mobilização contra a aprovação da PEC 358, que amplia o foro privilegiado na matéria cível; **11** – o presidente fará, durante o seu mandato, visita às procuradorias, a fim de estreitar os laços com o colégio de procuradores, ouvindo os seus pleitos; **12** – deliberou-se dar publicidade no site da ANPR da agenda de atividades do presidente; **13** – deliberou-se apoiar o II Seminário Internacional de Análise de Inteligência Criminal, por intermédio da Diretoria Cultural; **14** – aguardar o encaminhamento pelos delegados do panorama do Plan-Assiste nos Estados, e agendar, desde já, reunião com o diretor-executivo do Plan-Assiste; **15** – deliberou-se iniciar a estruturação das comemorações dos 20 anos da Constituição da República e dos 15 anos da Lei Complementar 75/93, conferindo ao delegado do Estado de SE, a coordenação dos trabalhos iniciais, junto ao Diretor Cultural; **16** – Implementar a lista de discussão virtual dos delegados eleitos para o biênio 2007/2009, permitindo um canal mais ágil de comunicação com a diretoria da ANPR. Nada mais havendo a tratar, foi declarada encerrada a reunião, com a lavratura da presente ata.

**ANTONIO CARLOS ALPINO BIGONHA**

Presidente

**NARA SOARES DANTAS**

Secretária



## 13.2 Atas das reuniões do Conselho Fiscal





**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DA REPÚBLICA, REALIZADA NO DIA -02 DE ABRIL DE 2009.**

Aos 02 de abril de 2009, reuniram-se, na sede da Associação Nacional dos Procuradores da República, em Brasília-DF, os membros do Conselho Fiscal da Associação, ANTÔNIO CARNEIRO SOBRINHO, FRANCISCO JOSÉ TEIXEIRA DE OLIVEIRA E WELLINGTON LUÍS DE SOUSA BONFIM, com o objetivo de apreciar as contas da Diretoria, relativas aos meses de novembro e dezembro de 2008 e janeiro e fevereiro de 2009, tendo sido deliberado no sentido da **APROVAÇÃO** das contas da Diretoria relativas ao referido período, com as seguintes recomendações:

a) proceder à reclassificação das seguintes despesas, conforme definido com o secretário Nelson de Sousa Lima:

a.1) NOVEMBRO/2008:

conta 3.2.01.01.0001 – transferir R\$130,00 (cento e trinta reais) para a conta 3.2.01.04.0001;

conta 3.2.01.01.0008 – transferir o valor nela inserido para a conta 3.2.01.01.0003, e transferir, dessa última conta, o valor de R\$42,00 (quarenta e dois reais) para a conta 3.2.01.01.0008;

conta 3.2.01.05.0004 – corrigir para a conta 3.2.01.04.0004;

conta 3.2.01.05.2003 – corrigir para a conta 3.2.01.04.0003;

conta 3.2.03.01.0039 – corrigir para a conta 3.2.03.01.0035;

conta 3.2.03.03.0008 – corrigir para a conta 3.1.01.02.0012;

conta 3.3.01.01.0009 – corrigir para a conta 3.3.01.03.0005

a.2) DEZEMBRO/2008:

conta 3.2.01.01.0001 – corrigir para a conta 3.2.01.03.0001 o valor de R\$1.054,04 (um mil e cinquenta e quatro e quatro centavos);

conta 3.2.01.05.0001 – transferir para a conta **DESPESAS GERAIS – PASSAGENS AÉREAS** o valor de R\$578,24 (quinhentos e setenta e oito reais e vinte e quatro centavos);

a.3) FEVEREIRO/2009

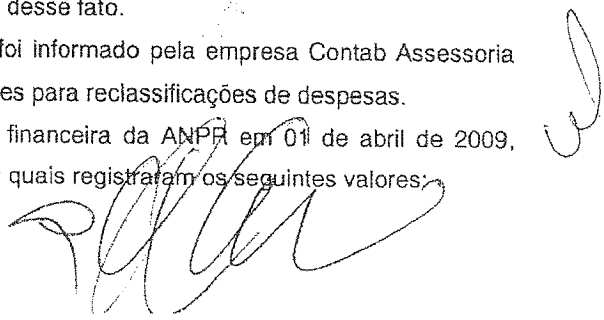
conta 3.2.03.01.0016 – corrigir para a conta 3.1.01.04.0001.

Observou-se, ainda, a não assinatura, pelo diretor financeiro, das cópias dos cheques lançados contra as contas da associação, a partir de dezembro/2008, razão pela qual recomendou-se que se proceda às assinaturas.

Foi, também, observado que a aplicação BANESPA FIC FI MASTER REFERENCIADO DI não apresentou rendimentos nos quatro meses analisados, tendo permanecido o valor fixo de R\$23.023,63, recomendando-se que se apure a razão desse fato.

Em relação à ata da reunião de 03-12-2008, foi informado pela empresa Contab Assessoria Empresarial S/S Ltda. o atendimento às recomendações para reclassificações de despesas.

Nesta data verificou-se, outrossim, a posição financeira da ANPP em 01 de abril de 2009, pelos extratos financeiros que foram apresentados, os quais registraram os seguintes valores:



POSIÇÃO

(extratos bancários de 01-04-2009)

**I-BANESPA/SANTANDER.....R\$ 15.564,56**

Conta Corrente + CCI..... **R\$ 15.564,56**

**II- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.....2.186.664,37**

**1. ANPR.....1.313.782,28**

Conta Corrente .....49.820,00

Aplicação CDB FLEX .....1.263.962,28

**2. FAJ.....872.882,09**

Conta Corrente ..... 767,56

Aplicação CDB FLEX.....872.114,53

**III- BANCO DO BRASIL S/A.....333.321,56**

Conta Corrente .....575,53

CDB DI .....315.154,04

Poupança Ouro .....17.591,99

**IV- BANCO REAL.....20.088,99**

Conta-Corrente .....6.590,00

CDB Pós .....13.498,99

**COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS**

a) Disponíveis	<b>1.682.757,39</b>
b) FAJ	<b>872.882,09</b>
c) Total	<b>2.555.639,48</b>

E, nada mais havendo a deliberar, resolvem os conselheiros encerrar a presente ata, que vai assinada em quatro vias de igual teor e conteúdo.

Brasília, 02 de abril de 2009.

  
**ANTÔNIO CARNEIRO SOBRINHO**  
Conselheiro

  
**FRANCISCO JOSÉ TEIXEIRA DE OLIVEIRA**  
Conselheiro

  
**WELLINGTON LUIS DE SOUSA BONFIM**  
Conselheiro

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DA REPÚBLICA, REALIZADA NO DIA 24 DE SETEMBRO DE 2008.

Aos 03 de dezembro de 2008, reuniram-se, na sede da Associação Nacional dos Procuradores da República, em Brasília-DF, os membros do Conselho Fiscal da Associação, ANTÔNIO CARNEIRO SOBRINHO, WELLINGTON LUÍS DE SOUSA BONFIM e CARLOS HENRIQUE MARTINS LIMA, com o objetivo de apreciar as contas da Diretoria, relativas aos meses de julho a outubro de 2008, tendo sido deliberado no sentido da **APROVAÇÃO** das contas da Diretoria relativas ao referido período, com as seguintes recomendações:

a) proceder à reclassificação das seguintes despesas, conforme definido com o secretário Nelson de Sousa Lima:

a.1) JULHO/2008:

conta 3.1.01.04.05.0002 – transferir R\$10.000,00 para a conta 3.3.01.01.0008 (Assistência Jurídica - Serviços – PJ);

conta 3.2.01.03.0004 – transferir R\$480,70 para a conta 3.2.01.01.0003 (Diretoria – Alimentação)

conta 3.2.02.01.0005 – transferir R\$10.000,00 para a conta 3.3.01.01.0008 (Assistência Jurídica - Serviços – PJ);

conta 4.2.01.02 – renomear de “NOVOS PROCURADORES DA REPÚBLICA” para “XXV ENPR”;

conta 4.2.01.03 – renomear de “ENPR XXIV” para “PRR 3ª. REGIÃO/SP

a.2) AGOSTO/2008:

conta 3.4.01 – corrigir para 3.1.01.04.0002 (Despesas Financeiras – Despesas Bancárias)

a.3) SETEMBRO/2008:

conta 3.2.01.02.0001 – transferir o lançamento do mês para a conta 3.2.01.01.0001 (Diretoria – Passagens Aéreas)

a.4) OUTUBRO/2008:

conta 3.1.02.01.0002 – transferir o lançamento do mês para a conta 3.1.01.01.0007 (Despesas com Pessoal – Vale-Transporte);

conta 3.2.01.05.0001 – transferir o lançamento do mês para a conta 3.2.02.01.0006 (DESPESAS GERAIS – doações e patrocínios);

conta 3.2.01.05.0002 – transferir o lançamento do mês para a conta 3.2.01.04.0002 (COMISSÕES TEMÁTICAS – HOSPEDAGEM);

conta 3.2.02.01.0006 – transferir R\$1.000,00 para a conta 3.6.07.00.0001 (FNPCT-ESTADO – Repasse Cota Parte);

conta 3.2.02.01.0006 – transferir R\$8.000,00 par a conta 3.2.02.01.0005 (DESPESAS GERAIS – Honorários Advocáticos);

conta 3.2.03.03.0001 – transferir o lançamento do mês para a conta 3.2.03.03.0002 (OUTROS EVENTOS/ENCONTROS/SEMINÁRIOS – Hospedagem);

conta 3.2.03.03.0005 – transferir o lançamento do mês para a conta 3.2.02.01.0006 (DESPESAS GERAIS – Doações e patrocínios);

Em relação à ata da reunião de 24-09-2008, foi informado pela empresa Contab Assessoria Empresarial S/S Ltda. o atendimento às recomendações para reclassificações de despesas.

Nesta data verificou-se, outrossim, a posição financeira da ANPR em 03 de dezembro de 2008, pelos extratos financeiros que foram apresentados, os quais registraram os seguintes valores:

### POSIÇÃO

(extratos bancários de 03/12/2008)

**I-BANESPA/SANTANDER.....R\$ 24.762,40**

Conta Corrente + CCI..... 24.762,40

**II- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.....1.514.377,56**

**I. ANPR.....716.569,27**

Conta Corrente .....39.591,02

Aplicação CDB FLEX .....676.978,25

**2. FAJ.....797.808,29**

Conta Corrente ..... 1.091,05

Aplicação CDB FLEX.....796.717,24

**III- BANCO DO BRASIL S/A.....456.610,66**

Conta Corrente .....63,85

CDB DI .....439.302,80

Poupança Ouro .....17.244,01

**IV- BANCO REAL.....14.667,78**

Conta-Corrente .....1.674,01

CDB Pós .....12.993,77

### COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

a) Disponíveis 1.187.847,60

b) FAJ 797.808,29

c) Total 1.985.655,80

E, nada mais havendo a deliberar, resolvem os conselheiros encerrar a presente ata, que vai assinada em quatro vias de igual teor e conteúdo.

Brasília, 03 de dezembro de 2008.

  
ANTÔNIO CARNEIRO SOBRINHO  
Conselheiro

  
CARLOS HENRIQUE MARTINS LIMA  
Conselheiro

  
WELLINGTON LUÍS DE SOUSA BONFIM  
Conselheiro

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DA REPÚBLICA, REALIZADA NO DIA 24 DE SETEMBRO DE 2008.

Aos 24 de setembro de 2008, reuniram-se, na sede da Associação Nacional dos Procuradores da República, em Brasília-DF, os membros do Conselho Fiscal da Associação, ANTÔNIO CARNEIRO SOBRINHO, WELLINGTON LUÍS DE SOUSA BONFIM e FRANCISCO JOSÉ TEIXEIRA DE OLIVEIRA, com o objetivo de apreciar as contas da Diretoria, relativas aos meses de janeiro a junho de 2008, tendo sido deliberado no sentido da **APROVAÇÃO** das contas da Diretoria relativas ao referido período, com as seguintes recomendações:

a) proceder à reclassificação das seguintes despesas, conforme definido com o secretário Nelson de Sousa Lima:

a.1) Janeiro/2008:

**conta 3.2.03.01.0002 (corrigir para despesa do XXIII ENPR);**

a.2) fevereiro/2008:

**conta 3.6.03.00.0001 (corrigir para a conta doações e patrocínios)**

a.3) março/2008:

**conta 3.2.02.01.0004 (corrigir para a conta ABRAJI);**

a.4) abril/2008:

**conta 3.1.01.02.0018 (corrigir para a conta doações e patrocínios)**

a.5) maio/2008:

**conta 3.2.03.03.0001 (para o valor de R\$906,59 deve ser criada conta específica, referente a viagem de funcionário, na conta 3.1.01.02);**

**conta 3.2.03.03.0015 (o valor de R\$3.600,00 deve ser transferido para a conta doações e patrocínios)**

a.6) junho/2008

**conta 3.2.01.01.0001 (o valor de R\$2.056,28 deve ser transferido para a conta XXV ENPR – Passagens Aéreas);**

**conta 3.2.01.05.0001 (corrigir para a conta doações e patrocínios)**

**conta 3.2.03.03.0001 (corrigir o valor de R\$907,14 para a conta doações e patrocínios);**

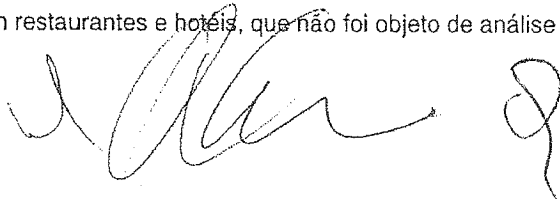
**conta 3.2.03.03.0013 (criar conta específica em despesas gerais).**

b) atentar para a necessidade de classificar corretamente as despesas, em especial, diferenciando aquelas decorrentes de patrocínios concedidos pela ANPR daquelas provenientes de eventos por esta organizados.

Em relação à ata da reunião de 24-04-2008, foi verificado o encaminhamento dos documentos solicitados pelo Conselho Fiscal ao Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral.

Também foi verificado o cumprimento da recomendação de que fossem assinadas pelo diretor financeiro da ANPR as cópias dos cheques lançados contra as contas da Associação.

Verificou-se, igualmente, o cumprimento das demais recomendações da reunião de 24-04-2008, salvo a do item *b*, referente à discriminação do que foi consumido nas despesas com alimentação em restaurantes e hotéis, que não foi objeto de análise nesta reunião, devendo analisada na próxima.



Nesta data verificou-se, outrossim, a posição financeira da ANPR em 24 de setembro de 2008, pelos extratos financeiros que foram apresentados, os quais registraram os seguintes valores:

**POSIÇÃO FINANCEIRA**

*(extratos bancários de 24/09/2008)*

**I-BANESPA.....24.568,39**

Conta Corrente + CCI..... 24.568,39

**II- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.....1.919.654,70**

**1. ANPR.....1.204.097,62**

Conta Corrente .....483.909,55

Aplicação CDB FLEX.....720.188,07

**2. FAJ.....715.557,08**

Conta Corrente .....26.665,10

Aplicação CDB FLEX .....688.891,98

**III- BANCO DO BRASIL S/A.....539.804,00**

Conta Corrente .....54.786,03

CDB DI .....467.979,24

Poupança Ouro .....17.038,73

**IV- BANCO REAL.....14.388,74**

Conta-Corrente .....1.714,01

CDB Pós .....12.674,73

**COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS**

a) Disponíveis	1.782.858,75
b) FAJ	715.557,08
c) Total	2.498.415,83

Por fim, deliberou-se pela realização da próxima reunião do Conselho Fiscal nos dias 10 e 11/12/2008.

E, nada mais havendo a deliberar, resolvem os conselheiros encerrar a presente ata, que vai assinada em quatro vias de igual teor e conteúdo.

Brasília, 24 de setembro de 2008.

  
ANTÔNIO CARNEIRO SOBRINHO  
Conselheiro

  
FRANCISCO JOSÉ TEIXEIRA DE OLIVEIRA  
Conselheiro

  
WELLINGTON LUÍS DE SOUSA BONFIM  
Conselheiro

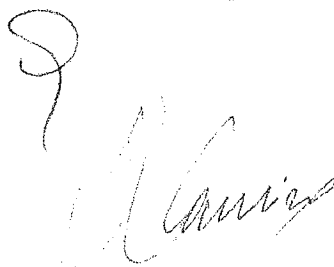
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DA REPÚBLICA, REALIZADA NO DIA 24 DE ABRIL DE 2008.

Aos 24 de abril de 2008, reuniram-se, na sede da Associação Nacional dos Procuradores da República, em Brasília-DF, os membros do Conselho Fiscal da Associação, ANTÔNIO CARNEIRO SOBRINHO, WELLINGTON LUÍS DE SOUSA BONFIM e FRANCISCO JOSÉ TEIXEIRA DE OLIVEIRA, com o objetivo de apreciar as contas da Diretoria, relativas aos meses de novembro e dezembro de 2007, além do balanço patrimonial de 2007 e o Demonstrativo de Resultados de janeiro a dezembro de 2007, tendo sido deliberado no sentido da **APROVAÇÃO** das contas da Diretoria relativas ao referido período, com as seguintes recomendações:

- a) Reiteração, **pela última vez**, das recomendações das Atas das Reuniões anteriores do Conselho Fiscal, realizadas em 27-08-2007 e 13-12-2007, para que, de acordo com o art. 17, II, do Estatuto da ANPR, sejam assinadas as cópias dos cheques lançados contra as contas correntes da ANPR;
- b) Que, a partir desta data, às notas fiscais de despesas com alimentação em restaurantes e hotéis sejam anexadas as respectivas contas, com a discriminação do que foi consumido;
- c) Reiteração da recomendação constante da alínea *d* da Ata da Reunião de 13-12-2007, para que seja apresentada, na próxima reunião do Conselho Fiscal, a prestação de contas anual da aplicação dos recursos do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, relativa a 2007, bem assim cópia devidamente autenticada do seu estatuto, além do parecer do Conselho Fiscal e dos balancetes referentes ao ano de 2008, eis que somente foram apresentadas ao Conselho Fiscal da ANPR os balancetes de agosto a novembro de 2007, sem assinatura, e cópia não autenticada do Estatuto;
- d) A correta classificação das despesas relativas a passagens aéreas, hospedagem e alimentação dos membros do Conselho Fiscal, bem assim de associados em viagem para participação em comissões temáticas representando a ANPR;
- e) Que seja verificada a origem e período do valor de R\$224.000,00 constante dos balancetes de novembro e dezembro de 2007, sob a rubrica "Patrocínios – ENPR – XXIV", tendo em vista que não houve patrocínio do Banco do Brasil ao XXIV ENPR, fazendo-se as devidas correções nos balancetes, inclusive dos meses anteriores, se neles constar essa rubrica;
- f) Que seja dada imediata ciência à diretoria da ANPR das atas das reuniões do Conselho Fiscal;

Nesta data verificou-se, outrossim, a posição financeira da ANPR em 24 de abril de 2008, pelos extratos financeiros que foram apresentados, os quais registraram os seguintes valores:

BANESPA (CC 13-000483-3): R\$23.316,44  
CEF (CC 20.293-6): R\$37.539,34  
CEF (CONTA INVESTIMENTO 20.293-6): R\$1.185.522,01  
CEF (CC FAJ 20.294-4): R\$330,03  
CEF (CONTA INVESTIMENTO FAJ 20.294-4): R\$658.031,14





BANCO DO BRASIL (CC 221282-x): R\$16.720,54  
BANCO DO BRASIL (CONTA INVESTIMENTO 221282-X): R\$447.643,90  
BANCO DO BRASIL (POUPANÇA): R\$16.625,17  
BANCO REAL (CC 8707303): R\$1.814,01  
BANCO REAL (CONTA INVESTIMENTO 8707303): R\$12.070,41

E, nada mais havendo a deliberar, resolvem os conselheiros encerrar a presente ata,  
que vai assinada em quatro vias de igual teor e conteúdo.

Brasília, 24 de abril de 2008.

  
**ANTÔNIO CARNEIRO SOBRINHO**  
Conselheiro

  
**WELLINGTON LUÍS DE SOUSA BONFIM**  
Conselheiro

  
**FRANCISCO JOSÉ TEIXEIRA DE OLIVEIRA**  
Conselheira

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DA REPÚBLICA, REALIZADA NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2007.**

Ao dia 13 do mês de dezembro do ano de dois mil e sete reuniram-se na sede da Associação Nacional dos Procuradores da República, em Brasília-DF, os membros do Conselho Fiscal da Associação, ANTONIO CARNEIRO SOBRINHO, WELLINGTON LUIS DE SOUSA BONFIM e FRANCISCO JOSÉ TEIXEIRA DE OLIVEIRA, com o objetivo de apreciar as contas da Diretoria, relativas aos meses de agosto, setembro e outubro de 2007, tendo sido deliberado no sentido da **APROVAÇÃO** das contas da Diretoria relativas ao referido período, com as seguintes recomendações:

- a) Reiteração da recomendação constante da Ata da Reunião anterior do Conselho Fiscal, para que, de acordo com o art. 17, II, do Estatuto da ANPR, sejam assinadas as cópias dos cheques lançados contra as contas correntes da ANPR;
- b) Exigir a identificação, no espaço próprio dos recibos de pagamentos de despesas com táxi, os nomes dos usuários do serviço;
- c) Anexar às notas fiscais de despesas com alimentação em restaurantes e hotéis as respectivas contas;
- d) Apresentar, na próxima reunião do Conselho Fiscal, a prestação de contas da aplicação dos recursos do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, bem assim cópia do seu Estatuto;
- e) Em caso de aquisições de vestuário para funcionários da Associação, discriminar os beneficiários;
- f) Priorizar o uso do correio eletrônico no que diz respeito ao envio de informativos aos aposentados, visando a reduzir as despesas com postagem.

Nesta data verificou-se, outrossim, a posição financeira da ANPR em 13 de dezembro de 2007, pelos extratos financeiros que foram apresentados, os quais registraram os seguintes valores:

CEF (conta corrente 20.293-6): R\$286.369,98

CEF (conta investimento 20.293-6) R\$ 631.973,06

CEF (conta corrente 20.294-4, FAJ): R\$25.740,85

CEF (conta investimento 20.294-4, FAJ): R\$ 472.043,03

BANESPA (conta corrente 13-000483-3): R\$ 24.132,87

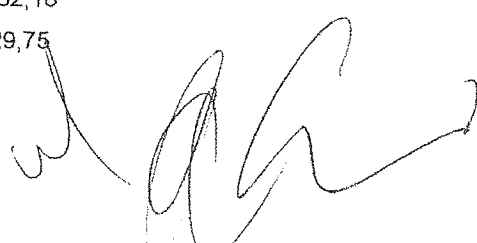
BANCO DO BRASIL (conta corrente 221282-x): R\$ 12.705,88

BANCO DO BRASIL (conta investimento 221282-x): R\$ 434.282,18

BANCO DO BRASIL (conta de poupança 221282-1): R\$ 16.329,75

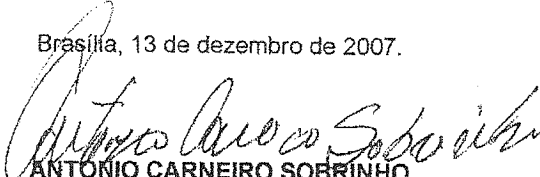
BANCO REAL (conta corrente 8707303): R\$ 1.894,15

BANCO REAL (conta investimento 8707303): R\$ 11.633,68

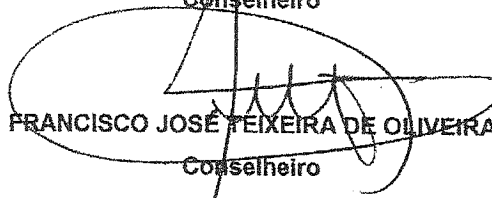


E, nada mais havendo a deliberar, resolvem os conselheiros encerrar a presente ata, que vai assinada em quatro vias de igual teor e conteúdo.

Brasília, 13 de dezembro de 2007.

  
ANTÔNIO CARNEIRO SOBRINHO  
Conselheiro

  
WELLINGTON LUIS DE SOUSA BONFIM  
Conselheiro

  
FRANCISCO JOSÉ FEIXEIRA DE OLIVEIRA  
Conselheiro

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DA REPÚBLICA, REALIZADA NO DIA 27 DE AGOSTO DE 2007.

Aos 27 dias do mês de agosto do ano de dois mil e sete reuniram-se na sede da Associação Nacional dos Procuradores da República, em Brasília-DF, os membros do Conselho Fiscal da Associação, ANTÔNIO CARNEIRO SOBRINHO, FRANCISCO JOSÉ TEIXEIRA DE OLIVEIRA e WELLINGTON LUÍS DE SOUSA BONFIM, com o objetivo de apreciar as contas da Diretoria, relativas aos meses de maio, junho e julho de 2007, tendo sido deliberado no sentido da **APROVAÇÃO** das contas da Diretoria relativas ao referido período, salientando, no entanto, a necessidade de assinatura, pelo diretor financeiro, das cópias dos cheques lançados contra as contas correntes da ANPR.

Nesta data verificou-se, outrossim, a posição financeira da ANPR em 27 de agosto de 2007 pelos extratos financeiros que foram apresentados, os quais registraram os seguintes valores:

**POSIÇÃO FINANCEIRA**

*Base: 27/08/2007 (extratos bancários de 27/08/2007)*

<b>I-BANESPA</b> .....		<b>122.017,60</b>
Conta Corrente	13.498,30	
DI Private	108.519,30	

**II- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**..... **2.447.091,10**

<b>1. ANPR</b>	<b>1.944.731,58</b>
Conta Corrente	303.712,42
Aplicação CDB FLEX	1.641.019,16

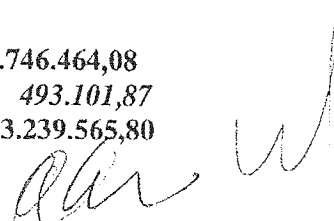
<b>2. FAJ</b>	<b>493.101,87</b>
Conta Corrente	18.086,38
Aplicação CDB FLEX	475.015,49

<b>III- BANCO DO BRASIL S/A</b> .....		<b>443.501,30</b>
Conta Corrente	4.257,98	
CDB DI	423.196,80	
Poupança Ouro	16.046,52	

<b>IV- BANCO REAL</b> .....		<b>236.213,62</b>
Conta-Corrente	2.740,08	
CDB Pós	235.039,05	


**COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS**


a) Disponíveis	<b>2.746.464,08</b>
b) FAJ	<b>493.101,87</b>
c) Total	<b>3.239.565,80</b>

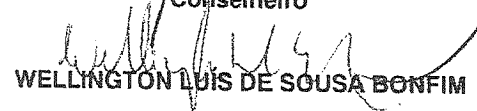


E, nada mais havendo a deliberar, resolvem os conselheiros encerrar a presente ata, que vai assinada em quatro vias de igual teor e conteúdo.

Brasília, 27 de agosto de 2007.

  
ANTONIO CARNEIRO SOBRINHO  
Conselheiro

  
FRANCISCO JOSÉ TEIXEIRA DE OLIVEIRA  
Conselheiro

  
WELLINGTON LUIS DE SOUSA BONFIM  
Conselheiro





**13.3 Demonstrativo dos investimentos durante o biênio  
2007/2009**





**QUADRO DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS NO BIÊNIO 2007/2009**

*Valores Expressos em Reais*

BENS	Valores Expressos em Reais												SOMA
	SALDO MAI/07	JUL 2007	SET 2007	OUT 2007	DEZ 2007	JAN 2008	FEV 2008	MAR 2008	ABR 2008	AGO 2008	NOV 2008	ABR 2009	
Computadores/Periféricos	130.122,12	10.427,70	3.550,00	1.506,00	-0-	1.950,00	-0-	-0-	1.499,00	2.799,00	2.661,00	2.345,30	156.859,82
Software e Direito de Uso <sup>i</sup>	22.302,63	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	9.000,00	42.060,00	73.362,63
Máquinas e Equipamentos de Escritório <sup>ii</sup>	13.459,53	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	443,00	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	443,00
Móveis e Utensílios de Escritório	159.942,02	4.547,30	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	3.252,00	-0-	-0-	-0-	-0-	167.741,32
Equipamentos e Serviços de Comunicação <sup>iii</sup>	19.063,64	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	1.700,00	20.763,64
Marcas e Patentes	130,00	-0-	-0-	-0-	-0-	640,00	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	770,00
Instalações e Benefeitorias em Bens de Terceiros <sup>iv</sup>	137.419,47	3.000,00	-0-	-0-	2.000,00	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	145.419,47
Veículos	-0-	31.599,54	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	31.599,54
<b>TOTAL INVESTIMENTOS</b>	<b>482.439,41</b>	<b>49.574,54</b>	<b>3.550,00</b>	<b>1.506,00</b>	<b>2.000,00</b>	<b>2.590,00</b>	<b>3.000,00</b>	<b>443,00</b>	<b>4.751,00</b>	<b>2.799,00</b>	<b>11.661,00</b>	<b>46.105,30</b>	<b>596.959,42</b>

*Valor dos Investimentos no Biênio: R\$ 114.520,01 (596.959,42 - 482.439,41)*

<sup>i</sup> Aquisição e Desenvolvimento de Softwares

<sup>ii</sup> Aparelhos Fax; Fotocopiadora.

<sup>iii</sup> Televisores; Aparelhos DVDs; Filmadoras; Maq. Fotográficas; Linhas,

Central e Aparelhos Telefônicos.

<sup>iv</sup> Ar condicionado; Divisórias.





#### 13.4 Balanço patrimonial



BALANCO PATRIMONIAL - EXERCICIO DE 2007  
CNPJ.(MF).: 00.392.696/0001-49

ATIVO

ATIVO CIRCULANTE

ATIVO DISPONIVEL

CAIXA

Caixa Geral	92,07 D	
Fundo de Caixa ENPR-XXIII	79,00 D	
Fundo de Caixa XXI - ENPR	80,00 D	251,07 D

BANCOS CONTA MOVIMENTO

Banco Real C/C 8707303-0	1.894,15 D	
Banco do Brasil 221.282-X	12.657,98 D	
Banespa C/C 1300483-3	186,01 D	
Caixa Ec.Federal - Conta-20293-6	228.474,07 D	
Caixa Ec.Federal-Conta:20294-4-FAJ	1.457,14 D	244.669,35 D

BANCOS C/APLICACOES FINANCEIRAS

BB CDB DI	443.427,76 D	
Banco Real S/A	11.686,73 D	
Banespa FIC FI Master Referenciado DI	23.023,63 D	
CDB/RDB-20293-6-CEF	1.134.482,47 D	
CDB/RDB-20294-4-FAJ-CEF	562.048,61 D	2.174.669,20 D

BANCOS CONTA DE POUPANCA

Banco do Brasil-Poup.O.Fixo-221.282-1	16.378,36 D	16.378,36 D	2.435.967,98 D
---------------------------------------	-------------	-------------	----------------

ATIVO REALIZAVEL A CURTO PRAZO

ADIANTAMENTOS A FUNCIONARIOS

Ferias	3.772,44 D	
Salarios	1.478,49 D	5.250,93 D

ADIANTAMENTO A TERCEIROS

Adiantamento p/Viagens	3.747,59 D	3.747,59 D
------------------------	------------	------------

IMPOSTOS A RECUPERAR

INSS a Recuperar	246,34 D	
------------------	----------	--

BALANCO PATRIMONIAL - EXERCICIO DE 2007  
CNPJ.(MF).: 00.392.696/0001-49

IRRF s/ Salario	1.553,46 D			
IRRF-PF	791,71 D			
PIS/Folha	96,15 D	2.687,66 D	11.686,18 D	2.447.654,1

ATIVO PERMANENTE

IMOBILIZADO

INVESTIMENTOS

Telebrasil	158,34 D	158,34 D		
------------	----------	----------	--	--

IMOBILIZACOES PERMANENTES

Aparelho Telefonico KS	1.887,00 D			
Aparelho de DVD	259,00 D			
Aparelho de Fax	380,29 D			
Ar Condicionado	1.495,00 D			
Benfeit. em Bens de Terceiro	99.221,33 D			
Central Telefonica	7.936,47 D			
Computadores e Perifericos	145.605,82 D			
Direito de Uso Software	22.302,63 D			
Filmadora/Fotografica	6.930,96 D			
Instalacoes	41.775,14 D			
Linha Telefonica	46,87 D			
Maquinas de Escritorio	4.679,03 D			
Marca & Patente	130,00 D			
Movels e Utensilios	164.489,32 D			
Reavaliacao	0,15 D			
Sistema Informatizacao	4.625,12 D			
Televisor	2.003,34 D			
Veiculos	31.599,54 D			
Xerox	8.600,42 D	543.967,43 D	544.125,77 D	544.125,7

TOTAL DO ATIVO : 2.991.779,93 D

BALANCO PATRIMONIAL - EXERCICIO DE 2007  
CNPJ.(MF).: 00.392.696/0001-49

PASSIVO

PASSIVO CIRCULANTE

PASSIVO EXIG. A CURTO PRAZO

FORNECEDORES

Ecco-Salva - 76004 785,22 C 785,22 C

ODRIGACOES FISCAIS E SOCIAIS

F.G.T.S.	6.206,79 C			
I.N.S.S.	15.489,96 C			
I.S.S.	231,39 C			
IRRF.Assalariado	10.897,38 C			
IRRF.N.Assalariado	678,85 C			
PIS S/Folha de Pagamento	825,85 C			
PIS/CSLL/COFINS-5952-Lei-10033	1.557,17 C	35.887,39 C	36.672,61 C	36.672,61 C

PATRIMONIO LIQUIDO

FUNDO SOCIAL

RESERVAS ESTATUTARIAS

Peculio 0,55 C 0,55 C

RESERVAS DE REAVALIACAO

Imobilizado 0,25 C 0,25 C

RESULTADO

Superavit/Deficit Acumulado	2.426.805,99 C			
Superavit/Deficit do Exercicio	528.300,53 C	2.955.106,52 C	2.955.107,32 C	2.955.107,32 C

TOTAL DO PASSIVO : 2.991.779,93 C

NOTAS EXPLICATIVAS.:

RECONHECEMOS O PRESENTE BALANCO PATRIMONIAL. CUJO ATIVO E PASSIVO SOMAM A IMPORTANCIA DE R\$ 2.991.779,93 (DOIS MILHOES, NOVECIENTOS E NOVENTA E UM MIL, SETECENTOS E SETENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E TREIS CENTAVOS), QUE CONFRONTA

BRASILIA - DF, 31 de Dezembro de 2007.

ANTONIO CARLOS ALPINO BIGONHA  
PRESIDENTE

CESARIO ALBERTO DE FIGUEIREDO  
CONTADOR(A) - CRC : 7941-DF-TC.

PERFEITAMENTE COM OS ELEMENTOS FORNECIDOS POR NOS A CONTABILIDADE.



ATIVO

ATIVO CIRCULANTE

ATIVO DISPONIVEL

CAIXA

Caixa Geral 4.15 D 4,15 D

BANCOS CONTA MOVIMENTO

Banco Real C/C 8707303-0 6.654,01 D  
Banco do Brasil 221.282-X 6.077,51 D  
Banespa C/C 1300483-3 795,44 D  
Caixa Ec.Federal - Conta-20293-6 5.313,17 D  
Caixa Ec.Federal-Conta:20294-4-FAJ 86,18 D 18.926,31 D

BANCOS C/APLICACOES FINANCEIRAS

BB CDB DI 400.859,94 D  
Banco Real S/A 13.117,06 D  
Banespa FIC FI Master Referenciado DI 23.023,63 D  
CDB/RDB-20293-6-CEF 978.467,61 D  
CDB/RDB-20294-4-FAJ-CEF 742.686,07 D 2.158.154,31 D

BANCOS CONTA DE POUPANCA

Banco do Brasil-Poup.O.Fixo-221.282-1 17.356,98 D 17.356,98 D 2.194.441,75 D

ATIVO REALIZAVEL A CURTO PRAZO

ADIANTAMENTOS A FUNCIONARIOS

Ferias 6.945,91 D  
Salarios 1.478,49 D 8.424,40 D

ADIANTAMENTO A TERCEIROS

Adiantamento p/Viagens 500,00 D 500,00 D

IMPOSTOS A RECUPERAR

INSS a Recuperar 246,34 D  
IRRF s/ Salario 1.553,46 D  
IRRF-PF 791,71 D

BALANCO PATRIMONIAL - EXERCICIO DE 2008  
CNPJ.(MF).: 00.392.696/0001-49

PIS/Folha	96,15 D	2.687,66 D	11.612,06 D	2.206.053,81
ATIVO PERMANENTE				
IMOBILIZADO				
INVESTIMENTOS				
Telebrasil	158,34 D	158,34 D		
IMOBILIZACOES PERMANENTES				
Aparelho Telefonico KS	1.887,00 D			
Aparelho de DVD	259,00 D			
Aparelho de Fax	380,29 D			
Ar Condicionado	1.495,00 D			
Benfeit. em Bens de Terceiro	102.221,33 D			
Central Telefonica	7.936,47 D			
Computadores e Perifericos	151.065,82 D			
Direito de Uso Software	31.302,63 D			
Filmadora/Fotografica	6.930,96 D			
Impressora	1.499,00 D			
Instalacoes	41.775,14 D			
Linha Telefonica	46,87 D			
Maquinas de Escritorio	5.122,03 D			
Marca & Patente	770,00 D			
Moveis e Utensilios	167.741,32 D			
Projeter Multiaidia	1.950,00 D			
Reavaliacao	0,15 D			
Sistema Informatizacao	4.625,12 D			
Televisor	2.003,34 D			
Veiculos	31.599,54 D			
Xerox	8.800,42 D	569.211,43 D	569.369,77 D	569.369,77

TOTAL DO ATIVO : 2.775.423,58 D

BALANCO PATRIMONIAL - EXERCICIO DE 2008  
CNPJ.(MF).: 00.392.696/0001-49

PASSIVO

ASSIVO CIRCULANTE

PASSIVO EXIG. A CURTO PRAZO

OBRIGACOES FISCAIS E SOCIAIS

FGTS	3.753,47 C			
INSS	11.382,17 C			
IRRF.Assalariado	4.045,46 C			
IRRF.M.Assalariado	865,75 C			
ISS	194,05 C			
PIS S/Folha de Pagamento	663,86 C			
PIS/CSLL/COFINS-5952-LEI-10833	1.671,15 C	22.575,91 C	22.575,91 C	22.575,91 C

PATRIMONIO LIQUIDO

FUNDO SOCIAL

RESERVAS ESTATUTARIAS

Peculio	0,55 C		0,55 C	
---------	--------	--	--------	--

RESERVAS DE REAVALIACAO

Imobilizado	0,25 C		0,25 C	
-------------	--------	--	--------	--

RESULTADO

Superavit/Deficit Acumulado	2.426.805,99 C			
Superavit/Deficit do Exercicio	326.040,88 C	2.752.846,87 C	2.752.847,67 C	2.752.847,67 C

TOTAL DO PASSIVO : 2.775.423,58 C

NOTAS EXPLICATIVAS.:

RECONHECEMOS O PRESENTE BALANCO PATRIMONIAL. CUJO ATIVO E PASSIVO SOMAM A IMPORTANCIA DE R\$ 2.775.423,58(DOIS MILHOES SETECENTOS E SETENTA E CINCO MIL, QUATROCENTOS E VINTE E TRES REAIS E CINQUENTA E OITO CENTAVOS), QUE CONFRONTA PERFEITAMENTE COM OS ELEMENTOS FORNECIDOS POR NOS A CONTABILIDADE.





### 13.5 Balancete analítico



BALANCETE ANALITICO  
JANEIRO DE 2009

CONTA - DESCRICAO	SALDO ANTERIOR	DEBITO	CREDITO	SALDO NO MES	SALDO FINAL
1 - ATIVO	2.763.240,40 D	685.263,51	541.167,78	144.095,73 D	2.907.336,13 D
1.1 - ATIVO CIRCULANTE	2.193.870,63 D	685.263,51	541.167,78	144.095,73 D	2.337.966,36 D
1.1.01 - ATIVO DISPONIVEL	2.182.258,57 D	398.793,98	247.553,27	151.240,71 D	2.333.499,28 D
1.1.01.02 - CAIXA	4,15 D	0,00	0,00	0,00	4,15 D
1.1.01.02.0001 - Caixa Geral	4,15 D	0,00	0,00	0,00	4,15 D
1.1.01.03 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	18.926,28 D	398.568,61	138.868,73	259.699,88 D	278.626,16 D
1.1.01.03.0001 - Banco do Brasil 221.282-X	6.077,51 D	0,00	0,00	0,00	6.077,51 D
1.1.01.03.0002 - Banespa C/C 1300483-3	795,44 D	80,67	47,60	33,07 D	828,51 D
1.1.01.03.0003 - Banco Real C/C 8707303-0	6.654,01 D	0,00	20,00	20,00 C	6.634,01 D
1.1.01.03.0008 - Caixa Ec.Federal - Conta-20293-6	5.313,17 D	370.076,86	138.447,97	231.628,89 D	236.942,06 D
1.1.01.03.0009 - Caixa Ec.Federal-Conta:20294-4-FAJ	86,15 D	28.411,08	353,16	28.057,92 D	28.144,07 D
1.1.01.04 - BANCOS C/APLICACOES FINANCEIRAS	2.145.971,16 D	135,88	108.684,54	108.548,66 C	2.037.422,50 D
1.1.01.04.0002 - CDB/RDB-20293-6-CEF	978.467,61 D	0,00	107.857,30	107.857,30 C	870.610,31 D
1.1.01.04.0003 - CDB/RDB-20294-4-FAJ-CEF	742.686,10 D	0,00	827,24	827,24 C	741.858,86 D
1.1.01.04.0005 - Banco Real S/A	13.117,06 D	135,88	0,00	135,88 D	13.252,94 D
1.1.01.04.0006 - Banespa FIC FI Master Referenciado BI	23.023,63 D	0,00	0,00	0,00	23.023,63 D
1.1.01.04.0007 - BB CDB DI	388.676,76 D	0,00	0,00	0,00	388.676,76 D
1.1.01.05 - BANCOS CONTA DE POUPANCA	17.356,98 D	89,49	0,00	89,49 D	17.446,47 D
1.1.01.05.0001 - Banco do Brasil-Poup.O.Fixo-221.282-1	17.356,98 D	89,49	0,00	89,49 D	17.446,47 D
1.1.02 - ATIVO REALIZAVEL A CURTO PRAZO	11.612,06 D	286.469,53	293.614,51	7.144,98 C	4.467,08 D
1.1.02.01 - ADIANTAMENTOS A FUNCIONARIOS	8.424,40 D	0,00	7.144,98	7.144,98 C	1.279,42 D
1.1.02.01.0002 - Ferias	6.945,91 D	0,00	7.144,98	7.144,98 C	199,07 C
1.1.02.01.0003 - Salarios	1.478,49 D	0,00	0,00	0,00	1.478,49 D
1.1.02.02 - ADIANTAMENTO A TERCEIROS	500,00 D	0,00	0,00	0,00	500,00 D
1.1.02.02.0002 - Adiantamento p/Viagens	500,00 D	0,00	0,00	0,00	500,00 D
1.1.02.03 - CONTRIBUICOES A RECEBER	0,00	286.469,53	286.469,53	0,00	0,00
1.1.02.03.0001 - Ativos.Benef. e Estat.-76087	0,00	191.364,66	191.364,66	0,00	0,00
1.1.02.03.0002 - Inativos - 76087	0,00	31.298,94	31.298,94	0,00	0,00
1.1.02.03.0003 - Convenio Amil - 76089	0,00	17.599,89	17.599,89	0,00	0,00
1.1.02.03.0004 - Convenio Ecco-Salva - 76084	0,00	568,74	568,74	0,00	0,00
1.1.02.03.0005 - Diversos-76095	0,00	350,00	350,00	0,00	0,00
1.1.02.03.0006 - Pensao Civil - 76087	0,00	5.461,56	5.461,56	0,00	0,00
1.1.02.03.0008 - Diferenca - 76088/76093	0,00	12.414,66	12.414,66	0,00	0,00
1.1.02.03.0011 - ANPR-FAJ-76083	0,00	27.411,08	27.411,08	0,00	0,00
1.1.02.04 - IMPOSTOS A RECUPERAR	2.687,66 D	0,00	0,00	0,00	2.687,66 D
1.1.02.04.0003 - IRRF-PF	791,71 D	0,00	0,00	0,00	791,71 D
1.1.02.04.0004 - INSS a Recuperar	246,34 D	0,00	0,00	0,00	246,34 D
1.1.02.04.0005 - IRRF s/ Salario	1.553,46 D	0,00	0,00	0,00	1.553,46 D
1.1.02.04.0007 - PIS/Folha	96,15 D	0,00	0,00	0,00	96,15 D
1.2 - ATIVO PERMANENTE	569.369,77 D	0,00	0,00	0,00	569.369,77 D

BALANCETE ANALITICO  
JANEIRO DE 2009

CONTA - DESCRICAO	SALDO ANTERIOR	DEBITO	CREDITO	SALDO NO MES	SALDO FINAL
1.2.01 - IMOBILIZADO	569.369,77 D	0,00	0,00	0,00	569.369,77 D
1.2.01.01 - INVESTIMENTOS	158,34 D	0,00	0,00	0,00	158,34 D
1.2.01.01.0002 - Telebrasil	158,34 D	0,00	0,00	0,00	158,34 D
1.2.01.02 - IMOBILIZACDES PERMANENTES	569.211,43 D	0,00	0,00	0,00	569.211,43 D
1.2.01.02.0001 - Moveis e Utensilios	167.741,32 D	0,00	0,00	0,00	167.741,32 D
1.2.01.02.0002 - Reavaliacao	0,15 D	0,00	0,00	0,00	0,15 D
1.2.01.02.0003 - Maquinas de Escritorio	5.122,03 D	0,00	0,00	0,00	5.122,03 D
1.2.01.02.0004 - Televisor	2.003,34 D	0,00	0,00	0,00	2.003,34 D
1.2.01.02.0007 - Aparelho de Fax	380,29 D	0,00	0,00	0,00	380,29 D
1.2.01.02.0008 - Xerox	8.600,42 D	0,00	0,00	0,00	8.600,42 D
1.2.01.02.0009 - Ar Condicionado	1.495,00 D	0,00	0,00	0,00	1.495,00 D
1.2.01.02.0010 - Linha Telefonica	46,87 D	0,00	0,00	0,00	46,87 D
1.2.01.02.0011 - Aparelho Telefonico KS	1.887,00 D	0,00	0,00	0,00	1.887,00 D
1.2.01.02.0013 - Computadores e Perifericos	151.065,82 D	0,00	0,00	0,00	151.065,82 D
1.2.01.02.0014 - Direito de Uso Software	31.302,63 D	0,00	0,00	0,00	31.302,63 D
1.2.01.02.0015 - Benfeit. em Bens de Terceiro	102.221,33 D	0,00	0,00	0,00	102.221,33 D
1.2.01.02.0016 - Central Telefonica	7.936,47 D	0,00	0,00	0,00	7.936,47 D
1.2.01.02.0017 - Instalacoes	41.775,14 D	0,00	0,00	0,00	41.775,14 D
1.2.01.02.0018 - Filmadora/Fotografica	6.930,96 D	0,00	0,00	0,00	6.930,96 D
1.2.01.02.0019 - Marca & Patente	770,00 D	0,00	0,00	0,00	770,00 D
1.2.01.02.0020 - Aparelho de DVD	259,00 D	0,00	0,00	0,00	259,00 D
1.2.01.02.0021 - Sistema Informatizacao	4.625,12 D	0,00	0,00	0,00	4.625,12 D
1.2.01.02.0022 - Veiculos	31.599,54 D	0,00	0,00	0,00	31.599,54 D
1.2.01.02.0023 - Projetor Multimedia	1.950,00 D	0,00	0,00	0,00	1.950,00 D
1.2.01.02.0024 - Impressora	1.499,00 D	0,00	0,00	0,00	1.499,00 D
2 - PASSIVO	2.763.240,40 C	64.008,79	50.149,53	13.859,26 D	2.749.381,14 C
2.1 - PASSIVO CIRCULANTE	22.575,91 C	64.008,79	50.149,53	13.859,26 D	8.716,65 C
2.1.01 - PASSIVO EXIG. A CURTO PRAZO	22.575,91 C	64.008,79	50.149,53	13.859,26 D	8.716,65 C
2.1.01.01 - FORNECEDORES	0,00	18.345,15	18.345,14	0,01 D	0,01 D
2.1.01.01.0001 - Amil - 76089	0,00	17.599,89	17.599,89	0,00	0,00
2.1.01.01.0002 - Ecco-Salva - 76084	0,00	745,26	745,25	0,01 D	0,01 D
2.1.01.02 - OBRIGACOES FISCAIS E SOCIAIS	22.575,91 C	22.071,12	8.211,90	13.859,22 D	8.716,69 C
2.1.01.02.0001 - INSS	11.382,17 C	11.935,88	2.580,41	9.355,47 D	2.026,70 C
2.1.01.02.0002 - FGTS	3.753,47 C	3.659,54	0,00	3.659,54 D	93,93 C
2.1.01.02.0004 - IRRF.Assalariado	4.045,46 C	4.045,46	3.820,13	225,33 D	3.820,13 C
2.1.01.02.0005 - IRRF.N.Assalariado	865,75 C	349,56	429,88	80,32 C	946,07 C
2.1.01.02.0006 - ISS	194,05 C	48,85	48,85	0,00	194,05 C
2.1.01.02.0007 - PIS S/Folha de Pagamento	663,86 C	663,86	0,00	663,86 D	0,00
2.1.01.02.0013 - PIS/CSLL/COFINS-5952-Lei-10833	1.671,15 C	1.367,97	1.332,63	35,34 D	1.635,81 C
2.1.01.03 - OBRIGACOES C/PESSOAL	0,00	23.592,52	23.592,49	0,03 D	0,03 D
2.1.01.03.0001 - Salarios	0,00	23.592,52	23.592,49	0,03 D	0,03 D
2.3 - PATRIMONIO LIQUIDO	2.740.664,49 C	0,00	0,00	0,00	2.740.664,49 C
2.3.01 - FUNDO SOCIAL	2.740.664,49 C	0,00	0,00	0,00	2.740.664,49 C



BALANCETE ANALITICO  
JANEIRO DE 2009

CONTA - DESCRICAO	SALDO ANTERIOR	D E B I T O	C R E D I T O	SALDO NO MES	SALDO FINAL
2.3.01.02 - RESERVAS ESTATUTARIAS	0,55 C	0,00	0,00	0,00	0,55 C
2.3.01.02.0001 - Peculio	0,55 C	0,00	0,00	0,00	0,55 C
2.3.01.03 - RESERVAS DE REAVALIACAO	0,25 C	0,00	0,00	0,00	0,25 C
2.3.01.03.0001 - Imobilizado	0,25 C	0,00	0,00	0,00	0,25 C
2.3.01.04 - RESULTADO	2.740.663,69 C	0,00	0,00	0,00	2.740.663,69 C
2.3.01.04.0001 - Superavit/Deficit do Exercicio	214.442,83 D	0,00	0,00	0,00	214.442,83 D
2.3.01.04.0002 - Superavit/Deficit Acumulado	2.955.106,52 C	0,00	0,00	0,00	2.955.106,52 C
3 - DESPESAS GERAIS	0,00	114.487,73	0,00	114.487,73 D	114.487,73 D
3.1 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS	0,00	98.884,62	0,00	98.884,62 D	98.884,62 D
3.1.01 - DESPESAS OPERACIONAIS	0,00	98.884,62	0,00	98.884,62 D	98.884,62 D
3.1.01.01 - DESPESAS C/PESSOAL	0,00	44.794,46	0,00	44.794,46 D	44.794,46 D
3.1.01.01.0001 - Salarios e Ordenados	0,00	28.592,08	0,00	28.592,08 D	28.592,08 D
3.1.01.01.0002 - Férias Normais	0,00	6.334,45	0,00	6.334,45 D	6.334,45 D
3.1.01.01.0007 - Vale Transporte	0,00	2.240,25	0,00	2.240,25 D	2.240,25 D
3.1.01.01.0008 - Vale Alimentacao	0,00	5.416,20	0,00	5.416,20 D	5.416,20 D
3.1.01.01.0013 - 1/3 de Abono Pecuniario	0,00	2.111,48	0,00	2.111,48 D	2.111,48 D
3.1.01.01.0017 - Auxilio Transporte	0,00	100,00	0,00	100,00 D	100,00 D
3.1.01.02 - DESPESAS GERAIS	0,00	53.142,13	0,00	53.142,13 D	53.142,13 D
3.1.01.02.0002 - Material de Expediente	0,00	860,00	0,00	860,00 D	860,00 D
3.1.01.02.0004 - Transporte Urbano	0,00	46,60	0,00	46,60 D	46,60 D
3.1.01.02.0005 - Telefone/Celular/Fax	0,00	3.216,57	0,00	3.216,57 D	3.216,57 D
3.1.01.02.0007 - Jornais, Livros e Revistas	0,00	3.005,00	0,00	3.005,00 D	3.005,00 D
3.1.01.02.0012 - Portes,Telegramas e Telex	0,00	12.304,50	0,00	12.304,50 D	12.304,50 D
3.1.01.02.0015 - Despesas c/Veiculo	0,00	200,00	0,00	200,00 D	200,00 D
3.1.01.02.0026 - Provedor Internet	0,00	2.650,58	0,00	2.650,58 D	2.650,58 D
3.1.01.02.0033 - Despesas Radio e Televisao	0,00	28.658,88	0,00	28.658,88 D	28.658,88 D
3.1.01.02.0034 - Informat. ao Assoc.( Jornal e Revista)	0,00	1.500,00	0,00	1.500,00 D	1.500,00 D
3.1.01.02.0036 - Bolsa Estudo	0,00	500,00	0,00	500,00 D	500,00 D
3.1.01.02.0038 - Homenagem Postuma	0,00	200,00	0,00	200,00 D	200,00 D
3.1.01.03 - IMPOSTOS,TAXAS E CONTRIBUICOES	0,00	689,25	0,00	689,25 D	689,25 D
3.1.01.03.0010 - IRRF. B.B-D.Fixo-221.282-1	0,00	25,88	0,00	25,88 D	25,88 D
3.1.01.03.0013 - IRRF.CEF-20293.6	0,00	622,06	0,00	622,06 D	622,06 D
3.1.01.03.0014 - IRRF.CEF-20294.4-FAJ	0,00	30,48	0,00	30,48 D	30,48 D
3.1.01.03.0016 - IOF-CEF-20293.6	0,00	10,83	0,00	10,83 D	10,83 D
3.1.01.04 - DESPESAS FINANCEIRAS	0,00	144,53	0,00	144,53 D	144,53 D
3.1.01.04.0002 - Despesas Bancarias	0,00	144,53	0,00	144,53 D	144,53 D
3.1.01.06 - Desp. C/ Viagem Funcionario	0,00	114,25	0,00	114,25 D	114,25 D
3.1.01.06.0003 - Alimentacao	0,00	114,25	0,00	114,25 D	114,25 D
3.2 - DESPESAS ESTATUTARIAS	0,00	9.553,11	0,00	9.553,11 D	9.553,11 D
3.2.01 - REUNIOES	0,00	5.376,11	0,00	5.376,11 D	5.376,11 D

BALANCETE ANALITICO  
JANEIRO DE 2009

CONTA - DESCRICAO	SALDO ANTERIOR	DEBITO	CREDITO	SALDO NO MES	SALDO FINAL
3.2.01.01 - DIRETORIA	0,00	5.376,11	0,00	5.376,11 D	5.376,11 D
3.2.01.01.0001 - Passagens Aereas	0,00	4.614,86	0,00	4.614,86 D	4.614,86 D
3.2.01.01.0002 - Hospedagem	0,00	726,25	0,00	726,25 D	726,25 D
3.2.01.01.0004 - Traslados	0,00	35,00	0,00	35,00 D	35,00 D
3.2.02 - DESPESAS SOCIAIS	0,00	1.800,00	0,00	1.800,00 D	1.800,00 D
3.2.02.01 - DESPESAS GERAIS	0,00	1.800,00	0,00	1.800,00 D	1.800,00 D
3.2.02.01.0006 - Doacoes e Patrocinios	0,00	1.800,00	0,00	1.800,00 D	1.800,00 D
3.2.03 - DESPESAS COM EVENTOS	0,00	2.377,00	0,00	2.377,00 D	2.377,00 D
3.2.03.02 - SERVICOS DE TERCEIROS	0,00	977,00	0,00	977,00 D	977,00 D
3.2.03.02.0002 - Servicos Prestado-PF	0,00	977,00	0,00	977,00 D	977,00 D
3.2.03.04 - ENCONTRO NACIONAL(ANTERIORES)	0,00	1.400,00	0,00	1.400,00 D	1.400,00 D
3.2.03.04.0002 - Devolucao Hospedagens(XXV)	0,00	1.400,00	0,00	1.400,00 D	1.400,00 D
3.3 - DESPESAS ESTATUTARIA	0,00	2.200,00	0,00	2.200,00 D	2.200,00 D
3.3.01 - OUTRAS DESPESAS ESTATUTARIAS	0,00	2.200,00	0,00	2.200,00 D	2.200,00 D
3.3.01.02 - POSSE NOVOS PROCURADORES	0,00	2.200,00	0,00	2.200,00 D	2.200,00 D
3.3.01.02.0011 - Filiações	0,00	2.200,00	0,00	2.200,00 D	2.200,00 D
3.6 - DESPESAS	0,00	3.850,00	0,00	3.850,00 D	3.850,00 D
3.6.03 - MOVIMENTO CORRUPCAO ELEITORAL	0,00	2.350,00	0,00	2.350,00 D	2.350,00 D
3.6.03.00.0002 - Convenio-ANPR-SE-MECE	0,00	2.350,00	0,00	2.350,00 D	2.350,00 D
3.6.06 - JUSPREVI-Previdencia Associativa	0,00	1.500,00	0,00	1.500,00 D	1.500,00 D
3.6.06.00.0001 - Custeio Administrativo	0,00	1.500,00	0,00	1.500,00 D	1.500,00 D
4 - RECEITAS GERAIS	0,00	0,00	272.442,72	272.442,72 C	272.442,72 C
4.1 - RECEITAS OPERACIONAIS	0,00	0,00	272.442,72	272.442,72 C	272.442,72 C
4.1.01 - RECEITAS DE CONTRIBUICOES	0,00	0,00	272.442,72	272.442,72 C	272.442,72 C
4.1.01.01 - CONTRIBUICOES	0,00	0,00	268.381,57	268.381,57 C	268.381,57 C
4.1.01.01.0001 - Ativo - 76087	0,00	0,00	191.364,66	191.364,66 C	191.364,66 C
4.1.01.01.0002 - Inativos - 76087	0,00	0,00	31.379,61	31.379,61 C	31.379,61 C
4.1.01.01.0004 - Pensao Civil - 76087	0,00	0,00	5.461,56	5.461,56 C	5.461,56 C
4.1.01.01.0005 - Diversos-76095	0,00	0,00	350,00	350,00 C	350,00 C
4.1.01.01.0007 - Diferenca de Convenio - 76088/76093	0,00	0,00	12.414,66	12.414,66 C	12.414,66 C
4.1.01.01.0008 - ANPR-FAJ-76083	0,00	0,00	27.411,08	27.411,08 C	27.411,08 C
4.1.01.03 - RECEITAS FINANCIERAS	0,00	0,00	3.219,25	3.219,25 C	3.219,25 C
4.1.01.03.0003 - Rendimento CDB/RDB-Caixa Ec.-20294.4-FAJ	0,00	0,00	203,24	203,24 C	203,24 C
4.1.01.03.0004 - Rendimento CDB/RDB-Caixa Ec.-20293.6	0,00	0,00	2.764,76	2.764,76 C	2.764,76 C
4.1.01.03.0006 - Poupanca Bco.Brasil-Duro Fixo-221.282.1	0,00	0,00	115,37	115,37 C	115,37 C
4.1.01.03.0007 - Banco Real S/A - CDBMAIS	0,00	0,00	135,88	135,88 C	135,88 C

BALANCETE ANALITICO  
JANEIRO DE 2009

CONTA - DESCRICAO	SALDO ANTERIOR	D E B I T O	C R E D I T O	SALDO NO MES	SALDO FINAL
4.1.01.05 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	0,00	0,00	841,90	841,90 C	841,90 C
4.1.01.05.0006 - Outras Receitas	0,00	0,00	841,90	841,90 C	841,90 C

BALANCETE ANALITICO  
FEVEREIRO DE 2009

CONTA - DESCRICAO	SALDO ANTERIOR	DEBITO	CREDITO	SALDO NO MES	SALDO FINAL
1 - ATIVO	2.907.336,13 D	1.290.515,35	1.227.431,60	63.083,75 D	2.970.419,88 D
1.1 - ATIVO CIRCULANTE	2.337.966,36 D	1.290.515,35	1.227.431,60	63.083,75 D	2.401.050,11 D
1.1.01 - ATIVO DISPONIVEL	2.333.499,28 D	801.604,22	738.520,47	63.083,75 D	2.396.583,03 D
1.1.01.01 - ATIVO DISPONIVEL				93,56 D	97,71 D
1.1.01.01.02 - CAIXA	4,15 D	200,00	106,44	93,56 D	97,71 D
1.1.01.01.02.0001 - Caixa Geral	4,15 D	200,00	106,44		
1.1.01.01.03 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	278.626,16 D	574.199,89	654.260,24	80.060,35 C	198.565,81 D
1.1.01.01.03.0001 - Banco do Brasil 221.282-X	6.077,51 D	82.153,79	87.720,77	5.566,98 C	510,53 D
1.1.01.01.03.0002 - Banespa C/C 1300483-3	828,51 D	80,67	24,00	56,67 D	885,18 D
1.1.01.01.03.0003 - Banco Real C/C 8707303-0	6.634,01 D	0,00	22,00	22,00 C	6.612,01 D
1.1.01.01.03.0008 - Caixa Ec.Federal - Conta-20293-6	236.942,06 D	469.171,45	516.974,58	47.803,13 C	189.138,93 D
1.1.01.01.03.0009 - Caixa Ec.Federal-Conta:20294-4-FAJ	28.144,07 D	22.793,98	49.518,89	26.724,91 C	1.419,16 D
1.1.01.01.04 - BANCOS C/APLICACOES FINANCEIRAS	2.037.422,50 D	227.111,88	84.153,79	142.958,09 D	2.180.380,59 D
1.1.01.01.04.0002 - CDB/RDB-20293-6-CEF	870.610,31 D	180.000,00	0,00	180.000,00 D	1.050.610,31 D
1.1.01.01.04.0003 - CDB/RDB-20294-4-FAJ-CEF	741.858,86 D	47.000,00	2.000,00	45.000,00 D	786.858,86 D
1.1.01.01.04.0005 - Banco Real S/A	13.252,94 D	111,88	0,00	111,88 D	13.364,82 D
1.1.01.01.04.0006 - Banespa FIC FI Master Referenciado BI	23.023,63 D	0,00	0,00	0,00	23.023,63 D
1.1.01.01.04.0007 - BB CDB DI	388.676,76 D	0,00	82.153,79	82.153,79 C	306.522,97 D
1.1.01.01.05 - BANCOS CONTA DE POUPANCA	17.446,47 D	92,45	0,00	92,45 D	17.538,92 D
1.1.01.01.05.0001 - Banco do Brasil-Poup.O.Fixo-221.282-1	17.446,47 D	92,45	0,00	92,45 D	17.538,92 D
1.1.02 - ATIVO REALIZAVEL A CURTO PRAZO	4.467,08 D	488.911,13	488.911,13	0,00	4.467,08 D
1.1.02.01 - ADIANTAMENTOS A FUNCIONARIOS	1.279,42 D	0,00	0,00	0,00	1.279,42 D
1.1.02.01.0002 - Ferias	199,07 C	0,00	0,00	0,00	199,07 C
1.1.02.01.0003 - Salarios	1.478,49 D	0,00	0,00	0,00	1.478,49 D
1.1.02.02 - ADIANTAMENTO A TERCEIROS	500,00 D	0,00	0,00	0,00	500,00 D
1.1.02.02.0002 - Adiantamento p/Viagens	500,00 D	0,00	0,00	0,00	500,00 D
1.1.02.03 - CONTRIBUICOES A RECEBER	0,00	488.911,13	488.911,13	0,00	0,00
1.1.02.03.0001 - Ativos,Benef. e Estat.-76087	0,00	190.944,54	190.944,54	0,00	0,00
1.1.02.03.0002 - Inativos - 76087	0,00	31.298,94	31.298,94	0,00	0,00
1.1.02.03.0003 - Convenio Amil - 76089	0,00	17.599,89	17.599,89	0,00	0,00
1.1.02.03.0004 - Convenio Ecco-Salva - 76084	0,00	568,74	568,74	0,00	0,00
1.1.02.03.0006 - Pensao Civil - 76087	0,00	5.461,56	5.461,56	0,00	0,00
1.1.02.03.0007 - Peculio - 76094	0,00	222.243,48	222.243,48	0,00	0,00
1.1.02.03.0011 - ANPR-FAJ-76083	0,00	20.793,98	20.793,98	0,00	0,00
1.1.02.04 - IMPOSTOS A RECUPERAR	2.687,66 D	0,00	0,00	0,00	2.687,66 D
1.1.02.04.0003 - IRRF-PF	791,71 D	0,00	0,00	0,00	791,71 D
1.1.02.04.0004 - INSS a Recuperar	246,34 D	0,00	0,00	0,00	246,34 D
1.1.02.04.0005 - IRRF s/ Salario	1.553,46 D	0,00	0,00	0,00	1.553,46 D
1.1.02.04.0007 - PIS/Folha	96,15 D	0,00	0,00	0,00	96,15 D
1.2 - ATIVO PERMANENTE	569.369,77 D	0,00	0,00	0,00	569.369,77 D
1.2.01 - IMOBILIZADO	569.369,77 D	0,00	0,00	0,00	569.369,77 D

BALANCETE ANALITICO  
FEVEREIRO DE 2009

CONTA - DESCRICAO	SALDO ANTERIOR	D E B I T O	C R E D I T O	SALDO NO MES	SALDO FINAL
1.2.01.01 - INVESTIMENTOS	158,34 D	0,00	0,00	0,00	158,34 D
1.2.01.01.0002 - Telebrasil	158,34 D	0,00	0,00	0,00	158,34 D
1.2.01.02 - IMOBILIZACOES PERMANENTES	569.211,43 D	0,00	0,00	0,00	569.211,43 D
1.2.01.02.0001 - Moveis e Utensilios	167.741,32 D	0,00	0,00	0,00	167.741,32 D
1.2.01.02.0002 - Reavaliacao	0,15 D	0,00	0,00	0,00	0,15 D
1.2.01.02.0003 - Maquinas de Escritorio	5.122,03 D	0,00	0,00	0,00	5.122,03 D
1.2.01.02.0004 - Televisor	2.003,34 D	0,00	0,00	0,00	2.003,34 D
1.2.01.02.0007 - Aparelho de Fax	380,29 D	0,00	0,00	0,00	380,29 D
1.2.01.02.0008 - Xerox	8.600,42 D	0,00	0,00	0,00	8.600,42 D
1.2.01.02.0009 - Ar Condicionado	1.495,00 D	0,00	0,00	0,00	1.495,00 D
1.2.01.02.0010 - Linha Telefonica	46,87 D	0,00	0,00	0,00	46,87 D
1.2.01.02.0011 - Aparelho Telefonico KS	1.887,00 D	0,00	0,00	0,00	1.887,00 D
1.2.01.02.0013 - Computadores e Perifericos	151.065,82 D	0,00	0,00	0,00	151.065,82 D
1.2.01.02.0014 - Direito de Uso Software	31.302,63 D	0,00	0,00	0,00	31.302,63 D
1.2.01.02.0015 - Benfeit. em Bens de Terceiro	102.221,33 D	0,00	0,00	0,00	102.221,33 D
1.2.01.02.0016 - Central Telefonica	7.936,47 D	0,00	0,00	0,00	7.936,47 D
1.2.01.02.0017 - Instalacoes	41.775,14 D	0,00	0,00	0,00	41.775,14 D
1.2.01.02.0018 - Filmadora/Fotografica	6.930,96 D	0,00	0,00	0,00	6.930,96 D
1.2.01.02.0019 - Marca & Patente	770,00 D	0,00	0,00	0,00	770,00 D
1.2.01.02.0020 - Aparelho de DVD	259,00 D	0,00	0,00	0,00	259,00 D
1.2.01.02.0021 - Sistema Informatizacao	4.625,12 D	0,00	0,00	0,00	4.625,12 D
1.2.01.02.0022 - Veiculos	31.599,54 D	0,00	0,00	0,00	31.599,54 D
1.2.01.02.0023 - Projetor Multimidia	1.950,00 D	0,00	0,00	0,00	1.950,00 D
1.2.01.02.0024 - Impressora	1.499,00 D	0,00	0,00	0,00	1.499,00 D
<b>2 - PASSIVO</b>	<b>2.749.381,14 C</b>	<b>69.405,01</b>	<b>81.536,22</b>	<b>12.131,21 C</b>	<b>2.761.512,35 C</b>
<b>2.1 - PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>8.716,65 C</b>	<b>69.405,01</b>	<b>81.536,22</b>	<b>12.131,21 C</b>	<b>20.847,86 C</b>
<b>2.1.01 - PASSIVO EXIG. A CURTO PRAZO</b>	<b>8.716,65 C</b>	<b>69.405,01</b>	<b>81.536,22</b>	<b>12.131,21 C</b>	<b>20.847,86 C</b>
<b>2.1.01.01 - FORNECEDORES</b>	<b>0,01 D</b>	<b>18.345,15</b>	<b>18.345,14</b>	<b>0,01 D</b>	<b>0,02 D</b>
2.1.01.01.0001 - Amil - 76089	0,00	17.599,89	17.599,89	0,00	0,00
2.1.01.01.0002 - Ecco-Salva - 76084	0,01 D	745,26	745,25	0,01 D	0,02 D
<b>2.1.01.02 - OBRIGACOES FISCAIS E SOCIAIS</b>	<b>8.716,69 C</b>	<b>21.807,37</b>	<b>33.985,88</b>	<b>12.178,51 C</b>	<b>20.895,20 C</b>
2.1.01.02.0001 - INSS	2.026,70 C	12.701,91	22.252,77	9.550,86 C	11.577,56 C
2.1.01.02.0002 - FGTS	93,93 C	2.963,04	2.823,46	139,58 D	45,65 D
2.1.01.02.0004 - IRRF.Assalariado	3.820,13 C	3.820,13	3.507,18	312,95 D	3.507,18 C
2.1.01.02.0005 - IRRF.M.Assalariado	946,07 C	429,88	2.461,77	2.031,89 C	2.977,96 C
2.1.01.02.0006 - ISS	194,05 C	0,00	892,44	892,44 C	1.086,49 C
2.1.01.02.0007 - PIS S/Folha de Pagamento	0,00	368,71	352,93	15,78 D	15,78 D
2.1.01.02.0013 - PIS/CSLL/COFINS-5952-Lei-10833	1.635,81 C	1.523,70	1.695,33	171,63 C	1.807,44 C
<b>2.1.01.03 - OBRIGACOES C/PESSOAL</b>	<b>0,03 D</b>	<b>29.252,49</b>	<b>29.205,20</b>	<b>47,29 D</b>	<b>47,32 D</b>
2.1.01.03.0001 - Salarios	0,03 D	29.252,49	29.205,20	47,29 D	47,32 D
<b>2.3 - PATRIMONIO LIQUIDO</b>	<b>2.740.664,49 C</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.740.664,49 C</b>
<b>2.3.01 - FUNDO SOCIAL</b>	<b>2.740.664,49 C</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.740.664,49 C</b>
2.3.01.02 - RESERVAS ESTATUTARIAS	0,55 C	0,00	0,00	0,00	0,55 C

BALANCETE ANALITICO  
FEVEREIRO DE 2009

CONTA - DESCRICAO	SALDO ANTERIOR	DEBITO	CREDITO	SALDO NO MES	SALDO FINAL
2.3.01.02.0001 - Peculio	0,55 C	0,00	0,00	0,00	0,55 C
2.3.01.03 - RESERVAS DE REAVALIACAO	0,25 C	0,00	0,00	0,00	0,25 C
2.3.01.03.0001 - Imobilizado	0,25 C	0,00	0,00	0,00	0,25 C
2.3.01.04 - RESULTADO	2.740.663,69 C	0,00	0,00	0,00	2.740.663,69 C
2.3.01.04.0001 - Superavit/Deficit do Exercicio	214.442,83 D	0,00	0,00	0,00	214.442,83 D
2.3.01.04.0002 - Superavit/Deficit Acumulado	2.955.106,52 C	0,00	0,00	0,00	2.955.106,52 C
3 - DESPESAS GERAIS	114.487,73 D	420.979,50	0,00	420.979,50 D	535.467,23 D
3.1 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS	98.884,62 D	116.132,93	0,00	116.132,93 D	215.017,55 D
3.1.01 - DESPESAS OPERACIONAIS	98.884,62 D	116.132,93	0,00	116.132,93 D	215.017,55 D
3.1.01.01 - DESPESAS C/PESSOAL	44.794,46 D	71.485,54	0,00	71.485,54 D	116.280,00 D
3.1.01.01.0001 - Salarios e Ordenados	28.592,08 D	35.193,20	0,00	35.193,20 D	63.785,28 D
3.1.01.01.0002 - Ferias Normais	6.334,45 D	0,00	0,00	0,00	6.334,45 D
3.1.01.01.0004 - FGTS	0,00	2.823,46	0,00	2.823,46 D	2.823,46 D
3.1.01.01.0005 - Encargos INSS.	0,00	18.275,42	0,00	18.275,42 D	18.275,42 D
3.1.01.01.0007 - Vale Transporte	2.240,25 D	2.175,00	0,00	2.175,00 D	4.415,25 D
3.1.01.01.0008 - Vale Alimentacao	5.416,20 D	5.416,20	0,00	5.416,20 D	10.832,40 D
3.1.01.01.0013 - 1/3 de Abono Pecuniario	2.111,48 D	0,00	0,00	0,00	2.111,48 D
3.1.01.01.0017 - Auxilio Transporte	100,00 D	100,00	0,00	100,00 D	200,00 D
3.1.01.01.0021 - Plano de Saude(Funcionarios)	0,00	7.502,26	0,00	7.502,26 D	7.502,26 D
3.1.01.02 - DESPESAS GERAIS	53.142,13 D	42.707,49	0,00	42.707,49 D	95.849,62 D
3.1.01.02.0002 - Material de Expediente	860,00 D	50,44	0,00	50,44 D	910,44 D
3.1.01.02.0004 - Transporte Urbano	46,60 D	0,00	0,00	0,00	46,60 D
3.1.01.02.0005 - Telefone/Celular/Fax	3.216,57 D	3.108,64	0,00	3.108,64 D	6.325,21 D
3.1.01.02.0007 - Jornais, Livros e Revistas	3.005,00 D	281,50	0,00	281,50 D	3.286,50 D
3.1.01.02.0008 - Taxas,Emolumentos Cartorarios	0,00	665,00	0,00	665,00 D	665,00 D
3.1.01.02.0009 - Conservacao e Manutencao	0,00	65,00	0,00	65,00 D	65,00 D
3.1.01.02.0012 - Portes,Telegramas e Telex	12.304,50 D	2.628,20	0,00	2.628,20 D	14.932,70 D
3.1.01.02.0015 - Despesas c/Veiculo	200,00 D	256,00	0,00	256,00 D	456,00 D
3.1.01.02.0021 - Bens de Pequeno Valor	0,00	339,00	0,00	339,00 D	339,00 D
3.1.01.02.0024 - Estagio Remunerado	0,00	500,00	0,00	500,00 D	500,00 D
3.1.01.02.0026 - Provedor Internet	2.650,58 D	2.254,00	0,00	2.254,00 D	4.904,58 D
3.1.01.02.0027 - Despesas C/ Informatica	0,00	371,83	0,00	371,83 D	371,83 D
3.1.01.02.0033 - Despesas Radio e Televisao	28.658,88 D	29.937,88	0,00	29.937,88 D	58.596,76 D
3.1.01.02.0034 - Informat. ao Assoc.( Jornal e Revista)	1.500,00 D	1.500,00	0,00	1.500,00 D	3.000,00 D
3.1.01.02.0036 - Bolsa Estudo	500,00 D	750,00	0,00	750,00 D	1.250,00 D
3.1.01.02.0038 - Homenagem Postuma	200,00 D	0,00	0,00	0,00	200,00 D
3.1.01.03 - IMPOSTOS,TAXAS E CONTRIBUICOES	689,25 D	379,68	0,00	379,68 D	1.068,93 D
3.1.01.03.0001 - PIS s/Folha de Pagamento	0,00	352,93	0,00	352,93 D	352,93 D
3.1.01.03.0010 - IRRF. B.B-D.Fixo-221.282-1	25,88 D	26,75	0,00	26,75 D	52,63 D
3.1.01.03.0013 - IRRF.CEF-20293.6	622,06 D	0,00	0,00	0,00	622,06 D
3.1.01.03.0014 - IRRF.CEF-20294.4-FAJ	30,48 D	0,00	0,00	0,00	30,48 D
3.1.01.03.0016 - IOF-CEF-20293.6	10,83 D	0,00	0,00	0,00	10,83 D
3.1.01.04 - DESPESAS FINANCEIRAS	144,53 D	800,22	0,00	800,22 D	944,75 D
3.1.01.04.0001 - Juros e Multas	0,00	417,67	0,00	417,67 D	417,67 D

BALANCETE ANALITICO  
FEVEREIRO DE 2009

CONTA - DESCRICAO	SALDO ANTERIOR	D E B I T O	C R E D I T O	SALDO NO MES	SALDO FINAL
3.1.01.04.0002 - Despesas Bancarias	144,53 D	382,55	0,00	382,55 D	527,08 D
3.1.01.05 - SERVICOS DE TERCEIROS	0,00	760,00	0,00	760,00 D	760,00 D
3.1.01.05.0002 - Servicos Prestado-PJ	0,00	760,00	0,00	760,00 D	760,00 D
3.1.01.06 - Desp. C/ Viagem Funcionario	114,25 D	0,00	0,00	0,00	114,25 D
3.1.01.06.0003 - Alimentacao	114,25 D	0,00	0,00	0,00	114,25 D
3.2 - DESPESAS ESTATUTARIAS	9.553,11 D	273.833,59	0,00	273.833,59 D	283.386,70 D
3.2.01 - REUNIOES	5.374,11 D	6.007,11	0,00	6.007,11 D	11.383,22 D
3.2.01.01 - DIRETORIA	5.374,11 D	6.007,11	0,00	6.007,11 D	11.383,22 D
3.2.01.01.0001 - Passagens Aereas	4.614,06 D	5.137,41	0,00	5.137,41 D	9.752,27 D
3.2.01.01.0002 - Hospedagem	726,25 D	844,20	0,00	844,20 D	1.570,45 D
3.2.01.01.0003 - Alimentacao	0,00	25,50	0,00	25,50 D	25,50 D
3.2.01.01.0004 - Traslados	35,00 D	0,00	0,00	0,00	35,00 D
3.2.02 - DESPESAS SOCIAIS	1.800,00 D	267.826,48	0,00	267.826,48 D	269.626,48 D
3.2.02.01 - DESPESAS GERAIS	1.800,00 D	267.826,48	0,00	267.826,48 D	269.626,48 D
3.2.02.01.0002 - Contribuicoes Estatutarias	0,00	45.583,00	0,00	45.583,00 D	45.583,00 D
3.2.02.01.0003 - Pecuho	0,00	222.243,48	0,00	222.243,48 D	222.243,48 D
3.2.02.01.0006 - Doacoes e Patrocinios	1.800,00 D	0,00	0,00	0,00	1.800,00 D
3.2.03 - DESPESAS COM EVENTOS	2.377,00 D	0,00	0,00	0,00	2.377,00 D
3.2.03.02 - SERVICOS DE TERCEIROS	977,00 D	0,00	0,00	0,00	977,00 D
3.2.03.02.0002 - Servicos Prestado-PF	977,00 D	0,00	0,00	0,00	977,00 D
3.2.03.04 - ENCONTRO NACIONAL(ANTERIORES)	1.400,00 D	0,00	0,00	0,00	1.400,00 D
3.2.03.04.0002 - Devolucao Hospedagens(XXV)	1.400,00 D	0,00	0,00	0,00	1.400,00 D
3.3 - DESPESAS ESTATUTARIA	2.200,00 D	16.884,28	0,00	16.884,28 D	19.084,28 D
3.3.01 - OUTRAS DESPESAS ESTATUTARIAS	2.200,00 D	16.884,28	0,00	16.884,28 D	19.084,28 D
3.3.01.01 - ASSISTENCIA JURIDICA	0,00	3.149,00	0,00	3.149,00 D	3.149,00 D
3.3.01.01.0009 - Servicos Prestado-PF	0,00	3.149,00	0,00	3.149,00 D	3.149,00 D
3.3.01.02 - POSSE NOVOS PROCURADORES	2.200,00 D	200,00	0,00	200,00 D	2.400,00 D
3.3.01.02.0011 - Filmagens	2.200,00 D	200,00	0,00	200,00 D	2.400,00 D
3.3.01.04 - PROJETO DIREITO E DEMOCRACIA	0,00	13.535,28	0,00	13.535,28 D	13.535,28 D
3.3.01.04.0001 - Servicos Prestado-PJ	0,00	7.800,00	0,00	7.800,00 D	7.800,00 D
3.3.01.04.0002 - Servicos Prestado-PF	0,00	4.314,19	0,00	4.314,19 D	4.314,19 D
3.3.01.04.0003 - Hospedagem	0,00	211,05	0,00	211,05 D	211,05 D
3.3.01.04.0005 - Passagens Aereas	0,00	730,04	0,00	730,04 D	730,04 D
3.3.01.04.0007 - Material Grafico	0,00	480,00	0,00	480,00 D	480,00 D
3.6 - DESPESAS	3.850,00 D	14.128,70	0,00	14.128,70 D	17.978,70 D
3.6.03 - MOVIMENTO CORRUPCAO ELEITORAL	2.350,00 D	0,00	0,00	0,00	2.350,00 D

BALANCETE ANALITICO  
FEVEREIRO DE 2009

CONTA - DESCRICAO	SALDO ANTERIOR	DEBITO	CREDITO	SALDO NO MES	SALDO FINAL
3.6.03.00.0002 - Convenio-ANPR-SE-MCCE	2.350,00 D	0,00	0,00	0,00	2.350,00 D
3.6.05 - ABRAJI-Assoc. Bras. de J. Investigativo	0,00	200,00	0,00	200,00 D	200,00 D
3.6.05.00.0001 - Portal do Site	0,00	200,00	0,00	200,00 D	200,00 D
3.6.06 - JUSPREVI-Previdencia Associativa	1.500,00 D	1.500,00	0,00	1.500,00 D	3.000,00 D
3.6.06.00.0001 - Custeio Administrativo	1.500,00 D	1.500,00	0,00	1.500,00 D	3.000,00 D
3.6.07 - FNPCT-ESTADO	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00 D	2.000,00 D
3.6.07.00.0001 - Repasse Cota Parte	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00 D	2.000,00 D
3.6.08 - Guia P.Direitos H. internacionais	0,00	10.428,70	0,00	10.428,70 D	10.428,70 D
3.6.08.00.0001 - Servicos Prestados-PF	0,00	10.428,70	0,00	10.428,70 D	10.428,70 D
4 - RECEITAS GERAIS	272.442,72 C	0,00	471.932,04	471.932,04 C	744.374,76 C
4.1 - RECEITAS OPERACIONAIS	272.442,72 C	0,00	471.932,04	471.932,04 C	744.374,76 C
4.1.01 - RECEITAS DE CONTRIBUICOES	272.442,72 C	0,00	471.932,04	471.932,04 C	744.374,76 C
4.1.01.01 - CONTRIBUICOES	268.381,57 C	0,00	470.823,17	470.823,17 C	739.204,74 C
4.1.01.01.0001 - Ativo - 76087	191.364,66 C	0,00	190.944,54	190.944,54 C	382.309,20 C
4.1.01.01.0002 - Inativos - 76087	31.379,61 C	0,00	31.379,61	31.379,61 C	62.759,22 C
4.1.01.01.0003 - Peculio - 76094	0,00	0,00	222.243,48	222.243,48 C	222.243,48 C
4.1.01.01.0004 - Pensao Civil - 76087	5.461,56 C	0,00	5.461,56	5.461,56 C	10.923,12 C
4.1.01.01.0005 - Diversos-76095	350,00 C	0,00	0,00	0,00	350,00 C
4.1.01.01.0007 - Diferenca de Convenio - 76088/76093	12.414,66 C	0,00	0,00	0,00	12.414,66 C
4.1.01.01.0008 - ANPR-FAJ-76083	27.411,08 C	0,00	20.793,98	20.793,98 C	48.205,06 C
4.1.01.03 - RECEITAS FINANCEIRAS	3.219,25 C	0,00	231,08	231,08 C	3.450,33 C
4.1.01.03.0003 - Rendimento CDB/RDB-Caixa Ec.-20294.4-FAJ	203,24 C	0,00	0,00	0,00	203,24 C
4.1.01.03.0004 - Rendimento CDB/RDB-Caixa Ec.-20293.6	2.764,76 C	0,00	0,00	0,00	2.764,76 C
4.1.01.03.0006 - Poupanca Bco.Brasil-Ouro Fixo-221.282.1	115,37 C	0,00	119,20	119,20 C	234,57 C
4.1.01.03.0007 - Banco Real S/A - CDBMAIS	135,88 C	0,00	111,88	111,88 C	247,76 C
4.1.01.05 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	841,90 C	0,00	877,79	877,79 C	1.719,69 C
4.1.01.05.0006 - Outras Receitas	841,90 C	0,00	877,79	877,79 C	1.719,69 C